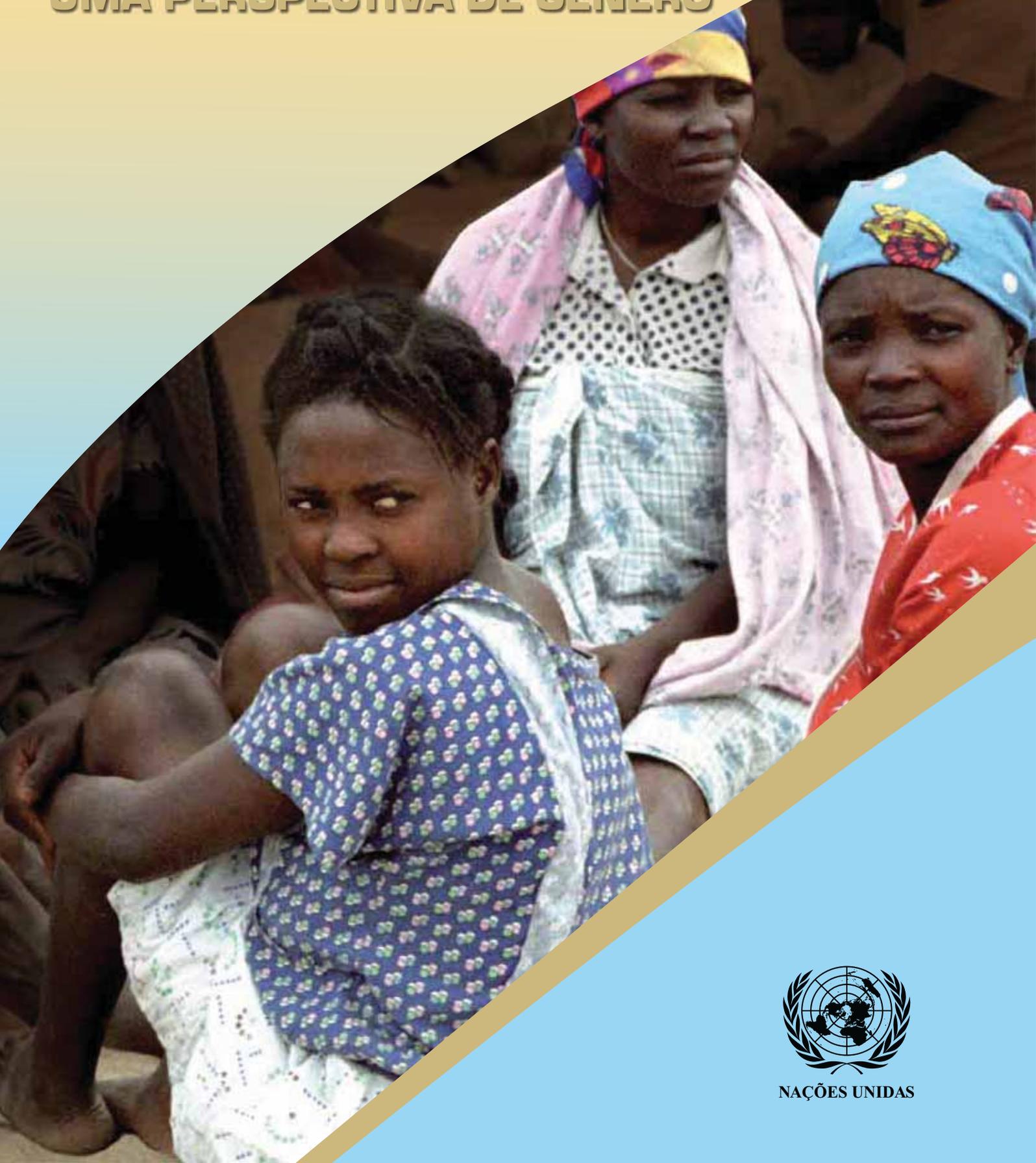




Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola?

UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO



Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola?

UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO



NOTA

As designações utilizadas e a apresentação do conteúdo não implicam a expressão de qualquer opinião por parte das Nações Unidas sobre o estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, ou de autoridades ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites.

O conteúdo desta publicação poderá ser livremente citado ou reproduzido, mas solicita-se que seja indicada a origem, e que um exemplar da publicação seja enviado ao secretariado da UNCTAD.

Esta é uma tradução livre a partir do texto original em Inglês.

PUBLICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

UNCTAD/DITC/2013/3

© Copyright United Nations 2013

Traduzido por Lucinda Simas Magalhães

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO EXECUTIVO.....	vi
INTRODUÇÃO	ix
I. PERFIL DO PAÍS E DE SEU DESENVOLVIMENTO.....	1
1.1 VISÃO GERAL	2
1.2 ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS SELECIONADOS	3
1.2.1 Composição do PIB.....	3
1.2.2 Crescimento do PIB.....	4
1.2.3 IDE e finanças	6
1.2.4 Desenvolvimento do setor privado	8
1.2.5 Emprego.....	8
1.2.6 Economia informal	9
1.3 O DESAFIO DA POBREZA.....	9
II. O PERFIL DE GÊNERO DE ANGOLA.....	13
2.1 INTRODUÇÃO	14
2.2 “RESULTADOS” RELACIONADOS AO GÊNERO.....	14
2.2.1 Saúde e sobrevivência	14
2.2.2 Realização educacional.....	15
2.2.3 Participação econômica.....	16
2.2.4 Empoderamento político	16
2.3 VARIÁVEIS RELACIONADAS AO GÊNERO (FATORES LEGAIS E SOCIAIS QUE AFETAM A IGUALDADE DE GÊNERO)	16
2.3.1 Leis, políticas e instituições que promovem a igualdade de gênero	16
2.3.2 Práticas do direito consuetudinário e outros obstáculos socioculturais à igualdade de gênero em Angola.....	18
2.3.3 Efeitos do conflito em Angola sobre a perspectiva de gênero.....	20
III. POLÍTICAS COMERCIAIS E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EM ANGOLA	23
3.1 ACORDOS COMERCIAIS DE ANGOLA	24
3.1.1 Acordos multilaterais.....	24
3.1.2 Acordos regionais	24
3.1.3 Esquemas bilaterais	24
3.2 POLÍTICAS VOLTADAS PARA O COMÉRCIO DE BENS.....	24
3.3 POLÍTICAS VOLTADAS PARA O COMÉRCIO DE SERVIÇOS.....	28
3.4 FLUXOS COMERCIAIS - BENS.....	30
3.4.1 Exportações.....	30
3.4.2 Importações.....	32
3.5 FLUXOS COMERCIAIS - SERVIÇOS.....	33
IV. EFEITO DAS POLÍTICAS COMERCIAIS SOBRE O GÊNERO EM ANGOLA.....	35
4.1 AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO ANGOLANO	36
4.2 COMÉRCIO, TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL E GÊNERO EM ANGOLA.....	40
4.2.1 Pesca	40
4.2.2 Produção manufatureira.....	41
4.2.3 O setor formal de serviços	41
4.2.4 Turismo.....	42
4.2.5 Emprego no setor público.....	42
4.3 COMÉRCIO E AGRICULTURA EM ANGOLA.....	43
4.3.1 Visão geral.....	43
4.3.2 O impacto da liberalização do comércio sobre a agricultura.....	44

4.4 O COMÉRCIO E A ECONOMIA INFORMAL URBANA EM ANGOLA	46
4.4.1 <i>Visão geral</i>	46
4.4.2 <i>Impacto do comércio sobre o setor informal</i>	48
V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	53
5.1 O CAMINHO A SEGUIR: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM FAVOR DOS POBRES E SENSÍVEIS AO GÊNERO	54
5.2 QUESTÕES HORIZONTAIS.....	55
5.2.1 <i>Questões monetárias e cambiais</i>	55
5.2.2 <i>Proteção tarifária</i>	55
5.2.3 <i>Recuperação da infraestrutura</i>	56
5.2.4 <i>Fortalecimento da noção e da cultura do empreendedorismo</i>	57
5.3 Políticas setoriais	57
5.3.1 <i>Agricultura</i>	58
5.3.2 <i>Pesca</i>	59
5.3.3 <i>Manufatura</i>	60
5.3.4 <i>Turismo e outros setores de serviços</i>	61
5.3.5 <i>Alavancagem das receitas petrolíferas para financiar políticas sociais em favor dos pobres e sensíveis ao gênero</i>	63
Referências.....	64
Anexo 1	69

AGRADECIMENTOS

Este estudo faz parte das atividades da UNCTAD voltadas para o tratamento integrado das questões de comércio, gênero e desenvolvimento, e implementadas pela organização em conformidade com sua missão. O Mandato de Doha, emanado da XIII Reunião Ministerial da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD XIII) realizada em Doha, Catar, de 21 a 26 de abril de 2012, incumba especificamente a agência de tratar questões relacionadas ao gênero. Em seu Parágrafo 56, insta a UNCTAD a “Continuar seu trabalho com a agricultura no contexto dos produtos básicos de modo a ajudar os países em desenvolvimento a fortalecer sua produção agrícola e torná-la mais sustentável, e a aumentar a segurança alimentar e a capacidade de exportação. Essa tarefa deverá levar em conta as necessidades dos pequenos agricultores e o empoderamento das mulheres e dos jovens” (subparágrafo (i)). Além disso, “...a UNCTAD deveria...Reforçar seu trabalho relativo aos vínculos existentes entre igualdade de gênero, empoderamento da mulher, comércio e desenvolvimento, sem prejuízo de outros programas” (subparágrafo (n)). O Mandato de Doha salienta o papel fundamental que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres desempenha no aproveitamento do potencial de desenvolvimento e crescimento inclusivos (parágrafo 51); e destaca que eles estão “dentro os objetivos essenciais que todos os países devem buscar atingir” (parágrafo 8).

Mediante o exame de experiências vivenciadas por países específicos, a UNCTAD busca contribuir não só para a análise da relação existente entre políticas comerciais e igualdade de gênero como também para o debate internacional ligado a essa matéria. Este trabalho é parte integrante de uma série de estudos de caso levados a cabo atualmente pela organização em seis países em desenvolvimento: Angola, Butão, Cabo Verde, Lesoto, Ruanda e Uruguai.

O presente estudo foi elaborado por uma equipe da UNCTAD liderada por Simonetta Zarrilli, Chefe da Seção de Comércio, Gênero e Desenvolvimento da organização, e constituída pelo Prof. Luis Abugattas Majluf, Irene Musselli, Sylvia Booth, Mariangela Linoci e Elizabeth Jane Casabianca, e contou com os pertinentes comentários e sugestões apresentados por Murray Gibbs, Rolf Traeger, Lisa Borgatti e Amélia Santos-Paulino a quem expressamos nosso muito obrigado. A sistematização geral esteve a cargo de Simonetta Zarrilli.

A informação aqui constante foi coletada de diferentes fontes, inclusive a partir de contatos com pessoas de destaque no país. Nesse contexto, foi levada a cabo uma missão de “levantamento de dados” em Luanda, Angola, em 2013. Nosso profundo reconhecimento a Rolf Traeger quem, em nome de toda a equipe, se dispôs a realizar as entrevistas e a compartilhar seus resultados preliminares com autoridades governamentais e contrapartes nacionais angolanas.

Nossos agradecimentos especiais à Sra. Maria Filomena Lobão Delgado, Ministra da Família e Promoção da Mulher; ao Sr. Adriano Martins, Diretor Nacional de Comércio Exterior, Ministério do Comércio; e ao Sr. Januário Marra, Diretor Nacional, Ministério da Hotelaria e Turismo. Nossa profunda gratidão, igualmente, à Sra. Henriqueta de Carvalho, Secretária-Geral da Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola, e à Sra. Nacro Kartoum e ao Sr. Amadeu Leitão Nunes, do Ministério do Comércio, que se encarregaram da coordenação entre a UNCTAD e o Governo de Angola.

O trabalho foi financiado pelo governo da Noruega no âmbito do projeto “Reforçar a capacidade da República de Angola de modo a lograr maior integração da questão de gênero nas políticas comerciais”. Gostaríamos de deixar registro e também de agradecer o inestimável apoio prestado pela Noruega não só a esta atividade específica como também ao programa de ação da UNCTAD sobre Gênero e Desenvolvimento.

RESUMO EXECUTIVO

O presente estudo avalia o efeito provocado pela liberalização do comércio sobre as mulheres em Angola e busca determinar se as políticas comerciais e os padrões da transformação estrutural aprofundaram a desigualdade de gênero ou criaram novas oportunidades para essas mulheres. Com base em um enfoque quantitativo, a análise tenta determinar, primeiramente, se as transformações estruturais geraram novos empregos; e, subseqüentemente, se tais empregos corresponderam às qualificações da mão de obra feminina, permitindo assim a feminização da força de trabalho angolana e melhorando as condições oferecidas às trabalhadoras.

O estudo de caso sobre Angola desafia o pensamento macroeconômico segundo o qual as questões econômicas estruturais são essencialmente neutras em termos de gênero. Os resultados deste estudo trazem à luz a importância das considerações de gênero em uma análise macroeconômica, particularmente em uma análise comercial, e os possíveis efeitos excludentes das políticas de liberalização. Angola arrosta atualmente desafios de natureza estrutural e sistêmica: as distorções macroeconômicas derivadas da exploração do petróleo e, sobretudo, a excessiva valorização da taxa de câmbio real, tendem a deixar de lado outras atividades produtivas (agricultura e indústria ligeira) que poderiam absorver a mão de obra feminina e proporcionar uma renda digna às mulheres. Tendo em vista a concentração da força de trabalho feminina na agricultura de subsistência e no trabalho informal, e à luz da maior incidência de pobreza entre as mulheres, o gênero constitui uma base a partir da qual Angola poderá tratar os possíveis efeitos excludentes das políticas de liberalização em um sentido social mais amplo.

Cabe de início, contudo, uma advertência. A qualidade dos dados oficiais relativos a Angola é bastante precária. Eles são limitados e, com frequência, as informações necessárias ao estudo inexistem. Conseqüentemente, este trabalho oferece apenas observações preliminares sobre os efeitos da liberalização do comércio na força de trabalho feminina angolana, baseadas muitas vezes apenas em provas esporádicas. A disponibilidade de dados influenciou, igualmente, a ótica utilizada, a qual enfocou primordialmente o efeito global da transformação estrutural sobre a feminização do trabalho em Angola, especialmente no setor formal da economia (uma abordagem de transformação estrutural). À medida

que novos dados forem se tornando disponíveis, será preciso levar a cabo pesquisas adicionais.

Perfil Econômico

Angola enfrentou quarenta anos de conflitos, que perduraram até 2002 e provocaram efeitos estruturais duradouros sobre sua economia e sobre sua sociedade. O país era exportador de café e de produtos básicos agrícolas, tais como o milho, e praticamente lograra alcançar a autossuficiência alimentar. A luta armada levou ao drástico declínio das atividades produtivas: a produção agrícola foi seriamente abalada e boa parte da população deslocada de suas terras. A atividade manufatureira, responsável por 10% do PIB à época da independência, quase desapareceu.

Passados dez anos do final dos combates, Angola apresenta um progresso considerável em termos políticos e econômicos. Em 2010, o país era o segundo maior produtor de petróleo em África e, com uma taxa de crescimento anual média de 12%, é uma das economias que mais rapidamente se desenvolve no mundo. Entretanto, o setor extrativo – especialmente petróleo e gás – não logrou integração expressiva na economia nacional e sua contribuição para a geração de empregos foi mínima.

Há mais de uma década, Angola vem implementando importantes reformas de modo a alcançar a estabilização macroeconômica e a reestruturação da sua economia, o que tem permitido também uma maior participação do setor privado como motor do crescimento sustentável e da diversificação econômica. A estrutura do PIB não mudou muito desde o início das reformas. O setor agrícola está crescendo em ritmo acelerado mas ainda precisa recuperar-se da queda significativa da produção nas áreas rurais devido às distorções causadas pelos conflitos. As exportações de produtos agrícolas e manufaturados tampouco experimentaram grande dinamismo.

Uma das características marcantes da economia angolana é a predominância do setor informal, também conhecido como *candonga*: a informalidade é o principal meio de subsistência para uma grande parcela da população e estima-se que represente aproximadamente 45,2% do PIB. O setor informal, tanto rural quanto urbano, é responsável por 70% dos empregos existentes em Angola e constitui a ocupação central das mulheres.

Na esteira das reformas comerciais, o país tem buscado fortalecer a proteção dada à produção

nacional em alguns setores: foi concedida isenção de impostos de importação para bens de investimento em petróleo e mineração e redução tarifária para insumos tais como matérias primas e equipamentos. Houve, igualmente, uma elevação das tarifas sobre certos produtos finais a fim de sustentar um processo gradual de substituição de importações de bens essenciais e estimular as exportações dos setores não petrolíferos.

Contudo, os esforços envidados pelo governo angolano para reforçar a proteção das fronteiras de modo a promover a industrialização e dar novo impulso à produção agrícola não geraram os resultados esperados devido ao atual contexto cambiário do “kwanza forte”. Os produtos derivados da indústria extrativa ainda constituem a principal rubrica exportadora para todos os países de destino. Com um índice extremamente baixo de autossuficiência alimentar, Angola continua a ser sumamente dependente das importações e calcula-se que cerca de 70% de todos os alimentos consumidos no país venham de fora.

O perfil de gênero angolano

Em Angola, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são componentes fundamentais do desenvolvimento nacional. Os dados revelam, porém, que a disparidade de gênero ainda persiste na sociedade angolana e que a desigualdade permanece como um dos principais desafios a serem enfrentados.

O desequilíbrio de gênero nas taxas de alfabetismo e de escolarização continua patente e a presença de meninas para além da educação primária pouco avançou. Os índices de fertilidade são elevados, e chegam a 5,8 nascimentos por mulher. A maternidade na adolescência é comum, particularmente nas zonas rurais. A falta de infraestrutura adequada e a escassez de pessoal qualificado torna limitado o acesso à assistência médica, particularmente à atenção pré-natal e materna.

Embora a idade mínima para o casamento seja 18 anos, excepcionalmente reduzida em alguns casos para 16 e 15 para meninos e meninas respectivamente, essa regra não é efetivamente cumprida e a idade tradicional para o matrimônio geralmente coincide com o início da puberdade. O casamento gentílico (costumeiro) é prática comum e as evidências sugerem que a maioria casa-se segundo as normas do direito consuetudinário. A poligamia é proibida em Angola mas, no entanto, é praticada a miúdo.

A incidência de casamentos poligâmicos aumentou como consequência do conflito armado, ao longo do qual um grande número de homens perdeu a vida.

A vasta maioria da mão de obra feminina continua dedicada à produção rural de subsistência e às atividades no mercado paralelo urbano. Ao fornecer produtos baratos em Kwanzas, a liberalização do comércio permitiu a expansão da informalidade, propiciando às mulheres a chance de ganhar a vida.

Como consequência do conflito que assolou o país, muitas mulheres foram raptadas por grupos armados ou aderiram voluntariamente a eles para atuar como enfermeiras, cozinheiras, profissionais do sexo, messageiras, espãs ou funcionárias administrativas ou logísticas, e também como combatentes armadas. Dois terços das pessoas deslocadas, de um total de aproximadamente 4 milhões, eram mulheres ou crianças. O conflito teve também efeitos de longo prazo sobre a estrutura familiar, aumentou o número de viúvas, de casamentos poligâmicos e de agregados familiares chefiados por mulheres. Por sua vez, isso recrudescceu a pobreza no país, embora a guerra tenha estimulado a participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas rurais quanto urbanas.

Angola é parte dos mais importantes instrumentos regionais e internacionais voltados para o progresso das mulheres e para a promoção da igualdade de gênero. No âmbito interno, o governo também implementou medidas para promover a igualdade de gênero e os direitos da mulher.

As mulheres em Angola desfrutam de um elevado grau de liberdades civis e não existe discriminação de jure baseada no gênero. Elas não se defrontam com qualquer tipo de restrição legal para acessar recursos financeiros, impetrar ações, estabelecer contratos ou iniciar uma atividade empresarial, sem importar seu estado civil. Em matéria de herança, no caso de morte de um dos cônjuges é concedido igual direito de propriedade ao sobrevivente, independentemente do gênero. Há igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e à formação profissional; o Código Trabalhista proíbe qualquer tipo de discriminação baseada no gênero nos locais de trabalho e determina salários iguais para tarefas iguais.

O direito consuetudinário, porém, ainda está muito arraigado em Angola e as questões relativas à família e aos direitos de propriedade são tratados segundo regras baseadas na tradição, as quais possuem, tipicamente, um viés discriminatório contra a mulher.

As práticas costumeiras determinam o acesso das mulheres a terra, educação, saúde, propriedade e recursos financeiros, bem como os tipos de empregos disponíveis para elas e as condições de trabalho. Existem diferenças substanciais quanto à aplicação do direito consuetudinário nas várias regiões e comunidades angolanas.

Efeitos da política comercial sobre o gênero

A integração de Angola à economia mundial como país primordialmente exportador de petróleo e, até certo ponto, de diamantes, restringiu de forma significativa o potencial de diversificação da economia, tornou extremamente difícil a criação de um setor manufatureiro nacional capacitado para competir com as importações ou preparado para exportar, e reforçou a natureza essencialmente extrativa da economia. Esse fenômeno gerou repercussões negativas sobre o desenvolvimento de atividades produtivas capazes de absorver a mão de obra feminina e oferecer às mulheres uma renda decente. A limitada transformação estrutural da economia angolana circunscreveu as trabalhadoras a atividades não transacionais e de baixa produtividade.

É essencial que as políticas setoriais levem em conta a divisão de trabalho por gênero de modo a que as mulheres possam tirar benefícios do comércio.

A agricultura é o principal empregador da força de trabalho angolana e responsável por 82% de todos os empregos criados no país. Contudo, apresenta um baixo grau de produtividade, mesmo quando comparada a outros países subsaarianos. No entanto, exibe um crescimento significativo e um bom potencial de diversificação, o que poderia levar a uma reorientação da produção, que passaria de alimentos básicos de pouco valor para commodities de maior rentabilidade. A criação de um setor agrícola comercialmente viável e voltado para a exportação é um pré-requisito inadiável para que as mulheres possam tirar proveito da agricultura comercial. Será necessário assegurar-lhes o acesso a financiamento rural, insumos de produção e posse da terra, bem como fornecer-lhes serviços de extensão em técnicas de produção, marketing e administração de empresas.

O setor pesqueiro constitui uma importante atividade geradora de renda, particularmente para as mulheres, e mostra algum potencial para a criação de empregos e para a redução da pobreza. Seria oportuno que certas questões específicas de gênero estivessem presentes em políticas cujo objetivo seja melhorar

o subsetor artesanal informal - onde é marcante a presença feminina - e desenvolver um setor comercial orientado para as exportações.

Embora o setor manufatureiro tenha apresentado uma taxa média de crescimento anual de 20%, sua contribuição para o PIB permaneceu estável. A liberalização econômica não logrou promover o desenvolvimento de atividades de produção voltadas para a exportação, principal caminho através do qual deu-se a feminização da força de trabalho industrial em muitos países em desenvolvimento. Calcula-se em 17% a participação da mão de obra feminina no total da força de trabalho do setor. Caso sejam implementados os incentivos macroeconômicos adequados, que permitam superar barreiras físicas e institucionais e assegurar uma taxa de câmbio real mais competitiva, será possível reativar a capacidade manufatureira angolana em setores que ofereçam vantagens competitivas. A produção de alimentos diferenciados, processados e de alto valor agregado propiciaria boas oportunidades de emprego formal para mulheres com pouca qualificação profissional.

O turismo é considerado cada vez mais como um setor que dispõe de grande potencial econômico e que poderia contribuir para a diversificação da economia angolana. A excessiva valorização da moeda e a ausência de infraestrutura adequada e pessoal qualificado constituem entretanto um desafio de peso que prejudica o desenvolvimento do setor. A participação das mulheres no setor de serviços, especialmente em atividades vinculadas ao turismo, é relativamente baixa se comparada com outros países. Visto o grande potencial de empregos para a mão de obra feminina nessa área, deveriam ser implementadas medidas com vistas à redução das disparidades de gênero na educação e na formação profissional e ao aprimoramento do nível de qualificação. Sinergias e parcerias entre empresas de turismo e comunidades locais auxiliariam na promoção de projetos turísticos comunitários e facilitariam a distribuição dos benefícios para a população local.

As receitas geradas pelos setores extrativos (petróleo e diamantes) poderiam alavancar o financiamento de políticas sensíveis ao gênero e em favor dos pobres de modo a explorar o potencial comercial dos setores onde Angola possui vantagens comparativas. Transferindo uma parcela das receitas da indústria de petróleo/diamantes para fundos dedicados, o governo poderia utilizá-la para financiar políticas sociais sensíveis ao gênero e em favor dos pobres.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, realizado com base em um enfoque quantitativo, tem como objetivo analisar o impacto da liberalização do comércio sobre a população angolana e determinar, especificamente, a possível existência de um viés de gênero nesse processo. A amplitude e qualidade dos dados sobre o país são bastante modestas¹ e, conseqüentemente, este trabalho apresenta observações apenas preliminares sobre os efeitos da liberalização comercial sobre a força de trabalho feminina em Angola. Do mesmo modo, o grau de disponibilidade das informações influenciou fortemente a escolha do tipo de enfoque a ser adotado, qual seja o da transformação estrutural. Levou-se a cabo um exame dos efeitos das políticas comerciais sobre a estrutura da economia angolana e, por meio dessa investigação, buscou-se primeiramente definir se os padrões da transformação estrutural criaram oportunidades de emprego e, subseqüentemente, se tais oportunidades estavam acordes com o perfil das capacidades da mão de obra feminina de modo a estimular a feminização da força de trabalho no país e melhorar as condições de emprego das mulheres.

Angola passou por um “choque de liberalização” em decorrência das mudanças em sua política comercial e do comportamento de sua taxa de câmbio. A liberalização do comércio aprofundou o caráter extrativo da economia angolana e restringiu de forma significativa a diversificação de suas atividades econômicas. A vasta maioria da força de trabalho feminina dedica-se à agricultura tradicional e ao trabalho informal urbano. A liberalização comercial não modificou o perfil ocupacional da mão de obra feminina e, na verdade, contribuiu para que ela ficasse confinada a atividades de baixa produtividade e renda. Assim sendo, até o momento este processo não tem servido de estímulo à mudança nem à melhoria da situação das mulheres.

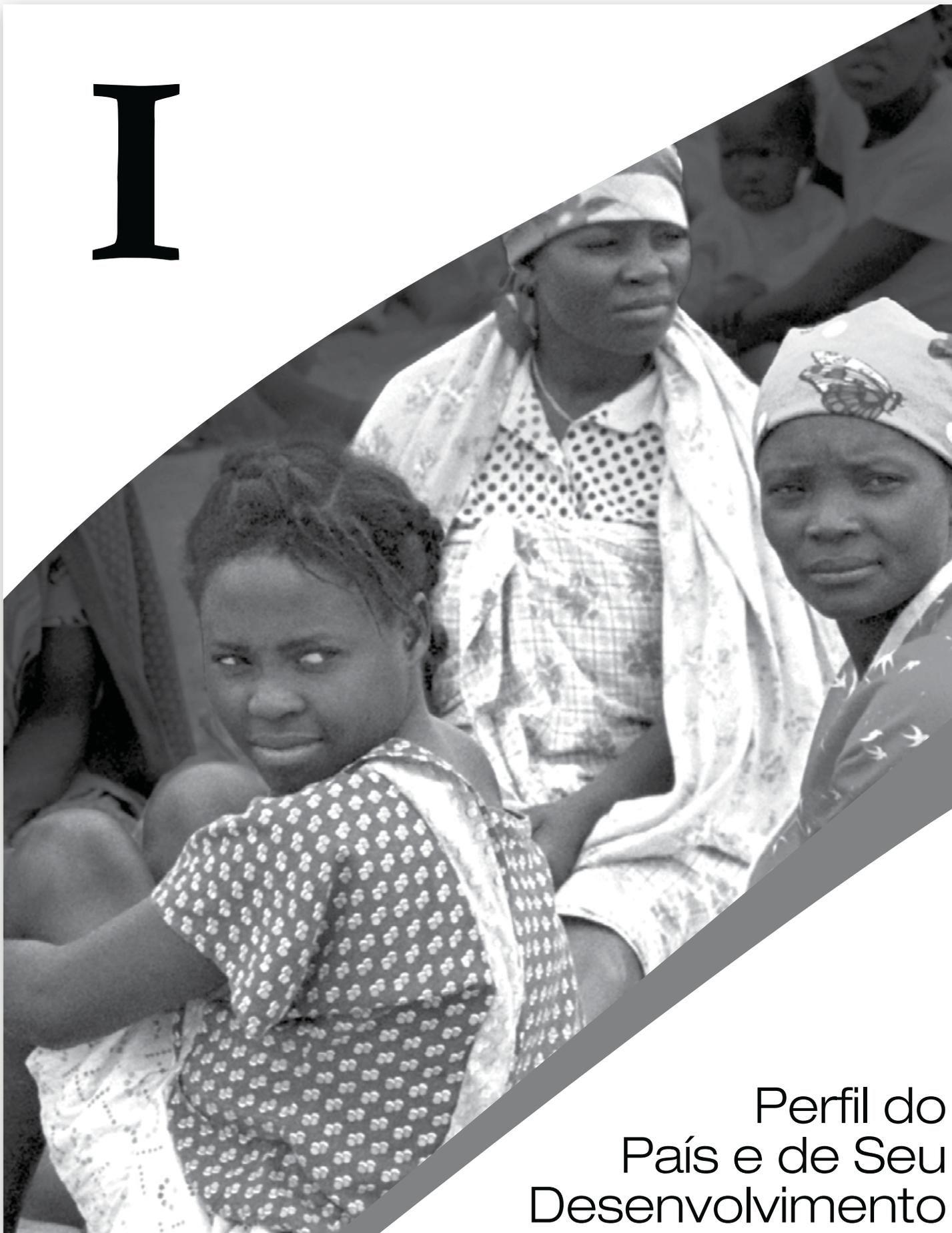
O estudo foi estruturado da seguinte maneira: o Capítulo 1 apresenta um breve perfil da economia

angolana e de seu desenvolvimento a partir de 2002, momento em que chegou ao fim o conflito armado. Atualmente, Angola é um país em transição para uma economia liderada pelo setor privado, mas que ainda carrega consigo muitos sinais de uma sociedade pós-conflito. Essas características têm um importante efeito sobre o desenvolvimento geral do país, em especial sobre a condição da população feminina. O Capítulo II descreve o perfil de gênero angolano. Analisa a situação *de jure* e *de facto* da mulher partindo do princípio de que a liberalização do comércio e as políticas comerciais provocam um impacto nas estruturas sociais de gênero existentes. Ressalta, igualmente, a melhoria das condições de vida das mulheres angolanas, mas chama a atenção também para as disparidades de gênero que ainda perduram e precisam ser superadas. O Capítulo III trata das políticas comerciais de Angola e destaca a reviravolta na orientação geral da política comercial a partir do momento em que o modelo de desenvolvimento sob a égide do Estado foi abandonado no final da década de 80. Analisa, ainda, a repercussão da “doença holandesa” sobre a competitividade da produção nacional em relação às importações. O Capítulo IV examina o efeito das políticas comerciais e do desenvolvimento do comércio sobre a força de trabalho feminina. Uma análise mais exaustiva teria incluído, também, as conseqüências das políticas comerciais sobre as mulheres como consumidoras, mas não foi possível realizar esse tipo de estudo devido à falta de dados necessários. Portanto, a seção em questão aborda primeiramente os possíveis resultados da liberalização comercial sobre a mão de obra feminina no setor formal e, posteriormente, enfoca os setores agrícola e informal urbano (onde se concentra essa força de trabalho). Para concluir, o estudo apresenta um conjunto de comentários e recomendações, indicando possíveis caminhos que Angola poderia vir a trilhar com vistas à formulação de políticas comerciais mais sensíveis ao gênero.

NOTAS

- 1 Um Censo limitado, o último registrado, foi realizado na década de 70. Agora, em 2013, está sendo levado a cabo um pré-censo em diversas províncias. Em 2014 terá lugar um Censo Demográfico Nacional completo (PNUD). Todos os dados populacionais são estimativas baseadas no censo atualmente disponível e cabe assinalar que as estatísticas variam de forma significativa dependendo de sua procedência. Na província de Luanda foi levado a cabo um censo em 1983, o qual foi ampliado a três outras províncias em 1984; esses dados, porém, não estão disponíveis. Há escassez de informações sobre distribuição de empregos por setor, indicadores sociais e níveis de pobreza, e ausência quase total de dados desagregados por gênero. A maioria dos relatórios internacionais sobre dados de gênero não dispõe de informações atualizadas ou ampliadas sobre Angola; ou sequer menciona o país. O Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas e Receitas de 2000, a fonte de dados mais citada nos estudos disponíveis, cobriu apenas 8 das 16 províncias. A maior parte dos recentes pareceres elaborados por organizações internacionais ainda utiliza informações provenientes dessa pesquisa. Há indisponibilidade ou desatualização de indicadores nacionais, e os links mencionados em relatórios constantes de sites governamentais estão inoperantes. Em outros casos, as informações existem mas não suas séries históricas.

I



Perfil do
País e de Seu
Desenvolvimento

1.1 VISÃO GERAL

Em termos territoriais, Angola é o terceiro maior país subsaariano da África. Segundo dados de 2011, conta com uma população de 19 milhões de habitantes, o que o torna um dos mais escassamente povoados do continente africano. É rico em recursos naturais, especialmente minerais e petrolíferos. A abundância de terras agrícolas e as condições climáticas diversificadas oferecem o ambiente propício para o desenvolvimento de uma variada gama de cultivos, tanto de zonas tropicais quanto temperadas, bem como para a produção pecuária. Existe, igualmente, uma profusão de recursos pesqueiros e um enorme potencial hidrelétrico. Durante o período colonial, Angola alcançou elevadas taxas de crescimento e deu impulso a seus setores agropecuário e manufatureiro. À época, o país exportava café e alimentos básicos, tais como o milho, e praticamente possuía autossuficiência alimentar. Entretanto, a vasta maioria da população angolana continuava a viver em situação de pobreza extrema e os indicadores sociais eram acentuadamente baixos.

Angola fez face a quarenta anos de conflitos, iniciados com a luta por sua autonomia em 1961 e seguidos pela irrupção de uma guerra civil imediatamente após sua independência de Portugal, em 1975. O êxodo dos colonos portugueses e a luta armada levaram ao drástico declínio das atividades produtivas, tanto nas áreas rurais quanto nas zonas urbanas. A produção agrícola foi severamente abalada e boa parte da população deslocada. A atividade produtiva, responsável por 10% do PIB à época da independência, praticamente desapareceu. Os combates causaram um efeito estrutural prolongado sobre a economia e a sociedade angolanas. A paz entre as facções em guerra foi lograda, finalmente, em 2002.

Passados dez anos do final dos combates, Angola apresenta um substancial progresso em termos políticos e econômicos. Contudo, os angolanos continuam a enfrentar importantes desafios em matéria de desenvolvimento. Os efeitos resultantes dessa longa conflagração sobre a economia e a população ainda se fazem sentir e persistem os sinais característicos de uma sociedade pós-conflito. A este respeito, apesar dos grandes esforços envidados para recuperar a infraestrutura, muito resta a ser feito (PNUD 2005, Pushak e Foster 2011, OCDE 2011). Embora a total desmobilização e integração dos combatentes tenha sido praticamente alcançada,

distorções decorrentes dessa longa luta interna ainda afligem a economia e a sociedade, e repercutem especificamente sobre as mulheres.

Angola é um país em transição, tanto em direção a uma economia de mercado quanto a um sistema político democrático. Em ambas as áreas ainda há muitos desafios que exigem atenção (Banco Africano de Desenvolvimento 2011, Vines et.al. 2005, Banco Mundial 2007). O Índice de Transformação² da Fundação Bertelsmann, que classifica os países de acordo com seu estágio de democracia e de economia de mercado bem como de gestão política, coloca Angola em 83º lugar dentre os 128 países em desenvolvimento e em transição analisados (Fundação Bertelsmann 2012). Além disso, a capacidade institucional existente é muito limitada e a governação precisa melhorar exponencialmente. Angola alcançou 44,1 dos 100 pontos possíveis no Índice de Governança Africana Mo Ibrahim de 2011, ocupando o quadragésimo lugar no continente.³ Os Indicadores de Governança do Banco Mundial (WGI na sigla em inglês) mostram que, embora tenha havido avanços, muito permanece por fazer.⁴ O cenário político angolano foi descrito como “congelado, porém estável”, e existem certos fatores que se não forem tratados adequadamente poderão vir a provocar certa instabilidade futura (Vines e Weimer 2011).

Angola está empenhada em um longo processo de transição, saindo de uma economia socialista planejada e centralizada para uma impulsionada pelo mercado. Este processo teve início com a implementação de dois programas de desenvolvimento econômico – o Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (PSEF), em 1987, e o Programa de Recuperação Econômica (PRE), em 1989. Os dois programas tinham como objetivo a estabilização macroeconômica e a reestruturação da economia, o que permitiria uma maior participação do setor privado e a desregulamentação dos mercados. Os primeiros programas mostraram ser ineficazes, e até o ano 2000 cerca de doze projetos de estabilização e reforma macroeconômica foram implantados mas apresentaram resultados frustrantes. O reinício das hostilidades, em 1992, certamente contribuiu para dificultar a implementação dos programas e provocou efeitos adversos à economia.

No decorrer da década de 90, a formulação e execução das políticas macroeconômicas foram levadas a cabo de forma dispersa, espelhando a fragilidade

institucional e a oposição de grupos de interesse. O setor privado angolano ainda hoje sofre os efeitos de longo prazo das distorções macroeconômicas e sociais provocadas pelas políticas executadas durante a primeira década de reformas. Parte do legado herdado desse processo, e também do antigo regime, continua presente e constitui um obstáculo considerável à reestruturação e diversificação da economia angolana. No período entre 1990 e 1999, o crescimento médio anual real do PIB foi de apenas 1%, e a renda per capita sofreu uma contração média anual de -2,4%. Nessa mesma fase, os preços ao consumidor aumentaram a uma taxa média anual de 1.122,5% (Aguilar 2001).

A transformação de Angola em uma economia de mercado operante está ainda em marcha e existem igualmente muitos obstáculos ao desenvolvimento do setor privado. O país está em 172º lugar dentre os 185 incluídos no Relatório Fazendo Negócios (*Doing Business Report*) do Banco Mundial (Banco Mundial/IFC 2013) e em 139º dentre os 142 países constantes do Relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial (2011-2012). A corrupção continua a representar entrave significativo ao desenvolvimento econômico angolano e o país ocupa a 157ª posição num total de 176 analisados pelo Índice de Corrupção da organização Transparência

Internacional em 2012. Nos últimos anos, entretanto, importantes medidas foram tomadas com sucesso para estabilizar a economia e aumentar a transparência.⁵

O restante do Capítulo analisa alguns indicadores econômicos selecionados e apresenta dados sobre pobreza e desigualdade no país.

1.2 ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS SELECIONADOS

1.2.1 Composição do PIB

A natureza da economia angolana, baseada essencialmente na exploração de recursos naturais, tem determinado a dinâmica econômica e política do país (Kyle 2005, Andrade e Morales 2007). Angola possui uma economia extrativa de enclave, extremamente dependente do petróleo. Em 2011, o país era considerado o segundo maior produtor da África, com uma produção de aproximadamente 1,6 milhão de barris por dia. A extração é conjuntamente controlada por multinacionais estrangeiras e pela Sonangol, a empresa estatal de petróleo. O país tornou-se membro da OPEP em 2007. A produção de gás natural alcançou 10,7 bilhões de metros cúbicos (bmc) em 2011 (OPEP 2012). Calcula-se que as reservas comprovadas atinjam 366 bilhões de

Tabela 1. ANGOLA: Estrutura do PIB segundo a Atividade Econômica [Porcentagens, baseadas no valor constante do Kwanzas em 2005]

	1975	1980	1985	1990	1995	1999	2002	2005	2006	2007	2008	2009
Agricultura e Pesca	15,64	15,31	14,08	11,76	7,29	7,32	8,21	7,55	8,65	7,77	7,97	8,12
Mineração & Serviços Públicos	31,97	32,38	33,86	52,55	60,98	61,22	63,14	66,23	61,63	64,95	64,35	63,69
Setor Manufatureiro	9,44	9,40	9,59	4,26	3,61	3,39	3,79	3,48	3,98	3,59	3,67	3,74
Serviços	45,08	44,79	44,15	32,18	27,92	24,63	25,02	22,74	26,02	23,74	24,11	24,60
Construção	6,25	6,20	6,10	2,93	3,39	3,63	3,56	3,30	3,71	3,39	3,46	3,52
Comércio Grossistas e Retalhista, Restaurantes e Hotéis	20,12	20,04	19,9	15,19	12,74	10,92	11,17	10,27	11,61	10,55	10,79	10,97
Transporte, Comunicações	6,55	6,54	6,87	4,57	3,83	3,27	3,35	3,10	3,43	3,21	3,24	3,29
Outros Serviços	12,16	12,01	11,28	9,49	7,96	6,81	6,94	6,07	7,27	6,59	6,62	6,82
Valor Agregado Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelo secretário da UNCTAD com base nos mais recentes dados disponíveis (2009) no Banco de Dados dos Principais Agregados das Contas Nacionais. Divisão de Estatística das Nações Unidas. Diversas fontes apresentam dados diferentes sobre a participação setorial do PIB em termos constantes.

metros cúbicos, e a entrada em funcionamento de uma grande unidade de Gás Natural Liquefeito (GNL) vai impulsionar ainda mais as exportações. Angola é o quinto maior produtor mundial de diamantes e a estatal Endiama tem capacidade para aumentar o nível de suas vendas ao exterior. Além disso, a produção de cobre, minério de ferro, ouro e outros minerais – dos quais Angola tem reservas substanciais – está sendo reativada após seu total colapso à época dos conflitos (OCDE 2011). O amadurecimento desses investimentos, que deverá ocorrer a curto prazo, tornará ainda mais marcante o peso total das atividades extrativas na economia angolana.

A estrutura do PIB, em moeda nacional constante, não mudou muito desde o início das reformas. O predomínio dos setores extrativos a partir de 1990 é evidente (Tabela 1). As principais modificações dignas de nota seriam o gradual declínio dos serviços na composição do PIB, o que também reflete o crescimento relativo do setor extrativo, e o enfraquecimento secular do setor agrícola. A contribuição do setor manufatureiro também sofreu importante deterioração. Cabe notar que a estrutura do PIB angolano revela claramente o peso desproporcional das atividades de extração.

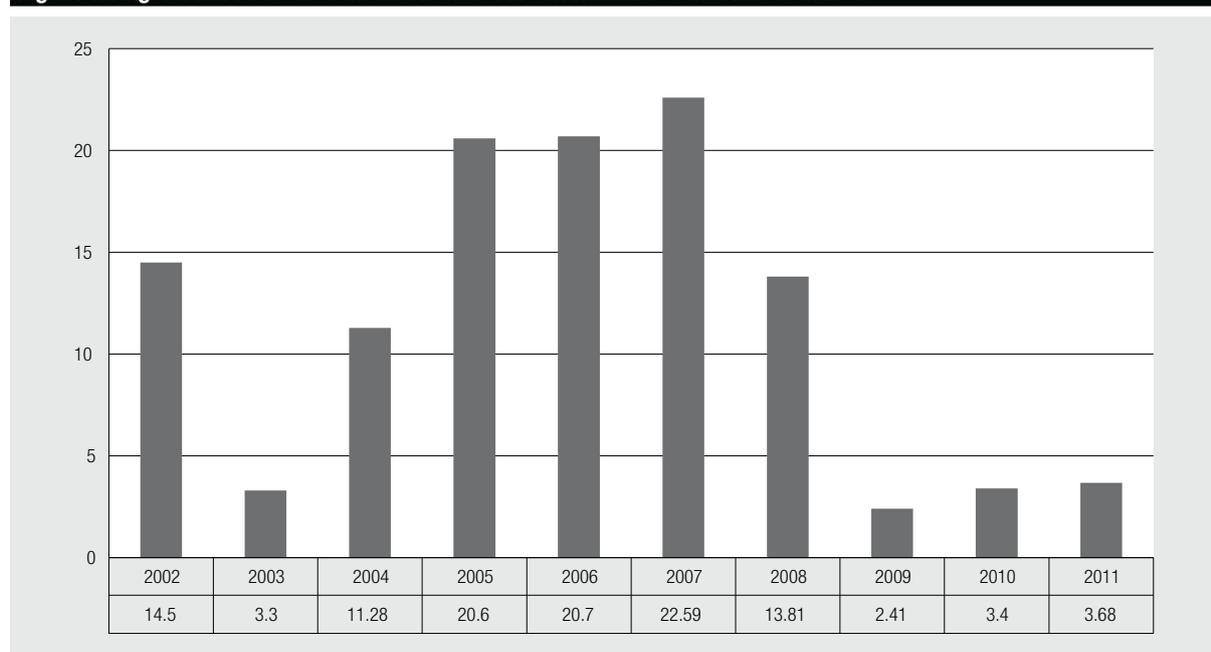
Durante o período entre 2006 e 2011, o setor de petróleo e gás - reconhecidamente de capital intensivo

- e a produção de diamantes foram responsáveis, em média, por 52,64% do PIB, representaram mais de 98% das exportações de commodities, e constituíram a base da receita fiscal gerando cerca de 79,5% de seu total. Devido à sua marcante dependência das exportações de recursos naturais, o país é altamente vulnerável a choques exógenos, os quais repercutem imediatamente sobre o desempenho fiscal. Os setores extrativos – em particular petróleo e gás – promovem uma integração muito limitada com a economia nacional, e sua contribuição para a geração de empregos é mínima (Teka 2011). O uso adequado das receitas provenientes dos recursos naturais como motor de desenvolvimento tem se tornado importante assunto de debate na literatura econômica desenvolvimentista, e ainda permanece como um dos principais desafios a serem enfrentados pelo país de modo a evitar o chamado “paradoxo da abundância” (Karl 1997).

1.2.2 Crescimento do PIB

De 2002 até 2011, Angola apresenta uma taxa de crescimento anual média de 12% (Figura 1), tornando-se uma das economias que mais rápido se desenvolvem no mundo. Essa expansão foi estimulada pelas atividades extrativas e pelo aumento do consumo e do investimento privado. O

Figura 1. Angola: Taxas de crescimento real do PIB em Kwanzas constantes em 2005



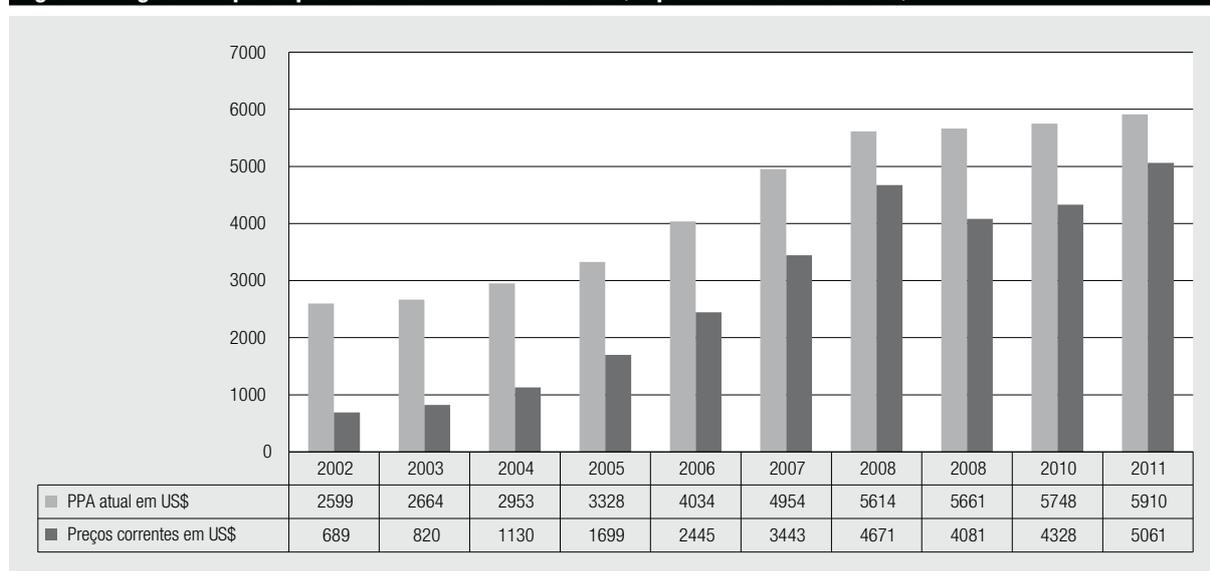
Fonte: Banco de dados do FMI

setor não petrolífero vem alcançando, igualmente, elevados índices de desenvolvimento. A agricultura, particularmente, está crescendo a passos largos, embora precise recuperar-se da drástica redução da produção devido às distorções decorrentes dos conflitos armados nas zonas rurais. Os grandes projetos de reconstrução atualmente implementados pelo governo, financiados por empréstimos estrangeiros respaldados por receitas petrolíferas, contribuíram sobremaneira para a aceleração do crescimento econômico. Este, porém, tem sido bastante volátil em resposta aos acontecimentos nos mercados de petróleo e, desde 2009, perdeu fôlego em decorrência da crise financeira internacional

(Figura 1). Recentemente, viu-se prejudicado devido ao atraso do governo em saldar seus compromissos com obras e projetos de infraestrutura contratados como forma de expandir os setores de construção e distribuição desde 2009.

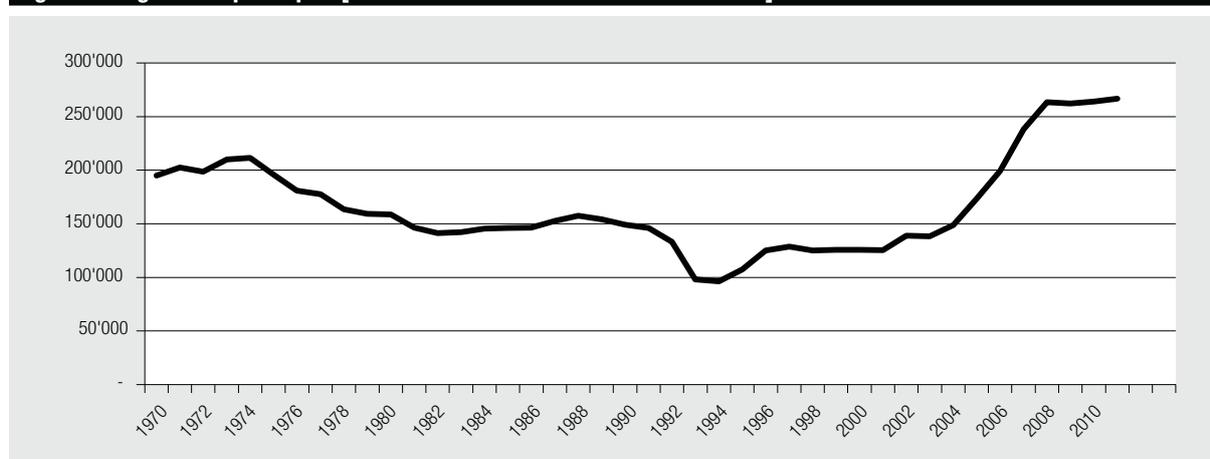
Entretanto, esse ritmo acelerado permitiu uma melhora sustentável do PIB per capita que cresceu a uma taxa anual média de 9,9% no período 2000-2009. Contudo, existe uma diferença substancial na evolução do nível do PIB per capita quando é feita a comparação entre a paridade do poder aquisitivo atual (PPP na sigla em inglês) em US\$ e os preços correntes em US\$ (Figura 2). Enquanto o PIB per

Figura 2. Angola: PIB per capita 2002-2011 PPA atual em US\$ e preços correntes em US\$



Fonte: Banco de dados do FMI

Figura 3. Angola: PIB per capita [valores em Kwanzas constantes em 2005]



Fonte: Elaborada pela secretaria da UNCTAD com base no Banco de Dados da Divisão de Estatística das Nações Unidas

capita em US\$ atuais aumentou 634% durante o período 2002-2011, em termos de PPP – que leva em consideração o poder de compra da renda – ele cresceu apenas 127%.

A Figura 3 exibe a evolução do PIB per capita em Kwanzas constantes, pois este é o indicador disponível mais adequado devido ao desalinhamento bastante prolongado da taxa de câmbio. Ela mostra o grande impacto causado pelo conflito armado - que ocasionou a perda de mais da metade do nível real da renda per capita -, e reflete o fato de que, em Kwanzas constantes, o PIB per capita de 1974 foi novamente alcançado somente em 2006, apesar dos bons resultados da expansão do setor petrolífero e do aumento dos preços do petróleo sobre a economia angolana.

A Tabela 2 apresenta as taxas de crescimento dos diferentes setores da economia angolana. Mostra que a maior parte deles experimentou evolução acentuada desde 2006, e que o setor não petrolífero obteve, em média, melhor desempenho do que o petrolífero. Essa expansão, entretanto, foi bastante volátil. Uma das características do desenvolvimento angolano é o fato de que a maioria dos setores está arrancando a partir de um patamar muito baixo e buscando recuperar o terreno perdido, o que em muitos casos explica os elevados índices de crescimento. Trata-se, sobretudo, de crescimento “caseiro” porque, tal como será mencionado mais adiante, à exceção das atividades extrativas, Angola não logrou imprimir dinamismo a suas exportações agrícolas ou industriais. Em 2010,

o valor das exportações angolanas, excetuando-se petróleo e seus derivados, gás e diamantes, chegou apenas a US\$ 266 milhões, o que corresponde a US\$ 13,9 per capita.

Calculando-se a proporção do total de comércio – importações mais exportações – em relação ao PIB, chega-se à conclusão de que a economia de Angola é bastante aberta. Essa relação atingiu, em média, 138% entre 2000-2009, percentual bem mais alto do que o de outros países africanos subsaarianos. As exportações de petróleo – e as receitas cambiais geradas por elas, que permitiram um aumento das importações – explicam essa abertura da economia. O nível da dívida externa angolana é sustentável e houve superávit da conta corrente entre 2000-2009. Graças às receitas fiscais petrolíferas, que permaneceram, em média, ao redor de 31,5% do PIB durante esse mesmo período, o equilíbrio fiscal global foi positivo. O principal problema da gestão macroeconômica em Angola é a volatilidade das receitas petrolíferas, tal como ficou patente em 2009 e 2010.

1.2.3 IDE e Finanças

Uma década de paz beneficiou enormemente o país e permitiu que fossem alcançadas elevadas taxas de crescimento econômico. Contudo, a transição para uma economia de mercado estável e operante ainda não foi concluída. Não obstante as importantes reformas econômicas implementadas desde princípios de 2000, a estabilização macroeconômica ainda tem de ser consolidada em bases sustentáveis, e o setor privado precisa transformar-se no motor do

Tabela 2. Taxas de crescimento real do PIB segundo atividades econômicas [Porcentagens baseadas em valores constantes de Kwanza em 2005]

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agricultura	9,8	27,4	1,9	29,0	6,0	11,4
Pesca	9,1	9,7	-2,4	-8,7	1,3	3,5
Petróleo	13,1	20,4	12,3	-5,1	-3,0	-5,6
Diamantes e outros recursos naturais	30,9	2,7	-8,2	4,6	-10,3	-3,3
Setor manufatureiro	44,7	32,6	11,0	5,3	10,7	3,8
Energia	13,2	8,6	26,1	21,3	10,9	15,0
Construção	30,0	37,1	25,6	23,8	16,1	6,8
Serviços de mercado	13,2	8,6	26,1	21,3	10,9	12,3
Outros	38,1	21,8	26,9	-1,6	8,7	8,2
Preços de mercado do PIB	18,6	23,2	13,8	2,4	3,4	3,4
Set. não petrol.	25,9	25,4	15,0	8,3	7,8	9,0

Fonte: Ministério do Planeamento (MINIPLAN)

crescimento e da diversificação econômica. O Estado continua a desempenhar papel relevante na economia e é responsável pela principal parcela da formação bruta do capital fixo (FBCF): as empresas estatais (SOEs na sigla em inglês) dominam o setor extrativo e têm grande participação no sistema financeiro. O processo de privatização foi interrompido e mais de 60 SOEs ainda operam em diferentes setores da economia. Existe a preocupação de que os investimentos estatais possam provocar a exclusão dos investimentos privados (OCDE 2011).

Angola está aberta ao capital estrangeiro e nos últimos 10 anos tem sido o país beneficiário que mais recebeu recursos dentre os 49 Países Menos Desenvolvidos (UNCTAD 2012). Diversas medidas foram implementadas com vistas a promover e facilitar os investimentos. A Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP) foi criada em julho de 2003 com vistas a prestar auxílio aos investidores e a facilitar novos investimentos. No transcurso desse mesmo ano, o governo angolano substituiu a Lei do Investimento Estrangeiro de 1994 pela Lei do Investimento Privado (Lei 11/03). Essa legislação determina os parâmetros gerais, benefícios e obrigações dos investidores estrangeiros, e reconhece que os investimentos desempenham papel preponderante para o desenvolvimento econômico do país. Concede prioridade para investimentos que logrem promover as exportações e reduzir as importações, e estabelece garantias e privilégios especiais para investidores estrangeiros, tal como o direito a repatriar dividendos e lucros. Além disso, oferece incentivos fiscais e financeiros de modo a atrair os investidores privados.⁶

Em 2010, o estoque de IDE em Angola chegava a US\$ 6,27 bilhões (UNCTAD 2012). Esse fluxo, entretanto, diminuiu nos últimos anos como consequência de alienações e pagamentos de empréstimos intra-corporativos, o que contribuiu para que o total de IDE chegasse ao seu nível mais baixo em um período de cinco anos. Os IDEs alcançaram seu patamar mais elevado em 2008 ao aportarem no país aproximadamente 2,2 bilhões de dólares. O fluxo tornou-se negativo em 2010 e 2011 – ou seja, o valor das repatriações e dos desinvestimentos realizados por investidores estrangeiros ultrapassou a entrada de novos IDEs (UNCTAD 2012). A maioria desses investimentos, porém, foi direcionada para os setores extrativos e atividades afins, sem contribuir de maneira significativa para a diversificação econômica e a criação de empregos. O setor manufatureiro recebeu

alguns, mas como eles eram voltados sobretudo para atividades de capital intensivo, não causaram impacto na geração de novas vagas de trabalho. Tendo em vista o padrão de IDE de Angola e a ausência de investimentos em atividades não petrolíferas, o desemprego continua a ser um problema, tal como será mencionado na próxima seção. A lei de 2006 sobre atividades comerciais estabeleceu que os estrangeiros devem investir em projetos de médio e grande portes, tais como supermercados com superfície superior a 200 metros quadrados ou centros comerciais, o que deixa patente o interesse do governo em atrair basicamente grandes negócios.

Em maio de 2011, o governo angolano promulgou uma nova lei sobre investimento privado (Lei 20/11) válida tanto para investidores nacionais quanto estrangeiros. Ela substitui legislação anterior (2003) sobre o assunto, busca atrair investimentos de “qualidade” (ao invés de “especulativos”) que possam desempenhar papel positivo no desenvolvimento global do país – inclusive em infraestrutura – e cria novas oportunidades de emprego para os angolanos. A lei se aplica aos investimentos privados a partir de um patamar mínimo de US\$ 1 milhão, e inclui disposições relativas a incentivos fiscais e outras facilidades – repatriação dos dividendos e lucros, no caso dos investimentos estrangeiros. A citada legislação procura estimular os investimentos acordados com as prioridades estabelecidas pelo governo, especialmente aqueles realizados em áreas carentes. Os abonos tributários e demais benefícios são concedidos segundo a localização do projeto, o montante envolvido, o tipo de transação e o impacto social e ambiental, e são negociados caso a caso entre o investidor e as autoridades angolanas (Comissão de Negociação de Facilidades e Incentivos). Por último, a lei estabelece as seguintes prioridades: autoestradas, ferrovias, portos e aeroportos, eletricidade e água, agricultura e pesca, indústria, turismo, saúde, educação e habitação social (RdA 2011, UNCTAD 2012).

O crescimento econômico e a reestruturação produtiva exigem a presença de um setor financeiro eficiente. Existem certas questões pendentes em Angola que tendem a limitar a contribuição desse setor para a consecução dos objetivos nacionais (Banco Mundial 2007b, USAID 2008). A área das finanças desenvolveu-se graças à chegada de bancos estrangeiros – portugueses em sua maioria – e não em decorrência da privatização das instituições financeiras existentes. Os bancos estatais são vulneráveis e possuem grande

quantidade de créditos duvidosos devido ao acesso privilegiado e às condições favoráveis oferecidas a empresas estatais ou de economia mista. Embora a concorrência tenha aumentado, três bancos - Banco de Fomento de Angola (BFA), Banco de Poupança e Crédito (BPC) e Banco Africano de Investimento (BAI) – dominam o sistema.

A ampliação gradual dos serviços bancários em Angola é evidente. O número de agências operadas por bancos públicos e privados aumentou e outros produtos, tais como cartões de crédito e terminais eletrônicos, estão igualmente em expansão. Entretanto, apesar de o total de depósitos ter crescido consideravelmente, apenas 10% da população têm acesso aos serviços bancários (Euler 2010). O crédito concedido ao setor privado representa menos de 11% do PIB (Banco Mundial 2006) – em comparação aos cerca de 23% nos países de baixa renda – e há uma gama limitada de instrumentos financeiros disponíveis no mercado. As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) sofrem particularmente de carência de crédito. Uma pesquisa revela que, em 2006, apenas 0,4% das micro, pequenas e médias empresas tinham crédito bancário (Services Group Inc. & Nathan Associates 2008). Foram implantados alguns programas de micro financiamento no país, mas seu volume e disponibilidade de crédito não são suficientes para realmente fazer diferença.

Em junho de 2006, o governo criou o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) de modo a promover o investimento interno e prestar apoio à implementação de planos nacionais de desenvolvimento. O BDA administra um Fundo de Desenvolvimento alimentado por 5% das receitas fiscais provenientes da indústria petrolífera e 2% das procedentes da produção de diamantes. Ele financia diretamente investimentos de grande porte e concede linhas de crédito a bancos comerciais, parceiros em projetos menores. Além disso, participa de investimento de capital, outorga financiamentos de longo prazo e garantias de risco para bancos comerciais, e fornece incentivos para o desenvolvimento de serviços empresariais. A principal prioridade do Banco é financiar a cadeia de valor em 4 setores de especial relevância: milho, feijões, algodão e material de construção. O BDA é uma instituição relativamente pequena embora muito ativa e as operações, apesar de bastante limitadas, aumentaram com o tempo. Em 2008, suas transações financeiras alcançaram aproximadamente US\$ 80 milhões, chegando a 200 milhões em 2009 (BDA 2009).

1.2.4. Desenvolvimento do setor privado

Tal como anteriormente mencionado, Angola passa por um processo de transição em direção a uma economia de mercado liderada pelo setor privado. Nesse contexto, embora este seja atualmente um setor em desenvolvimento, a formação bruta do capital fixo (FBCF) alcançou, em média, apenas 4,3% do PIB durante o período de 2000-2009.⁷ Esse nível é insuficiente para criar oportunidades de emprego com vistas a promover o crescimento e a diversificação da economia. Segundo o *Doing Business Report* (Relatório Fazendo Negócios) de 2013, o país ocupa um parco 171º lugar dentre as 185 economias analisadas sob a rubrica “Abrir um Negócio” devido, especialmente, aos longos trâmites, custos elevados e pré-requisitos de capital mínimo para as empresas iniciantes. No cômputo geral, Angola encontra-se abaixo da média dos países africanos subsaarianos no que se refere à facilidade de criar e operar uma companhia nova: como já foi dito, as restrições financeiras – especialmente a falta de acesso a créditos de investimento, além das dificuldades vinculadas ao processo de registro de propriedades, à obtenção de licenças de construção e à disponibilidade de energia elétrica – frearam o dinamismo do setor privado no país.

Angola, assim como outros países em desenvolvimento, possui um setor privado heterogêneo com três segmentos bem distintos: (i) um setor altamente sofisticado, basicamente em mãos de estrangeiros, vinculado à economia extrativa e que opera em mercados competitivos; (ii) um setor empresarial doméstico, atuante na economia formal, dominante em algumas atividades econômicas essenciais, e próximo ao Estado; (iii) e um setor informal composto por um conjunto de micro empresas com acumulação de capital incipiente, limitada capacidade tecnológica, uso intensivo de mão de obra não qualificada e atuação concentrada no mercado informal. O país carece de pequenas e médias empresas, cuja criação poderia contribuir substancialmente para o desenvolvimento do setor privado angolano (Banco Mundial 2007b). O setor informal – tanto rural quanto urbano – apresenta baixa capacidade de investimento, mas constitui o principal meio de vida e de emprego da população angolana, especialmente da força de trabalho feminina.

1.2.5 Emprego

Apesar do crescimento econômico acelerado dos últimos anos, o desemprego continua a representar

um grande desafio para Angola. O nível crescente dos investimentos públicos e privados – em sua maioria vinculados ao programa de reconstrução nacional –, a absorção da mão de obra imigrante e um certo dinamismo do setor agrícola ajudaram a melhorar a qualidade de vida dos angolanos. O desemprego caiu dos níveis extremamente elevados do final da década de 90 (em 2000, 42% da força de trabalho angolana estava desempregada) para cerca de 20% em meados da década de 2000, e segundo o IBEP 2008-2009 (RdA 2008-2009) a taxa atingiu 19,75% em 2009. O desemprego constitui basicamente um fenômeno urbano (21,5% em comparação com 5,9% nas zonas rurais), e afeta especialmente a população mais velha (taxa de 18,2% para aqueles com idade entre 50-64 e de 15% para jovens entre 15-24). O governo está promovendo o emprego local ao exigir que as empresas contratem uma porcentagem mínima (70%) de cidadãos angolanos. A ausência de mão de obra qualificada, porém, torna difícil preencher esse requisito; os setores mais modernos da economia e os trabalhos de reconstrução continuam, assim, extremamente dependentes de trabalhadores estrangeiros qualificados. Além disso, a presença de não angolanos também se faz mais marcante na economia informal.⁸ A escassez generalizada de oportunidades de emprego formal permanece um dos principais desafios ao desenvolvimento de Angola (PNUD 2005).

Não existem dados facilmente disponíveis sobre a distribuição do desemprego por gênero, mas levando-se em conta que a taxa de desemprego rural é substancialmente mais baixa do que a urbana, e que a vasta maioria da mão de obra feminina trabalha na agricultura, pode-se deduzir que a taxa de desemprego das mulheres é bem menor do que a dos homens. Não obstante, cabe assinalar que devido à ausência de um seguro desemprego as pessoas acabam por dedicar-se a diferentes atividades marginais no mercado informal a fim de garantir seu sustento, e portanto são consideradas pelas estatísticas como estando empregadas. Na realidade, segundo o IBEP 2008-2009 (RdA 2008-2009), 66,2% de todos aqueles considerados como atuantes no mercado de trabalho em Angola são autônomos ou familiares não remunerados.

1.2.6 Economia informal

Uma das características marcantes da economia angolana é a predominância do setor informal,

também conhecido como *candonga*. Angola possui uma das maiores economias informais do mundo em desenvolvimento. Schneider (2005) estima que a participação da informalidade no PIB oficial do país é de aproximadamente 45,2%. A economia informal compreende duas vertentes distintas, embora interconectadas: produção rural de subsistência e atividades rurais informais não agrícolas; e mercado paralelo predominantemente urbano. O setor informal urbano surgiu como consequência do ritmo acelerado da urbanização, estimulada sobretudo pelo deslocamento de populações rurais que fugiam dos conflitos em direção às principais cidades. As ondas migratórias internas exacerbaram ainda mais a escassez de empregos formais nas áreas urbanas (PNUD 2002). Além disso, a regulamentação de preços durante um longo período encorajou a população a operar na informalidade de modo a complementar sua renda, derivada da venda de produtos controlados no mercado negro (Walther 2006).

Apesar da carência e desatualização dos dados sobre o tamanho da economia informal, as informações disponíveis demonstram a relevância socioeconômica das atividades informais como principal meio de subsistência para uma considerável parcela da população angolana. Cálculos recentes indicam que a informalidade constitui a maior fonte de renda para 93% da população rural, e que 51% do total da população urbana dependem da economia informal para viver (Workshop de Desenvolvimento 2009b). Em especial, o setor informal representa a ocupação central de 70% da população feminina em Angola (BAD 2008), o que deixa patente a necessidade de examinar especificamente esse setor de modo a avaliar de forma adequada os efeitos do comércio e das políticas comerciais sobre o gênero.

1.3 O DESAFIO DA POBREZA

Embora as condições sociais como um todo tenham avançado e melhorado de forma periódica desde 2002, o país ainda enfrenta obstáculos consideráveis para lograr reduzir a pobreza e as desigualdades. O panorama apresentado abaixo manifesta nítido contraste com o que foi dito anteriormente sobre o crescimento do PIB e serve para ilustrar os desafios de desenvolvimento a serem enfrentados por este país tão rico em recursos naturais.

A despeito de uma tendência positiva no Índice de Desenvolvimento Humano – que melhorou de 0,383 em 2000 para 0,486 em 2011 – Angola está entre os

países de pior desempenho e classificado em 148º lugar dentre 187 analisados. Em anos recentes, o efeito combinado entre a paz e o elevado crescimento econômico provocou pequeno impacto na redução da pobreza, e a desigualdade e os níveis de pobreza extrema permaneceram bastante elevados em algumas áreas do país (PNUD 2005).

Em 2001, a população pobre foi estimada em 66%, enquanto 26% dos habitantes viviam em condições de pobreza extrema. Em 2007, o nível de pobreza caiu para 56%; mas segundo o Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas de 2010 (RdA, IBEP 2008-2009) cerca de 37% da população ainda vive atualmente abaixo da linha nacional de US\$ 1 por dia. Quando desagregado por local de residência, esse percentual aumenta para 58% da população rural em comparação com 18,7% da população urbana (RdA 2010e). Existe uma grande disparidade regional no que se refere à incidência de pobreza: de 17% (Luanda, Bengo, Malanga e Kwanza Norte) para 55% (Huambo, Bie, Benguela e Kwanza Sul). Da mesma forma, em regiões ricas em recursos naturais, como Cabinda, os níveis de pobreza não são muito melhores do que a média nacional.⁹ Como não existem dados facilmente disponíveis sobre níveis de pobreza e incidência por gênero, estes devem ser estimados mediante a utilização de informações constantes no IBEP 2008-2009 (RdA 2008-2009).

Outras estimativas indicam que 70% da população vivem com menos de US\$ 2 por dia (PPP), o que poderia representar um indicador mais adequado do bem estar global da população de Angola de acordo com o custo de vida prevalente.¹⁰ O PNUD, entretanto, registra um Índice Multifuncional de Pobreza (IMP) de 77,4% da população (banco de dados do IDH). Dados de 2007 indicam que, à época, 36,6% da população urbana e 70,9% da população rural não tinham acesso a três refeições diárias (RdA, 2007). Não obstante os pesados investimentos em infraestrutura social, os serviços de saúde e educação permanecem aquém das necessidades da população. A expectativa de vida no momento do nascimento é de meros 47 anos para as mulheres e 44 anos para os homens.

A pobreza é mais grave e está mais disseminada no campo (do que nas cidades), e é maior nos agregados familiares chefiados por mulheres na zona rural. Muitas são chefes *de facto* desses agregados quer devido à existência de famílias polígamas quer à migração laboral masculina. Segundo pesquisa realizada em

2004 pela FAO e pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola (MINADER), 31% de todos os agregados familiares são chefiados por mulheres e constituem a maioria das famílias vivendo em condições de pobreza extrema. O estudo revela que dentre os 20% da população mais pobre de Angola, 60% correspondem a agregados familiares chefiados por mulheres (van Klaveren et. al. 2009).

Angola continua a ser um dos países mais desiguais do mundo devido à elevada concentração de renda no topo da distribuição. Entre 1995 e 2000, os 10% mais ricos da população aumentaram sua parcela do total de renda dos agregados familiares de 31,5% para 42,2%. O coeficiente de Gini passou de 0,45 em 1995, para 0,58 em 2000 e chegou a 0,64 em 2005 (BAD/OCDE, 2008:115, citado por Lopes 2009). Nos últimos anos, a distribuição de renda não apresentou melhora significativa e a maioria dos analistas concorda que a brecha entre ricos e pobres só fez crescer. Por outro lado, pode-se considerar um sinal positivo o fato de a classe média dar mostras de estar se expandindo (BTI 2012, Universidade Católica 2010).

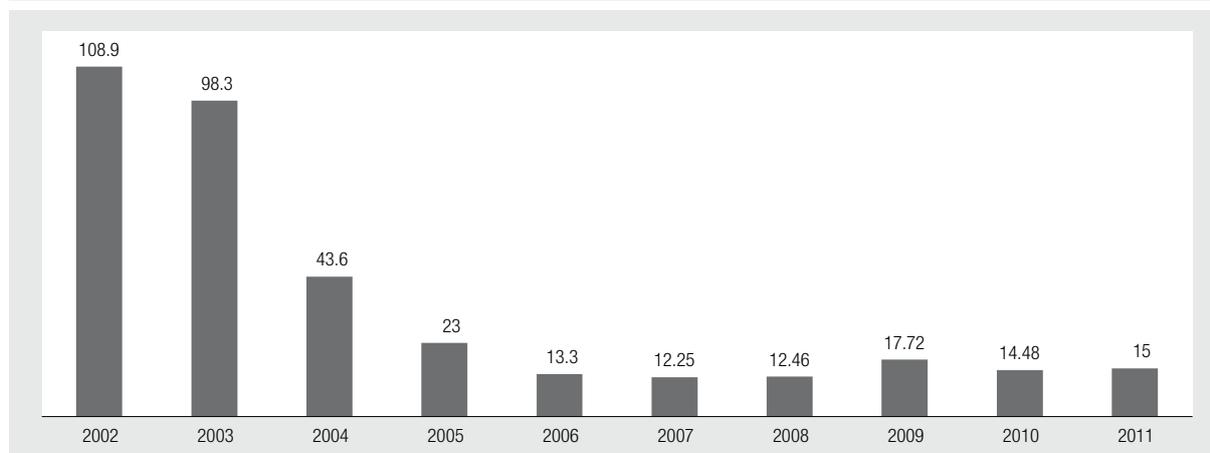
Em Angola, existe não apenas uma desigualdade de renda geral, como também uma grande clivagem entre as zonas rurais e urbanas. A atividade econômica, a exceção do petróleo e dos diamantes, está desmedidamente concentrada em Luanda e no litoral: em 2007, 77% dos empregos formais estavam centralizados na capital, além de existirem também outras importantes assimetrias regionais (Alves Da Rocha 2010). Luanda aglutina 75% do setor manufatureiro, 65% do comércio e 90% das atividades bancárias e financeiras. Como pode ser observado na Tabela 3, a população urbana desfruta de acesso privilegiado aos serviços básicos em comparação com a população rural.

A redução da pobreza é tida pelo governo como ferramenta de apoio ao crescimento econômico e ao

Tabela 3. Angola: Acesso aos Serviços Básicos - Porcentagem da população

Serviços Básicos	Urbano	Rural
Eletricidade	66,3	8,6
Água	59,7	22,8
Saneamento	84,6	31,1

Fonte: Alves Da Rocha (2010)

Figura 4. Angola: Taxa de inflação 2002-2011, média anual

Fonte: Banco de Dados do FMI

desenvolvimento do mercado interno. A Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) foi oficialmente aprovada em 2004, e revisada em 2005 (RdA, Unidade de Reconciliação Nacional 2004a). Concentra-se na reconstrução da infraestrutura, no acesso a educação, saúde e outros serviços básicos e na descentralização das estruturas de governação. O Governo elaborou alguns documentos estratégicos onde são integradas as várias medidas de erradicação da pobreza de modo a reforçar a ECP: o Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo 2009-2013; um documento de longo prazo denominado *Angola Visão 2025*; o programa eleitoral do MPLA 2009-2012; e o Plano Nacional do Governo para o Biênio 2010-2011 (RdA 2009b). Atualmente, o país busca alcançar 4 objetivos principais: (i) estabilização da economia e gestão fiscal; (ii) reconstrução da infraestrutura; (iii) melhor acesso aos serviços básicos, tais como saúde e educação; e (iv) reativação do setor agrícola. Espera-se que a melhoria da produtividade e produção agrícolas se torne um importante instrumento de combate à pobreza. Embora recentemente alguns recursos tenham sido destinados ao desenvolvimento da agricultura e da pesca, a expansão do setor

produtivo privado como um todo ainda não é parte essencial da agenda nacional.

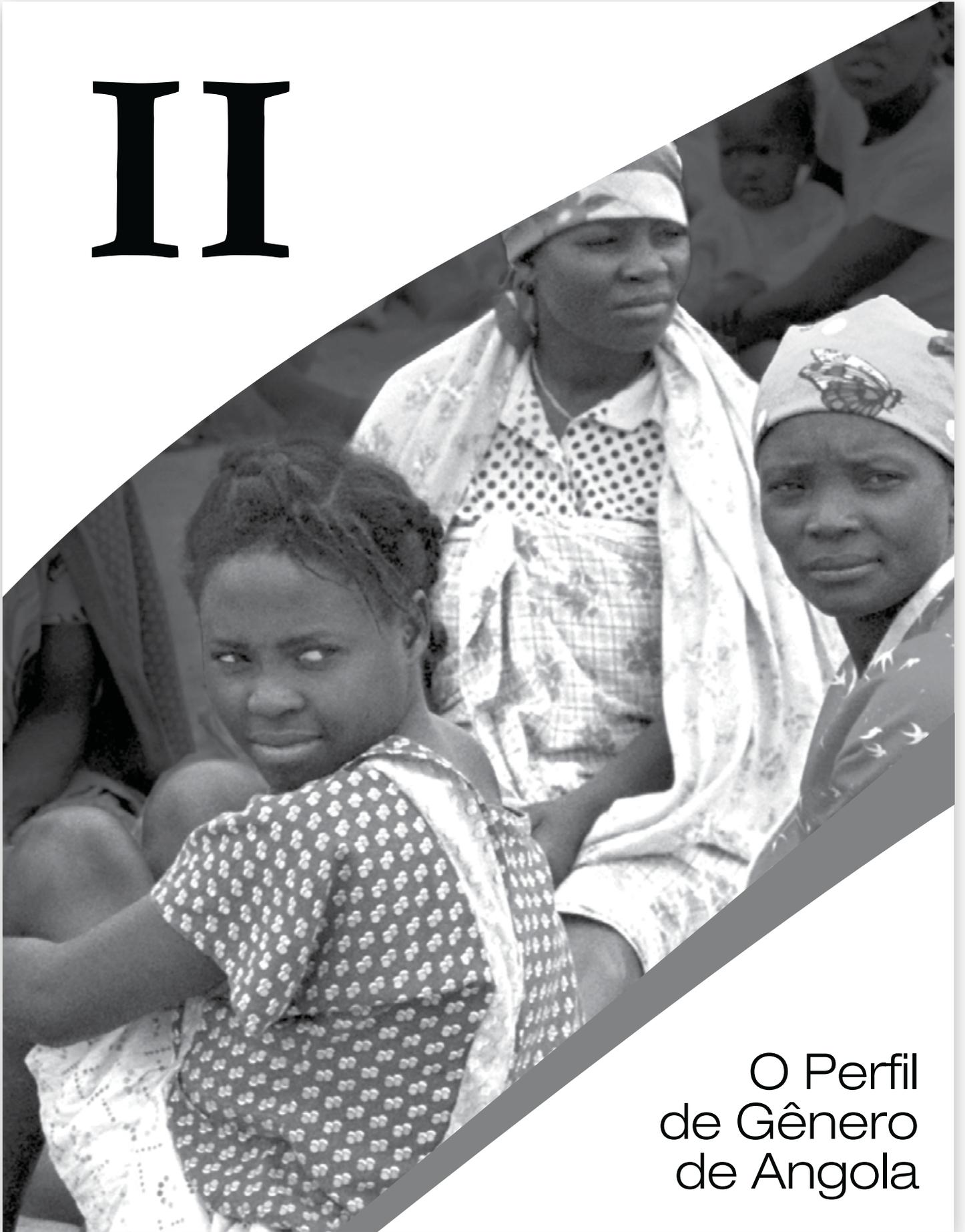
A ênfase permanente das políticas macroeconômicas no combate à inflação conspirou contra outros objetivos de desenvolvimento. Tal como indica a Figura 4, embora os elevados índices inflacionários que tanto afetaram o país no passado tenham sido eliminados, o aumento de preços anual ainda permanece no patamar dos dois dígitos. A inflação tem grande impacto no bem estar da população, solapando a renda real. Entretanto, seu efeito varia entre os diferentes segmentos da população de acordo com seu perfil de consumo e sua fonte de renda. As consequências da inflação sobre o bem estar da população e de seus diferentes segmentos devem ser consignadas na avaliação dos resultados de qualquer política – inclusive das políticas comerciais.

O desafio para o estadismo econômico em Angola é encontrar o equilíbrio perfeito entre estabilização econômica e outros objetivos de desenvolvimento, inclusive redução da pobreza e promoção e consolidação de um setor privado nacional dinâmico e competitivo no plano internacional.

NOTAS

- 2 Ver <http://www.bti-project.org/country-reports/esa/ago/>
- 3 Ver <http://www.moibrahimfoundation.org/angola/>
- 4 Em uma escala de -2,5 a +2,5 (sendo +2,5 o melhor), Angola em 2011 atingiu -1,10 em qualidade regulatória, -1,23 em estado de direito e -1,36 em controle da corrupção, http://info.worldbank.org/governance/wgi/sc_chart.asp
- 5 Em 2010 o governo promulgou uma lei estabelecendo sanções legais para os crimes de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo com penas de até 24 anos de prisão (Lei 34/11, RA 2010c). Nesse mesmo ano, foi igualmente promulgada a Lei de Proibição Pública. Ao mesmo tempo em que reafirma os princípios da boa governação, a citada Lei determina sanções legais para crimes cometidos por funcionários públicos (aceitar suborno, utilizar bens públicos em proveito próprio, etc) (Lei 3/10, RdA 2010d).
- 6 Por exemplo, compra de bens imobiliários por meio de projetos de investimento; e concessão de subvenções governamentais anuais a empresas privadas visando à criação de empregos permanentes na fase inicial do projeto.
- 7 O FBCF total durante esse período foi de 12,7% do PIB, o que demonstra que o Estado é o principal investidor. O nível de FBCF é relativamente baixo e insuficiente para transformar a economia.
- 8 Calcula-se que entre 50.000 e 70.000 estrangeiros trabalhem atualmente em Angola. Algumas fontes estimam que cerca de 300.000 não angolanos atuem no setor informal. (Seminário de Desenvolvimento 2009b).
- 9 A incidência de pobreza nas províncias de Cabinda, Uíge, e Zaire é de 38%, enquanto é de 51% em Luanda Norte, Luanda Sul, Moxico, Kuando e Kubango, e de 40% em Namibe, Cunene e Hulla. (RdA, IBEP 2008-2009)
- 10 54% da população vive abaixo da linha internacional de pobreza de US\$ 1,25 por dia (dados do Banco Mundial).

II



O Perfil
de Gênero
de Angola

2.1 INTRODUÇÃO

Em termos gerais, a disparidade de gênero está diminuindo em Angola e é possível destacar melhoras significativas em matéria de igualdade de gênero. Entretanto, a situação da mulher ainda está repleta de desafios provocados por quase quarenta anos de conflito e pela herança de práticas e hábitos costumeiros baseados no gênero que por vezes colocam-na em desvantagem em termos de saúde, realização educacional e acesso a recursos essenciais (tais como a terra). O difícil passado de Angola obrigou o país a lidar com dois pesados fardos: a reconstrução de infraestruturas básicas, como saúde e transporte, e a desmobilização e reintegração social dos ex-combatentes. O conflito deixou igualmente um legado acumulado de violência de gênero que precisa ser enfrentado. Esses fatores – somados à discriminação contra a mulher ainda encontrada no direito consuetudinário, nas práticas e nos comportamentos tradicionais – criam uma situação na qual as mulheres precisam lutar para sobreviver, alimentar suas famílias e desempenhar seu papel na sociedade e no desenvolvimento econômico do país. As limitações de tempo da mulher angolana decorrente desse contexto desafiante e a ausência de um setor manufatureiro voltado para a exportação mantiveram a força de trabalho feminina nos setores informais rurais e urbanos da economia (agrícolas de subsistência e não agrícolas).

O governo de Angola tem envidado esforços com vistas à integração de gênero e ao empoderamento da mulher na sociedade. Desde a independência, com a promulgação do princípio de igualdade entre homens e mulheres e a proibição de qualquer tipo de discriminação baseada no gênero, Angola revogou todas as leis discriminatórias herdadas dos tempos coloniais. A igualdade da mulher está consagrada na legislação nacional e, de maneira notável, a nova Constituição reafirma e reforça esse princípio. Entretanto, a persistente falta de dados desagregados por gênero e a insuficiente alocação de recursos nacionais orçamentários necessários ao bom funcionamento da estrutura de gênero são considerados como os principais obstáculos à plena consecução desse objetivo. Além disso, a discriminação decorrente de práticas costumeiras é tenaz e serão necessários esforços adicionais de modo a lograr uma verdadeira igualdade e uma maior participação das mulheres no desenvolvimento do país (Nações Unidas 2013), tal como será ressaltado nas próximas seções.

2.2 “RESULTADOS” RELACIONADOS AO GÊNERO

Angola apresenta um índice de disparidade de gênero de 0,662 e está na 87ª posição dentre os 135 países examinados no Relatório sobre Disparidade de Gênero do Fórum Econômico Mundial (FEM 2011a).¹¹ Cabe assinalar que essa disparidade como um todo está diminuindo com o tempo, embora o avanço nos quatro indicadores – participação econômica, realização educacional, saúde e sobrevivência, e empoderamento político – seja desigual.

2.2.1 Saúde e sobrevivência

Estima-se que em 2011 Angola tinha 19,62 milhões de habitantes, chegando a 20,16 milhões em 2012.¹² Em 2008, a população era considerada jovem: 67% tinham menos de 25 anos e 23% das mulheres estavam em idade fértil (Banco Africano de Desenvolvimento 2008). Este fato é relevante porque as mulheres em Angola tendem a casar cedo¹³ e a ter filhos ainda muito moças. Isso se reflete na taxa de global de fecundidade de 2011, de 5,8 partos por mulher e, especialmente, no índice de fertilidade na adolescência - entre 2001-2010 foram 165 nascimentos por 1.000 mulheres com idades entre 15 e 19 anos. A maternidade na adolescência é mais comum nas áreas rurais do país (USAID/PNUD 2006-2007). Embora a idade mínima para o casamento seja 18 anos, excepcionalmente reduzida para 16 e 15 para meninos e meninas respectivamente, (RdA 1988), essa regra não é efetivamente cumprida e a idade tradicional para o matrimônio (especialmente em grupos de baixa renda) coincide com o início da puberdade.

O acesso à assistência médica, particularmente à atenção pré-natal e materna, é limitado.¹⁴ A dificuldade decorre tanto da falta de infraestrutura quanto da escassez de pessoal qualificado. Em 2009, as estimativas de gastos em saúde como porcentagem do PIB indicavam que Angola estava entre os países africanos com níveis mais baixos de despesas governamentais nessa área.

Essa falta de acesso aos serviços sanitários provocou mortes desnecessárias, como vê-se refletido nas altas taxas de mortalidade de crianças com menos de 5 anos. De fato, em 2010 Angola apresentou uma elevada incidência de mortalidade de crianças abaixo de 5 anos em comparação com os países vizinhos. (Organização Mundial da Saúde 2012b).

O problema da falta de acesso a uma assistência médica confiável e regular em Angola constitui um pesado fardo para as mulheres, primeiramente devido às repercussões negativas sobre sua própria saúde e em segundo lugar em vista do considerável tempo que devem dedicar aos cuidados dos enfermos e membros idosos de sua família. Assim, sua capacidade de atuação na sociedade e na economia vê-se substancialmente reduzida.

Outro obstáculo à plena participação da mulher na sociedade e na economia advém da violência de gênero. Este tem sido um sério problema em Angola, tanto durante quanto após o conflito. Segundo um estudo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), 30% das mulheres em campos de refugiados sofreram “algum tipo de violência”. A questão, contudo, não se resume às mulheres em campos de refugiados, pois a violência doméstica é muito difundida e frequente (BAD 2008). Um outro estudo sobre o tema, divulgado em 2007, mostra que em Luanda 78% das mulheres experimentaram alguma forma de violência doméstica desde os 15 anos de idade. Maridos ou namorados são os responsáveis pela maioria dos atos violentos (Departamento de Estado dos EUA). Poucos são os casos registrados nas delegacias ou levados aos tribunais visto que as vítimas muitas vezes carecem de apoio ou compreensão de parte da polícia ou dos membros do Judiciário. Segundo dizem, se uma mulher solteira for violada, por exemplo, a questão será considerada resolvida se ela se casar com o violador. A violência de gênero agrava ainda mais outros desafios enfrentados pelas mulheres angolanas. Por exemplo: “o abuso sexual nas escolas por parte de professores homens tem influência direta sobre os elevados índices de evasão escolar feminina; crenças populares sobre práticas sexuais, muitas das quais incluem a coerção de jovens mulheres, afetam as taxas de VIH/SIDA; a violência dos parceiros íntimos é culturalmente tolerada nos lares, o que afeta os índices de mortalidade materna” (BAD, 2008: 26).

Em resposta a esse problema, o Ministério da Família e da Promoção da Mulher (MINFAMU) mantém um programa em parceria com a Ordem dos Advogados de Angola de modo a oferecer assistência jurídica gratuita às mulheres vítimas de abuso, e criou centros de aconselhamento com vistas a ajudar as famílias a lidar com a violência doméstica. Recentemente, o MINFAMU encabeçou um esforço conjunto de âmbito interministerial visando ao lançamento de numerosas

campanhas de conscientização sobre os direitos das mulheres e a violência doméstica e à realização de seminários e de seções de capacitação no plano nacional, provincial e municipal (Departamento de Estado dos EUA 2012). Em junho de 2011, a Assembleia Nacional promulgou a Lei sobre Violência Doméstica que tem como objetivo assegurar a proteção das mulheres vítimas de violência garantindo seu acesso a auxílio médico, financeiro e jurídico.

2.2.2 Realização educacional

O peso desproporcional da atenção à família que recai, geralmente, sobre os ombros das mulheres ou meninas nas zonas rurais, juntamente com outras restrições socioeconômicas, também se reflete nas recentes estatísticas sobre a realização educacional feminina em Angola. É possível perceber a ausência quase total de mudança na disparidade de gênero em matéria de realização educacional entre 2006 e 2011. Em 2010, o índice de alfabetização chegou a 70,1% para adultos e a 73,1% para jovens. Entretanto, esses números escondem uma notável discrepância: a taxa de alfabetização de adultos é de 82,7% para homens e 58,1% para mulheres, e no caso dos jovens é de 80,5% para meninos e 65,8% para meninas.¹⁵ No que se refere à presença nas escolas, os dados da UNESCO de 2010 indicam que 78% das meninas e 93% dos meninos angolanos estão matriculados no ensino primário e 4% da população em idade escolar terciária estão inscritos na educação terciária, sendo a participação dos homens ligeiramente superior à das mulheres.¹⁶ De acordo ao relatório sobre Angola da UNHCR/JICA NEPAD, em 2006 as meninas representavam apenas 11,5% dos alunos da escola secundária e 39% de todos os estudantes registrados em universidades. (UNHCR/JICA, 2006).

A falta de oportunidade para as mulheres para além do ensino primário faz-se notar, sobretudo, no interior do país onde o desequilíbrio de gênero na educação é mais marcante. Segundo um estudo do BAD realizado em 2008, as famílias dão prioridade à educação dos meninos devido a razões sociais e econômicas. Muitas vezes as despesas escolares obrigam a família escolher a(s) criança(s) que pode(m) estudar, e as meninas são, frequentemente, consideradas indispensáveis para o trabalho doméstico. Além disso, elas casam cedo e, assim, é inútil investir em sua capacitação profissional se sem dúvida acabarão sendo as responsáveis pela casa e pelas crianças.

2.2.3 Participação econômica

Por todas as razões mencionadas acima, é possível perceber que em Angola as mulheres sofrem significativa limitação de tempo, além de acesso restrito à capacitação e aos recursos necessários à sua efetiva e ampla participação na economia formal.

A liberalização da economia e as políticas comerciais e cambiais não lograram promover o desenvolvimento de um setor manufatureiro voltado para a exportação, principal ferramenta para a feminização da força de trabalho industrial em muitos países em desenvolvimento. Essas políticas (juntamente com o comportamento da taxa de câmbio) levaram, entretanto, à expansão da economia informal urbana. No setor informal urbano existe uma divisão de gênero segundo a qual as mulheres vendem geralmente alimentos e bebidas em mercados informais enquanto trabalham em casa ou próximo a ela de modo a poderem executar também seus afazeres domésticos (Wold e Grave 1999; Workshop de Desenvolvimento, Angola 2009a). A liberalização do comércio disponibilizou produtos baratos em termos de Kwanzas, o que permitiu a expansão do mercado informal e passou a oferecer uma oportunidade às mulheres de lograrem seu sustento.

Como é tendência geral em todos os países, a literatura especializada indica que, de modo a aumentar seus benefícios comerciais, as companhias exportadoras tendem a incorporar as mulheres em sua cadeia de valor por meio da terceirização (Carr e Chen 2002). Entretanto, tal parece não ter sido o caso em Angola. Lá as trabalhadoras do setor informal atuam, primordialmente, na área de serviços ao consumidor e têm pouca participação em atividades produtivas. Assim sendo, não possuem qualquer experiência nesse tipo de ocupação e dispõem de poucas chances de serem contratadas para trabalhos terceirizados. As atividades informais de produção, assim como outros tipos de serviços, tendem a ser setores dominados pela mão de obra masculina. No segmento retalhista, os homens, especializam-se mormente na venda de uma variada gama de produtos com mais valor agregado do que alimentos e bebidas. O Capítulo IV apresenta pormenores sobre a situação da mulher no mercado laboral e lista os efeitos da política comercial sobre ela.

2.2.4 Empoderamento político

As eleições gerais em Angola foram realizadas em 31 de agosto de 2012, e S.E. o senhor José Eduardo

dos Santos foi reeleito Presidente. O novo governo foi formado em outubro de 2012, composto por 35 ministros, 27 homens e 8 mulheres (o que equivale a 77% e 23% do Gabinete respectivamente).¹⁷ No governo anterior, o percentual de ministras era levemente mais alto (29%). Contudo, visto que em janeiro de 2012 a média mundial de mulheres em cargos ministeriais era de 16,7% (União Interparlamentar e ONU Mulheres, 2012), os 23% de Angola são um bom resultado em termos de participação política feminina no país.

A presença das mulheres em posições decisórias motiva, com frequência, uma maior preocupação com os obstáculos e desafios enfrentados por elas; isso, porém, não pode ser considerado como sendo suficiente para a promoção da igualdade de gênero no país. É essencial que sejam desenvolvidas mais ações específicas com vistas a habilitar as mulheres a participarem plenamente da sociedade e a tirarem proveito das oportunidades econômicas.

2.3 VARIÁVEIS RELACIONADAS AO GÊNERO (FATORES LEGAIS E SOCIAIS QUE AFETAM A IGUALDADE DE GÊNERO)

2.3.1 Leis, políticas e instituições que promovem a igualdade de gênero

Angola possui um sistema jurídico dual ou misto baseado no direito civil e no direito consuetudinário portugueses. Os princípios de igualdade de gênero e de não discriminação contra a mulher estão consagrados na Constituição e na legislação nacional. Os compromissos de Angola com a igualdade de gênero são evidenciados na análise de sua legislação e políticas nacionais oficiais. Entretanto, os dados revelam que a disparidade de gênero ainda persiste na sociedade angolana e as desigualdades entre homens e mulheres ainda constituem um desafio ao desenvolvimento. O direito consuetudinário é muito arraigado e questões relacionadas à posse da terra ou a heranças ainda são regidas pelas práticas tradicionais, as quais, tipicamente, discriminam as mulheres.

2.3.1.1 Os marcos nacional e internacional

Angola é parte dos mais importantes instrumentos regionais e internacionais relativos ao progresso das mulheres e à promoção da igualdade de gênero. Em 1986, o país aderiu à CEDAW, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação

contra a Mulher de 1979, e em 2007 ao Protocolo Facultativo da CEDAW de 2000.¹⁸ No plano regional, Angola ratificou o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África, também conhecido como o Protocolo de Maputo (2007), e o Protocolo da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento (2008), e subscreveu a Declaração sobre Gênero e Desenvolvimento da SADC (1997). Como membro da União Africana, Angola endossou a Declaração Solene sobre Igualdade de Gênero e a Política de Gênero da União Africana, a qual estabelece o marco de ação para a aceleração da igualdade de gênero, da justiça de gênero e da não discriminação no âmbito africano.

O governo angolano tomou várias medidas de modo a promover a igualdade de gênero e os direitos da mulher no plano nacional. Em fevereiro de 2010, entrou em vigor a nova Constituição que veio substituir a de 1992 (RdA, 1992 e 2010a). Em conformidade com a Carta anterior, o novo documento reitera o princípio da igualdade e da não discriminação entre os cidadãos, independentemente do sexo. Reforça o princípio da igualdade de gênero ao sublinhar que homens e mulheres possuem direitos e obrigações iguais na família e na sociedade. A nova Constituição situa a promoção da igualdade de gênero dentre as principais responsabilidades governamentais, e afirma sua obrigação de assegurar direitos e oportunidades equitativos sem distinção de “origem, raça, grupo étnico, sexo ou cor”.

As mulheres em Angola desfrutam de um elevado grau de liberdades civis e, segundo o Banco Mundial, não existe discriminação *de jure* contra as mulheres no que se refere às diferentes dimensões dos direitos legais (Banco Mundial 2011). As mulheres angolanas não se defrontam com qualquer restrição legal ao acessar recursos financeiros, impetrar ações legais, estabelecer contratos ou iniciar uma atividade empresarial, sem importar seu estado civil. O Código da Família, em vigor desde 1988, outorga a ambos os cônjuges direitos e responsabilidades iguais em questões relacionadas à administração do agregado familiar, à propriedade conjugal e ao exercício do poder parental. Em matéria de herança, no caso de morte de um dos cônjuges igual direito de propriedade é concedido ao sobrevivente, independentemente do gênero.

O país também ratificou as Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Direito Trabalhista concede as mesmas oportunidades

de acesso ao emprego e à capacitação, proíbe qualquer tipo de discriminação baseada em gênero no ambiente de trabalho e determina remuneração igual para trabalho igual. O Artigo 273 do Direito do Trabalho estabelece o direito a um mínimo de três meses de licença maternidade remunerada e exige que o empregador permita pausas regulares para as mães lactantes. A legislação em vigor protege as grávidas contra a demissão e proíbe a execução de tarefas consideradas de risco para a gravidez. Não há qualquer disposição em vigor referente à licença paternidade.¹⁹ Não há lei alguma relativa ao assédio sexual no ambiente de trabalho (RdA 2000). Em junho de 2011, a Assembleia Nacional promulgou uma legislação sobre a violência doméstica que garante proteção e assistência jurídica e financeira para mulheres vítimas de abuso.²⁰ É preciso ainda criar a regulamentação pertinente de modo a tornar essa lei operacional.

Segundo o direito civil, não há qualquer restrição quanto ao direito da mulher ao acesso a terra (RdA 2004b). A terra é propriedade do Estado, mas pode ser transferida para um indivíduo, incluindo mulheres, ou para comunidades rurais segundo sua utilidade e uso efetivo. As concessões de terras são acordadas em base ao prazo e propósito de sua utilização, bem como à classificação fundiária. A lei territorial estabelece a gestão da terra em conformidade com o sistema tradicional de *sobas*²¹ e, embora direitos iguais de propriedade sejam garantidos por lei a homens e mulheres, a posse da terra em Angola permanece praticamente fora do sistema formal. De acordo com a gestão costumeira da terra, o acesso das mulheres depende em grande medida do seu estado civil, e o lote de terreno chega tradicionalmente a elas por intermédio dos maridos (ver a seção 2.3.2 abaixo). Embora certas tradições vinculadas às práticas costumeiras ainda possam excluir a mulher do direito à posse da terra, o Direito Civil sobrepõe-se ao Direito Consuetudinário.

2.3.1.2 Medidas governamentais para promover a igualdade de gênero

O governo de Angola considera as questões de gênero e de empoderamento das mulheres como componentes fundamentais do desenvolvimento nacional. Desde o ano da independência, em 1975, até 1991, o mecanismo nacional para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento da mulher era a Organização da Mulher Angolana (OMA), órgão do partido governante. Em 1991, foi criada a Secretaria

de Estado para a Promoção e o Desenvolvimento da Mulher (SEPDM) e, nesse mesmo ano, a secretaria foi promovida a Ministério para Assuntos da Mulher. Finalmente, em 1997, foi transformado em Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) com uma estrutura provincial descentralizada. De modo a reforçar o MINFAMU, em 1999 foi criado o Conselho de Coordenação Multisectorial de Gênero. O MINFAMU é responsável pela promoção da igualdade de gênero no âmbito decisório e pela integração da mulher nas esferas social, econômica, profissional e científica. A nomeação de pontos focais em outros ministérios tem como objetivo assegurar a promoção da igualdade de gênero em todos os níveis governamentais.

Em conformidade com a Plataforma de Ação de Beijing e sob a coordenação do MINFAMU, em 2001 foi adotada a Estratégia Nacional para a Promoção da Igualdade de Gênero até 2005²². Ela tinha como propósito estimular a participação da mulher nas esferas social, política e nacional. Um dos objetivos atuais da Estratégia de Gênero é criar um banco de dados desagregado por sexo como parte do esforço de fortalecer o Instituto Nacional de Estatística. O MINFAMU está operando, igualmente, centros para vítimas da violência doméstica e possui programas voltados para os homens, buscando mudar sua atitude sobre esse tipo de abuso (BAD 2008).

Com a Estratégia de Redução da Pobreza (ERP) - aprovada em 2004 - o governo de Angola, com o apoio do PNUD e do Banco Mundial, lançou um programa de desenvolvimento de grande porte. Ao definir as principais áreas de intervenção com vistas à redução da pobreza até 2015²³, o ERP ressalta a importância da inclusão da dimensão de gênero como questão transversal de qualquer estratégia e iniciativa voltadas para o combate da pobreza e para o fomento do desenvolvimento nacional (RdA 2005a).

Segundo o projeto do governo, essa Estratégia inclui uma série de programas com áreas específicas de atuação. Em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – especialmente com o ODM3 sobre igualdade de gênero e empoderamento da mulher – foi colocada ênfase no direito da mulher à educação, na melhoria da atenção à saúde materna e na redução da vulnerabilidade à infecção do VIH/SIDA. O programa Educação para Todos destaca ser urgente fomentar o acesso das mulheres e meninas à educação e reduzir a elevada taxa de analfabetismo feminino. No âmbito do Programa de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural, foi criada uma

rede de Serviços de Promoção da Mulher de modo a encorajar uma maior inclusão de gênero em todos os aspectos do desenvolvimento rural, inclusive: no processo de tomada de decisão, no acesso ao mercado de trabalho e à terra, no desenvolvimento comunitário, e na gestão e preservação dos recursos naturais. Por meio de programas educativos e informativos, o MINFAMU assegura a promoção da igualdade de gênero nas áreas urbanas e rurais. Em 1999, sob o auspício do Comitê Nacional de Apoio à Mulher Rural (COMUR), foi lançado um programa de micro crédito com o objetivo de incentivar a capacidade produtiva, aumentar a renda familiar e reduzir a pobreza. Até 2006, esse programa tinha prestado assistência a aproximadamente 5.000 famílias rurais (UNHCR/JICA, 2006).

Apesar do firme empenho do MINFAMU no sentido de fazer avançar as iniciativas de gênero mediante campanhas de sensibilização e de conscientização dos formadores de opinião – bem como de seminários e de cursos de capacitação para autoridades governamentais e partes interessadas – foram detectadas importantes deficiências no programa. Faltam ao MINFAMU o órgão especializado e os recursos necessários de modo a integrar as questões de gênero nas diferentes políticas existentes (van Klaveren et al. 2009). Em particular, não houve qualquer análise ou debate nacional sobre questões comerciais ligadas ao gênero. A igualdade de gênero e o empoderamento da mulher há muito têm estado presentes nos discursos desenvolvimentistas em Angola, mas no passado recente outros desafios prementes atraíram com mais vigor o zelo dos formuladores de políticas. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD 2008) chama a atenção para a tendência à “evaporação da política de gênero”.²⁴

2.3.2 Práticas do direito consuetudinário e outros obstáculos socioculturais à igualdade de gênero em Angola

O direito consuetudinário ainda está presente em Angola. Questões relativas à família e aos direitos de propriedade são tratados segundo regras baseadas na tradição, as quais possuem, tipicamente, um viés discriminatório contra a mulher. As regras e instituições tradicionais, que operam fora do arcabouço jurídico, determinam o acesso das mulheres à terra, educação, saúde, propriedade e recursos financeiros, bem como ao tipo de empregos disponíveis para elas e às condições de trabalho. Também definem e influenciam

o respeito e a defesa de seus direitos individuais *de jure*. As mulheres em Angola, por exemplo, dispõem de pouca proteção *de facto* em questões como violência, divórcio, autoridade parental e herança (BAD 2008; GID-DB 2007).

Existem diferenças substanciais quanto à aplicação do direito consuetudinário nas várias regiões e comunidades angolanas. Em algumas áreas, os princípios norteadores do direito de herança são determinados por parâmetros quer matrilineares quer patrilineares: na província oriental de Moxico, por exemplo, os agregados familiares são frequentemente chefiados por mulheres, o que lhes confere uma condição social mais elevada além de um importante papel no âmbito comunitário. Em tais comunidades, as mulheres também podem ser eleitas como chefes de clãs e a poliandria é comumente praticada.

A poligamia é proibida em Angola, mas é contudo amplamente disseminada no país. A incidência de casamentos poligâmicos aumentou como consequência do conflito armado, ao longo do qual um grande número de homens perdeu a vida. As mulheres casadas sob regime poligâmico estão sempre em grande desvantagem pois, segundo o direito consuetudinário, o marido é financeiramente responsável apenas pela esposa e filhos com os quais compartilha o mesmo teto.

Os princípios que regulam a herança e a posse da terra também são amplamente determinados por diferentes práticas consuetudinárias, que no mais das vezes variam de uma região para outra e de um grupo étnico para outro. De acordo com os costumes correntes sobre posse da terra, as mulheres não têm direito à propriedade em igualdade de condições com os homens. Especialmente nas áreas rurais, as mulheres ganham o direito à posse da terra apenas por meio do casamento e, em geral, esse direito, assim como o de ter acesso a recursos econômicos, dependerão de sua capacidade reprodutiva e de seu estado civil. Isso significa que em certas regiões uma mulher que não tenha filhos, ou que seja divorciada ou viúva, poderá facilmente perder seu direito à posse da terra. Além disso, as mulheres não participam normalmente da gestão dos recursos comunitários.

Existem também lacunas quanto ao acesso à terra devido a procedimentos administrativos complexos e onerosos que penalizam particularmente as mulheres pobres e com baixo nível educacional. Há relatos sobre autoridades governamentais que dificultam

o direito das mulheres ao acesso à terra em base a critérios discriminatórios. Além disso, elas enfrentam problemas recorrentes de falta de conhecimento de seus direitos ou de dificuldades no momento de submeter seus casos à justiça. Não obstante a implementação de mecanismos de assistência jurídica para pessoas de baixa renda, o número limitado de tribunais existentes no país e, conseqüentemente, o grande volume de demandas e de atrasos processuais tornam difícil apelar ao poder judiciário (FAO 2011).

Um obstáculo adicional é o fato de as vastas propriedades em Angola possuírem titularidade informal, o que torna comum os múltiplos processos de transferência de terras. Após a guerra, a grilagem, os posseiros e a destruição de registros oficiais converteram-se em um problema de grandes proporções e atrapalham até hoje a identificação dos legítimos donos. Por outro lado, como o governo não possui capacidade suficiente para realizar um censo territorial, milhares de pessoas foram forçadas a desocupar assentamentos informais e, conseqüentemente, perderam seus parques ativos econômicos. Com frequência, os mecanismos de compensação são inexistentes ou ineficientes (Foley 2007). O número desproporcional de agregados familiares chefiados por mulheres colocou-as em uma situação particularmente vulnerável, pois elas são consideradas apenas como guardiãs temporárias da terra, sem qualquer direito assegurado pelas práticas consuetudinárias.

A Constituição de 2010 estabelece uma clara distinção entre direito civil e direito consuetudinário (Art. 223). A validade deste último e o poder das instituições tradicionais são aceitos apenas quando não violam as disposições constitucionais nem a dignidade humana (Art. 223). O cumprimento dessas práticas permanece vinculado aos princípios consagrados na Constituição. Levando-se em conta a reafirmação dos direitos das mulheres na nova Carta e o princípio da igualdade entre os sexos, qualquer discriminação de gênero no âmbito do direito consuetudinário deveria ser nulificada pela nova Constituição quando viola a dignidade humana e as disposições constitucionais.

Foram criados Conselhos de Auscultação e Concertação Social de modo a reduzir o fosso entre governo e comunidades, aproximar autoridades locais, representantes do MINFAMU, Igreja, ONGs e sociedade civil e estimular a governação participativa. Os Conselhos possuem poder de arbitragem em casos de controvérsia entre o direito civil e o consuetudinário.

As mulheres podem apelar a esses Conselhos buscando impugnar decisões tomadas em base ao direito consuetudinário se considerarem que tais decisões são menos favoráveis aos direitos humanos do que o que estabelece o direito positivo. É-lhes permitido, igualmente, procurar aconselhamento jurídico suplementar com o MINFAMU, com a Ordem dos Advogados de Angola ou com a Associação de Mulheres Advogadas Angolanas.²⁵

Em conclusão, embora o princípio de não discriminação consagrado na Constituição de 2010 seja de grande relevância, serão possivelmente necessárias ações positivas adicionais para que as mulheres possam vir a tirar total proveito dessa disposição e assim superar as barreiras administrativas e sociais que impedem o pleno gozo de seus direitos.

2.3.3 Efeitos do conflito em Angola sobre a perspectiva de gênero

O conflito armado entre o Governo de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) chegou ao fim com a assinatura do Memorando de Entendimento em Luena, em abril de 2002. A atual situação das mulheres em Angola é primordialmente determinada pelas instituições sociais do país e pelo legado do conflito (Nzatuzola 2005). Muitas foram raptadas por grupos armados ou aderiram voluntariamente a eles para atuar como enfermeiras, cozinheiras, profissionais do sexo, mensageiras, espiãs ou funcionárias administrativas ou logísticas, e também como combatentes armadas.²⁶ Não há dados sobre o número de mulheres e meninas que participaram do conflito porque, segundo fontes, os programas comunitários e nacionais de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) ignoraram sua presença (Lahai 2010). Em decorrência do conflito, muitas mulheres se viram forçadas a migrar das áreas rurais para os centros urbanos das províncias, e uma grande quantidade delas permaneceu nas cidades sob condições precárias. Dois terços das pessoas deslocadas, de um total de 4 milhões, eram mulheres e crianças. Algumas das que participaram do conflito preferiram não retornar a suas aldeias finda a guerra, pois a reintegração à vida civil é mais difícil para as mulheres que precisam deixar uma cultura militar relativamente mais igualitária para voltar a uma relação de gênero tradicional com normas sociais restritivas (UNIFEM 2005). As ex-combatentes também devem encarar apreensões adicionais: ostracismo e estigmatização

negativa, criação de filhos nascidos em consequência de estupros, problemas de saúde relacionados à experiência em combate (trauma, VIH) e violência doméstica.

Mas não são apenas as mulheres que se defrontam com questões espinhosas por causa do conflito. Rapazes ex-combatentes também encaram dificuldades ao buscar a reintegração à sociedade angolana, e podem ser igualmente estigmatizados e excluídos caso forem incapazes de encontrar emprego ou acesso à terra, tornando-se assim vulneráveis a possíveis futuras mobilizações.²⁷

O conflito teve também efeitos de longo prazo sobre a estrutura familiar, aumentou o número de viúvas, de casamentos poligâmicos e de agregados familiares chefiados por mulheres. Por sua vez, isso recrudescceu a pobreza no país, embora a guerra tenha estimulado a participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas rurais quanto urbanas.

O processo angolano de desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes foi totalmente coordenado pelo governo por meio do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR), e logrou reintegrar 97.392 ex-combatentes dentre os 138.000 desejados (OSAA 2007). O referido programa recebeu assistência financeira e técnica do Programa Plurinacional de Desmobilização e Reintegração (MDRP na sigla em inglês) que, por sua vez, logrou estabelecer uma estrutura regional abrangente para as atividades de DDR na área dos Grandes Lagos. Segundo algumas fontes, foram envidados esforços de modo a assegurar que os programas de DDR nessa região lidassem com as necessidades de homens e mulheres, bem como com as de outros grupos vulneráveis (mulheres, crianças e incapacitados) e com os dependentes de ex-combatentes. Cada país desenvolveu sua própria estratégia de gênero no respectivo MDRP. Foram tomadas medidas para reforçar a perspectiva de gênero no âmbito do MDRP, inclusive com capacitação para o pessoal envolvido na implementação dos programas de DDR, e desenvolvimento de ferramentas operacionais de modo a fortalecer a reintegração econômica dos ex-combatentes nas áreas urbanas.²⁸

Segundo um estudo do Banco Mundial divulgado em 2005, porém, o processo de MDRP de Angola deu apoio a tão somente 20% das mulheres associadas às forças de combate, inclusive viúvas de ex-FMU²⁹ (Banco Mundial 2005). Apesar dos esforços realizados

até agora em Angola, muitos avaliam que os processos de DDR não foram capazes de tratar adequadamente as questões envolvendo a reintegração de homens e mulheres combatentes. Em 2004, por exemplo, a CIDA argumentou que as Comissões de Desmobilização do Protocolo de Lusaka de 1994 concentraram-se na desmobilização de 9.133 meninos-soldados e excluíram completamente mulheres e meninas dos programas de DDR (Lahai 2012). Globalmente, considera-se que esses processos não trataram suficientemente da presença e experiência das mulheres associadas com as forças de combate. Isso deve-se em parte ao fato de que em Serra Leoa e

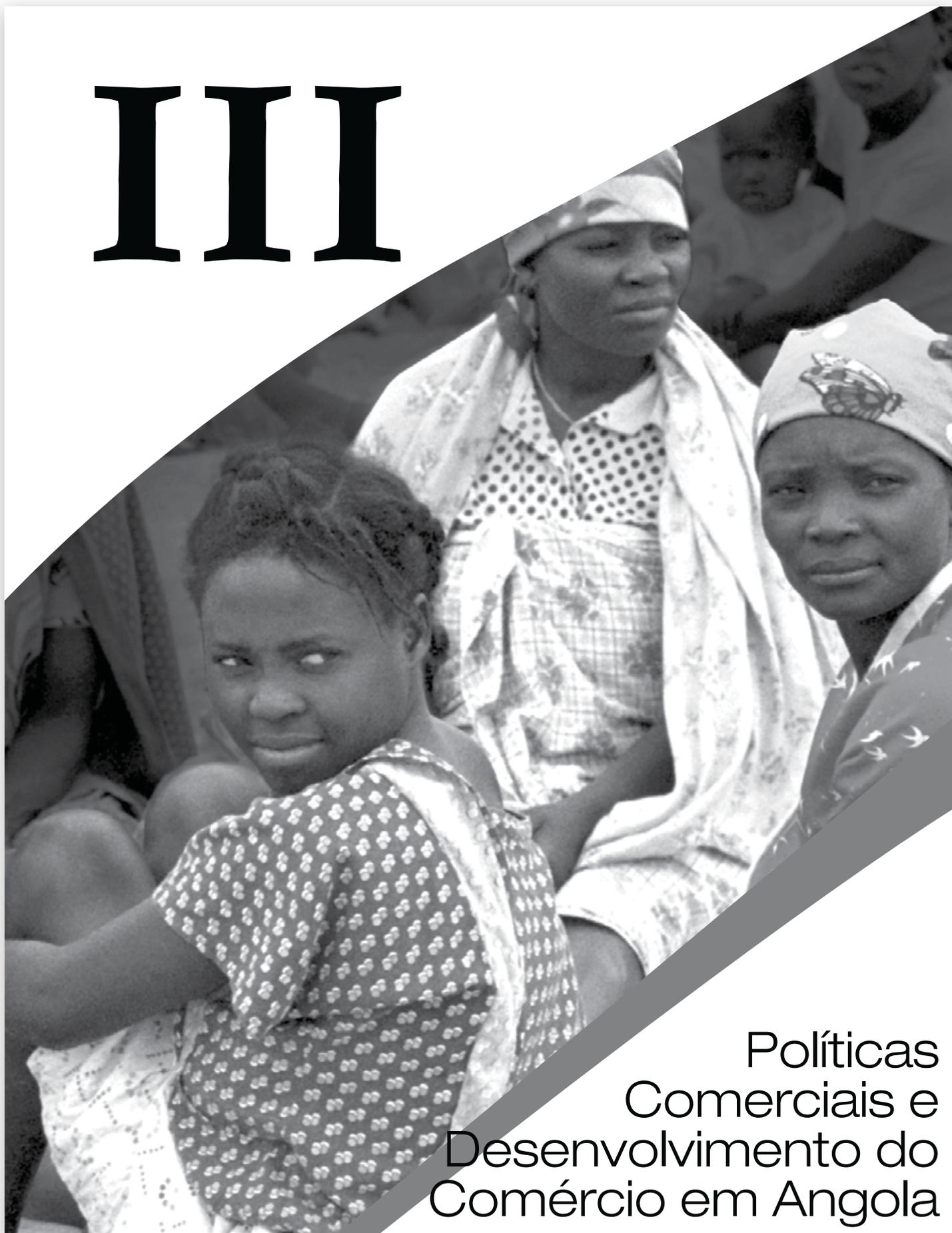
Angola as mulheres e meninas combatentes eram classificadas apenas como “dependentes”: sua real experiência não foi reconhecida e elas foram impedidas de receber os benefícios dados aos “combatentes”.³⁰ Além disso, esses programas ainda não lidaram exaustivamente com as experiências de homens e meninos envolvidos no conflito (UNIFEM 2005). Portanto, não obstante os esforços de reintegração de gênero realizados, eles correm o risco de se tornarem ineficazes e de reforçarem as desigualdades existentes, além de exacerbarem as dificuldades econômicas e os traumas enfrentados por ambos os sexos em consequência do conflito.³¹

NOTAS

- 11 O índice de disparidade de gênero constante deste relatório foi elaborado com base no desempenho global de cada país para reduzir esse fosso partindo de uma escala de 0 a 1, onde 0 é a desigualdade absoluta e 1 representa a igualdade. Angola foi retirada do Relatório sobre Disparidade de Gênero no Mundo de 2012 devido à falta de dados atualizados.
- 12 Estimativas sobre o total da população anual para Angola. UNCTADstat.
- 13 Segundo consta da seção sobre Angola do Relatório sobre Disparidade de Gênero no Mundo de 2011 do FEM (pág. 93), a idade mediana de casamento das mulheres é 19 anos, e 36% casam-se entre os 15 e 19 anos de idade.
- 14 De acordo com o Relatório sobre Estatísticas Mundiais, de Saúde de 2011, de 2005 a 2011 apenas 47% das mulheres receberam quatro visitas de atenção pré-natal e somente 49% dos partos foram atendidos por profissionais de saúde qualificados.
- 15 Perfil educacional de Angola; Instituto de Estatística da UNESCO, http://stats.uis.unesco.org/unesco/tableView/document.aspx?ReportId=121&IF_Language=eng&BR_Country=240&BR_Region=40540. Consultado em 12/10/2012
- 16 Ibidem.
- 17 As ministras chefiam os seguintes Ministérios: Pesca, Indústria, Comércio, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Cultura, Família e Proteção da Mulher e Assuntos Parlamentares.
- 18 Tal como ressaltado nas Observações Finais da última revisão da CEDAW em 2004, faltava uma perspectiva de gênero em diversas políticas e programas governamentais. A Comissão instou o governo a redobrar seus esforços com vistas à promoção da igualdade de gênero e à introdução de medidas para modificar ou eliminar práticas e estereótipos culturais que discriminem a mulher (ONU 2004).
- 19 Os decretos n. 52/05 e n. 8/11 sobre Proteção à Maternidade são parte do Direito Geral do Trabalho de 2000 no que se refere à licença maternidade, amamentação e subsídios à maternidade.
- 20 <http://sgdatabse.unwomen.org/searchDetail.action?measureId=48043&baseHREF=country&baseHREFId=129> e <http://www.minfam.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=11598>
- 21 Sobas são os líderes tradicionais de Angola. Um Soba tem autoridade sobre assuntos relacionados à governação local e à gestão da terra. De acordo com o direito consuetudinário, o soba é o responsável pela atribuição dos lotes a agregados familiares e a indivíduos, bem como pela definição das regras de gestão da terra e pela solução de controvérsias. Os dados do Instituto de Desenvolvimento Rural indicam que apenas 1% dos sobas são mulheres (Nielsen 2008).
- 22 A Estratégia Nacional para a Promoção da Igualdade de Gênero até o ano 2005. Um resumo está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://minfam.netangola.com/html/perspectivas.htm>. As áreas prioritárias eram as seguintes: redução da pobreza, igualdade de gênero, maior participação da mulher em questões sociais, econômicas e decisórias, maior acesso à educação e à atenção básica à saúde, melhores condições jurídicas e de direitos humanos para mulheres e crianças, e controle e prevenção da violência doméstica.
- 23 Há dez principais áreas de atuação da Estratégia de Redução da Pobreza: (i) Reinserção social; (ii) Segurança e proteção civil; (iii) Segurança alimentar e desenvolvimento rural; (iv) VIH/SIDA; (v) Educação; (vi) Saúde; (vii) Infraestrutura básica; (viii) Emprego e Capacitação profissional; (ix) Governação; (x) e Gestão macroeconômica. Como explicado na seção 1.3, o governo publicou novos documentos de estratégia onde as medidas orientadas

- para a redução da pobreza foram integradas à ERP.
- 24 Em 2008, o Banco Africano de Desenvolvimento informou que a dotação de recursos humanos e financeiros do MINFAMU era insuficiente, e que questões de gênero eram percebidas como restritas ao Ministério de Gênero e não como atividades integradas em todos os níveis ministeriais. O Sistema de Pontos Focais de Gênero provou ser ineficaz para o monitoramento e para a implementação das políticas do setor: a falta de capacitação técnica e ausência de informações e diretrizes foram identificadas como dentre as principais barreiras à integração de gênero. (BAD 2008 e UNIFEM 2008).
- 25 Informação fornecida pelo MINFAMU durante a missão de levantamento de dados, 2013.
- 26 Iniciativa para o fortalecimento da paz, “Empoderamento: Mulheres e Questões de Gênero: Mulheres, Gênero e Processos de Fortalecimento da Paz”. Disponível em inglês no site: http://www.peacebuildinginitiative.org/index.cfm?pageld=1959#_ftn73. Acessado em 06/07/2012
- 27 Ver: Boletim “In Focus” da secretaria do MDRP no Banco Mundial; Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.mdrp.org/PDFs/In_Focus_1.pdf. Acessado em 06/07/2012
- 28 Em 2007, o Banco Mundial e a Secretaria do MDRP lançaram o programa Aprendizagem para Igualdade, Acesso e Paz (LEAP na sigla em inglês), cujo objetivo é fortalecer o impacto dos projetos financiados pelo MDRP a partir de uma perspectiva de gênero. Segundo o Relatório de Andamento do LEAP de 2009, foram salientados os seguintes elementos: capacitação sobre pontos focais de gênero; desenvolvimento de ferramentas operacionais de modo a fortalecer a reintegração econômica de ex-combatentes em áreas urbanas com vistas a futuros projetos de D&R; formação profissional; promoção de atividades de geração de renda; reabilitação física e apoio à reintegração social. Banco Mundial “Relatório de Andamento do Programa de Aprendizagem para Igualdade, Acesso e Paz (LEAP) - agosto de 2007 a fevereiro de 2009”. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.mdrp.org/PDFs/LEAPprogressreport022009.pdf>. Acessado em 06/07/2012
- 29 The military force of UNITA.
- 30 Peace-building initiative, “Empowerment: Women & Gender Issues: Women, Gender & Peacebuilding Processes”. Available at http://www.peacebuildinginitiative.org/index.cfm?pageld=1959#_ftn73. Accessed 06/07/2012.
- 31 Peacewomen, “Demobilization, Disarmament, Repatriation, Resettlement and Reintegration (DDRRR)”. Available at http://www.peacewomen.org/themes_theme.php?id=9. Accessed 06/07/2012.
-

III



Políticas
Comerciais e
Desenvolvimento do
Comércio em Angola

3.1 ACORDOS COMERCIAIS DE ANGOLA

3.1.1 Acordos multilaterais

Angola é membro original da Organização Mundial do Comércio (OMC). Como País Menos Desenvolvido (LDC na sigla em inglês), usufrui de tratamento Especial e Diferenciado (S&D na sigla em inglês) no que se refere às obrigações e aos compromissos dessa organização e é-lhe outorgado um certo grau de flexibilidade nas importantes áreas de acesso a mercados, subsídios à exportação e ajuda interna. No caso do acesso a mercados, ao implementar as obrigações derivadas da Rodada Uruguai sobre consolidação tarifária, Angola consolidou suas tarifas em níveis relativamente elevados e não se espera que o país liberalize suas tarifas de NMF na agricultura. Como LDC, Angola também está isenta da obrigação de reduzir seus subsídios às exportações agrícolas, tanto em termos de quantidades subsidiadas quanto de despesas orçamentárias. Cabe destacar, contudo, que o país não possui um programa de subsídios às exportações de grande porte (OMC 2006). Angola desfruta de grande flexibilidade no que diz respeito à implementação de políticas de ajuda interna para a agricultura e tem um espaço mais amplo de manobra de acordo com as seguintes disposições: (i) programas de serviços governamentais contemplados pelas medidas da “Caixa Verde”³² não estão sujeitos à redução de compromissos; (ii) algumas medidas desenvolvimentistas em países em desenvolvimento abrangidas pelo Art. 6.2 do Acordo sobre Agricultura³³ também estão isentas; (iii) medidas de ajuda interna que distorçam o comércio são toleradas dentro de níveis mínimos definidos (isenções “*De minimis*”).³⁴

3.1.2 Acordos regionais

No plano regional, Angola é cofundadora da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), da União Africana (UA), e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC na sigla em inglês). Em 2003, o país aderiu ao Protocolo Comercial Regional, que prevê a criação de uma Área de Livre Comércio na região. Angola, entretanto, ainda não o implementou. O país também é membro do Mercado Comum da África Oriental e Austral mas retirou-se em razão da duplicação de esforços sobre políticas comerciais regionais decorrente de sua participação na SADC. Cabe ressaltar que o comércio intra-regional de Angola é muito limitado e a maioria dos fluxos comerciais do país ocorrem nos mercados extra regionais.

3.1.3 Esquemas bilaterais

Como país LDC, Angola pode aproveitar os acordos preferências não recíprocos com países industrializados em conformidade com o Sistema Generalizado de Preferências (GSP na sigla em inglês). O país é parte da Lei de Crescimento e Oportunidade de África (AGOA na sigla em inglês) dos EUA desde dezembro de 2003. As disposições da AGOA para os países menos desenvolvidos estabelecem que bens provenientes de qualquer país, utilizados no processo manufatureiro de Angola, podem ser elegíveis para a origem AGOA do produto final. Graças à AGOA, Angola tornou-se um dos três maiores parceiros comerciais dos Estados Unidos (OMC 2006; Departamento do Comércio dos EUA 2010). No que se refere à iniciativa “*Everything But Arms*” (Tudo Exceto Armas) para os países menos desenvolvidos, o acesso aos mercados da UE é isento de taxas e livre de quotas para todos os produtos angolanos, exceto armas e munições.

Juntamente com a SADC, Angola está em vias de negociar um Acordo de Parceria Econômica (APE) com vistas a fomentar o comércio entre a União Europeia e o grupo de estados Africanos, Caribenhos e do Pacífico (ACP). Foram identificados sete conjuntos de temas para negociação: agricultura e pesca (onde Angola é o coordenador por parte da SADC); acesso a mercados não agrícolas; normas e MSF; questões jurídicas, regras de origem e estatísticas; facilitação do comércio e cooperação para o desenvolvimento; TRIPS e TRIMS; e serviços, investimentos e políticas de concorrência. Botsuana, Lesoto, Suazilândia, Moçambique e Namíbia assinaram um APE Provisório com a UE em 2009. Embora não tenha aderido a esse acordo temporário, Angola mantém o tratamento preferencial segundo o regulamento da ABE.

3.2 POLÍTICAS VOLTADAS PARA O COMÉRCIO DE BENS

O regime comercial de Angola sóia ser assaz complexo antes do início da implementação das reformas, no final da década de 90. As taxas de importação variavam de 0 a mais de 100% para alguns artigos de luxo. Durante o período entre 1992-1994, a média simples de tarifas aplicadas beirava os 11,6% (Ngy e Yeats 1996). O sistema alfandegário era bastante ineficaz devido às inúmeras exceções e à evasão fiscal crônica. Ademais, outras medidas não tarifárias provocavam efeitos significativos no comércio angolano. O comércio exterior era

estritamente regulamentado por um sistema de mecanismos administrativos e o Estado exercia o monopólio do setor por meio de empresas estatais (SOE na sigla em inglês). Além disso, o comércio viu-se substancialmente afetado por um sistema de controle de preços muito abrangente.

As reformas comerciais foram de fato introduzidas pela primeira vez em maio de 1999 em um contexto de crescente desregulamentação dos mercados internos. A nova pauta foi simplificada com a introdução de seis bandas tarifárias, com uma tarifa NMF média simples aplicada de 17% (5% ou menos para alimentos e produtos agrícolas). Todas as restrições quantitativas foram eliminadas. Bens de investimento para alguns setores como petróleo e mineração ficaram isentos de taxas de importação mas os produtos vendidos para o exterior pagaram, em média, 4% de imposto de exportação. Obrigações tarifárias para a indústria petrolífera eram normalmente determinadas por contratos negociados individualmente entre companhias de petróleo estrangeiras e o governo angolano.

Uma nova estrutura tarifária foi lançada em 2005. Globalmente, a média simples da tarifa NMF aplicada foi consideravelmente reduzida para 7,3% com uma média ponderada para importação de 6,4%. Esses níveis eram muito menores do que a média da África

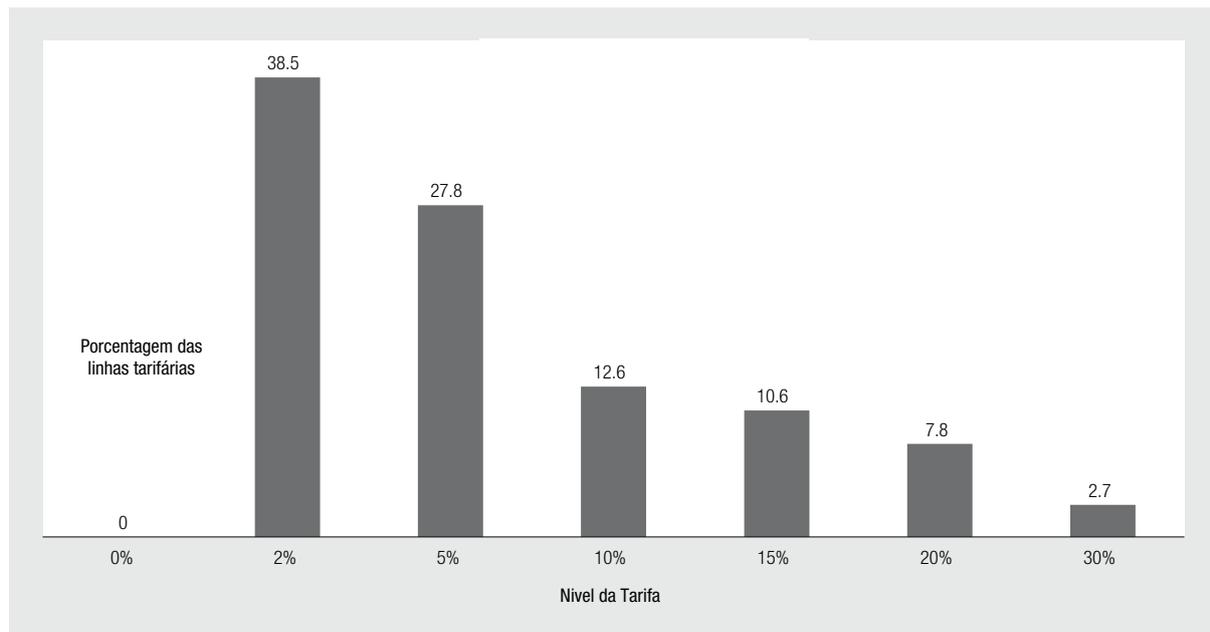
Subsaariana (ASS), ou dos países de renda baixa/média. Entretanto, levando-se em consideração taxas e encargos adicionais, a tarifa NMF média sobre as importações alcançava quase 10%.

A reforma tarifária aumentou a proteção dada a alguns setores da produção nacional: reduziu as tarifas para insumos e elevou-as para alguns produtos finais. O objetivo precípuo era prestar apoio ao processo gradual de substituição de importações de bens essenciais e estimular as exportações dos setores não petrolíferos. Essa estratégia, implementada em colaboração com a Associação Industrial de Angola, está contudo limitada atualmente a uns poucos itens mormente ligados à indústria de bebidas e a seus insumos.³⁵ A Figura 5 exhibe a repartição das tarifas aplicadas, nivelando todas as 5.384 linhas tarifárias incluídas na pauta angolana.

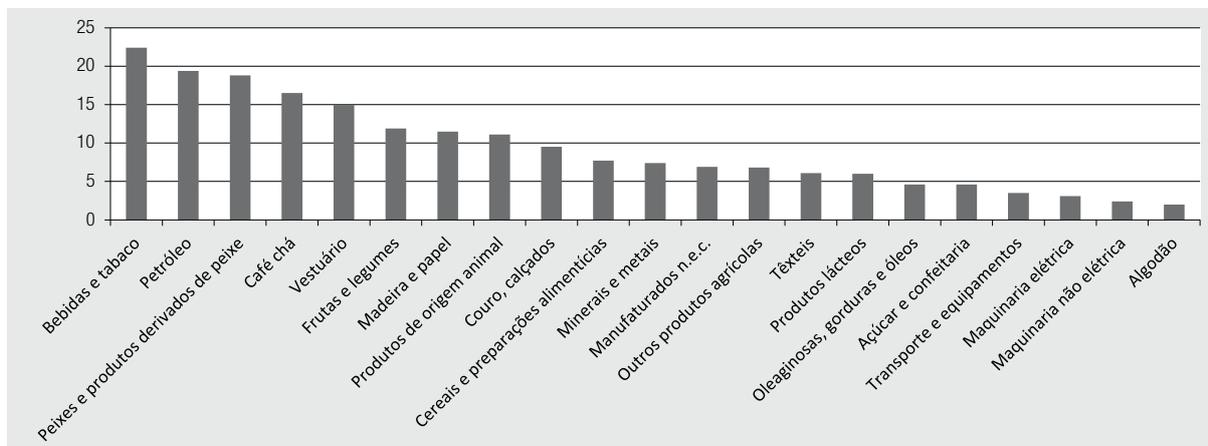
A Figura 6 apresenta a média simples da tarifa NMF por grupos de produtos. As médias mais elevadas incidem sobre bebidas e tabaco, petróleo, peixe e produtos de peixe, café e chá, e vestuário. A tarifa média para os demais grupos de produtos alcança aproximadamente 10% ou menos e a aplicada aos bens de capital é muito baixa.

A tarifa aplicada NMF por categoria ISIC (*Padrão Internacional de Classificação Industrial*) permite avaliar o grau de proteção concedido às diferentes

Figura 5. Angola: Reparticao das tarifas aplicadas NMF



Fonte: OMC (2006)

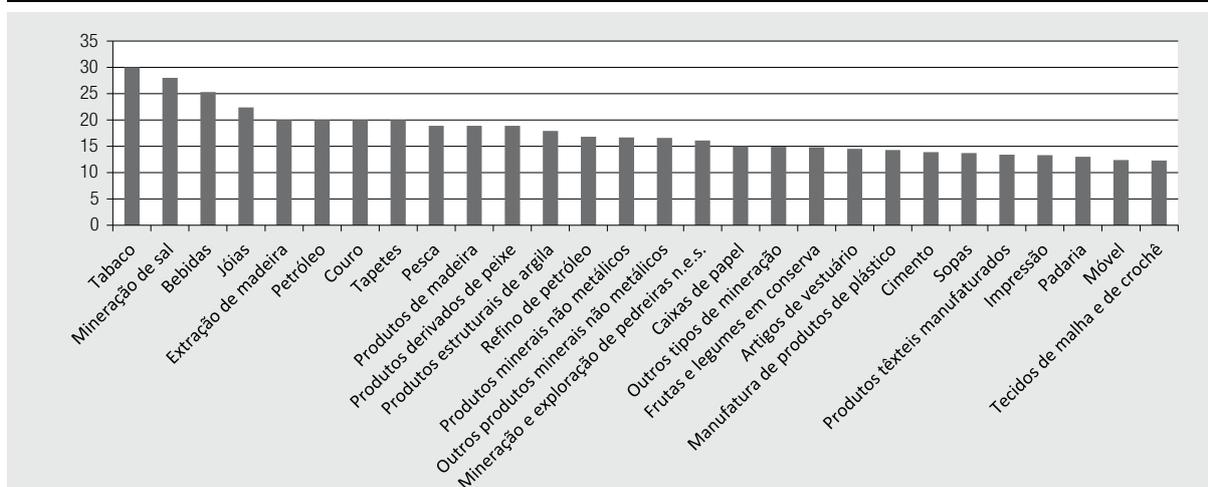
Figura 6. Média da tarifa aplicada por grupo de produtos

Fonte: Perfis Tarifários Mundiais 2012. OMC-ITC-UNCTAD

atividades econômicas. A Figura 7 exhibe os setores sobre os quais incide a maior média de tarifa aplicada. As tarifas elevadas estão estreitamente associadas à estrutura de produção existente no país e aos setores econômicos que demonstram potencial de crescimento. Cabe assinalar, contudo, que a média tarifária sobre o setor agrícola é relativamente baixa (8,2%), a despeito de seu grande potencial de crescimento. A razão para tanto é evitar que um efeito desfavorável dos preços possa afetar adversamente as políticas de estabilização. Angola logrou manter considerável flexibilidade durante o processo de ajuste de suas taxas de importação, inclusive no referente à agricultura. De fato, a diferença entre as tarifas consolidadas NMF e as aplicadas é bastante grande (“excedente consolidado”), inclusive para

produtos agrícolas. O imposto sobre os cereais (média simples), por exemplo, está consolidado em 54%, enquanto a tarifa média aplicada é de 7,8% (OMC, ITC e UNCTAD, 2012). Essa diferença propicia uma boa margem de manobra no momento de ajustar a proteção nas fronteiras de modo a estimular uma produção nacional capaz de competir com os importados.

O imposto sobre consumo foi mantido após a reforma e equivale a 10% para a maioria dos produtos (RdA, Pauta Aduaneira 2005b). Caso um determinado item não seja produzido no país, o imposto sobre o consumo de bens importados agiria da mesma forma que uma taxa de importação. No caso de Angola – que possui uma estrutura produtiva extremamente

Figura 7. Angola: Tarifa aplicada NMF por categoria ISIC rev.2 setores com a maior média simples de tarifa aplicada

Fonte: Source: OMC (2006) Tabela AIV.1

limitada e onde a maioria dos produtos manufaturados bem como a grande parte dos alimentos vêm do exterior – o imposto sobre consumo acaba aumentando o preço dos importados e elevando o grau de proteção das mercadorias nacionais, tal qual a taxa de importação. Além disso, os encargos sobre o consumo são geralmente arrecadados de forma periódica e mais eficazmente nas fronteiras do que no mercado interno. Assim, levando em consideração os 10% mencionados anteriormente, a média simples das tarifas sobre a importação alcança, aproximadamente, 17,3%.

Em setembro de 2008, uma nova pauta entrou em vigor (Decreto 28/08) estabelecendo isenção tarifária para a importação de matérias primas, equipamentos e bens intermediários para a indústria e reduzindo, certas tarifas incidentes sobre 58 categorias de produtos básicos. Esta última medida adicional visava a impulsionar a industrialização do país. O governo criou, também, uma sobretaxa de 1% para a importação de artigos de luxo e, ademais das tarifas propriamente ditas, outros vários encargos associados à importação foram mantidos, inclusive o imposto sobre consumo.

O controle de preços ainda perdura em Angola. Este tipo de decisão pode chegar a distorcer o comércio, quer desestimulando a importação, quer a produção nacional. O sistema de fixação de preços foi praticamente eliminado, e permanece em vigor apenas para o pão e para os combustíveis, que são produtos subsidiados. Os controles sobre as margens de produção e de comercialização grossista e retalhista, porém, continuam a afetar uma variada gama de artigos essenciais, tais como ferramentas e insumos agrícolas, alimentos, têxteis, vestuário, calçados e medicamentos, material de construção e outros. Tal como acontece com os encargos sobre o consumo, esses controles aplicam-se tanto às mercadorias importadas quanto às nacionais. A aferição dos importados é mais eficaz do que a dos produtos domésticos, pois é realizada na fronteira com base na documentação de entrada, embora seja necessário ter em mente que em Angola predominam os canais informais de distribuição.

A importação de bens de capital com isenção alfandegária é permitida para alguns setores e áreas prioritárias com vistas a favorecer os investimentos. Os investidores nas regiões preferenciais se beneficiam de uma estratégia geral, enquanto aqueles voltados para as indústrias de petróleo, mineração e

diamantes dispõem de planos específicos. Essas concessões estão vinculadas, também, às zonas de desenvolvimento prioritário, tal como definidas na política de investimentos de Angola. A amplitude e profundidade das isenções fazem com que praticamente qualquer investidor ou produtor possa importar insumos e equipamentos necessários à produção, além de certos produtos finais, livres de impostos. Esses privilégios também afetam a escalada tarifária e a efetiva proteção da produção nacional.

No caso de Angola, além das tarifas e dos impostos sobre o consumo, a taxa de câmbio constitui fator essencial para a determinação do nível real de proteção dado à produção interna. Uma avaliação dessa proteção deverá obrigatoriamente incluir o impacto do desalinhamento do câmbio, pois a valorização da moeda angolana tem importante reflexo sobre os preços dos importados em relação aos produtos nacionais. A valorização do Kwanza reduz artificialmente o preço das importações e aumenta o dos bens não comercializáveis na economia nacional.

Existe um consenso entre a maioria dos analistas segundo o qual a moeda angolana valorizou-se substancialmente desde 2002, e a partir de um patamar já bastante alto (Kyle 2005a, Andrade e Morales 2007, Banco Mundial 2007 e 2007b, FMI 2007, OCDE 2011). A valorização cumulativa do Kwanza durante 2000-2002 alcançou 40%, outros 17% em 2003 (Gasha e Pastor 2004), e continua a ocorrer desde então. Angola vê-se certamente afetada por uma “doença holandesa” e esta é considerada sua crise mais grave (Braga de Macedo et.al 2007). Alguns estimam que a valorização real chegou até mesmo a superar os 50%. O fato de Luanda ter sido considerada a mais cara dentre 240 cidades analisadas no mundo inteiro constitui um sinal da extensão da valorização do Kwanza (ECA 2010).

A valorização da moeda nacional é resultado da política governamental em favor do “Kwanza forte” e está inserida no marco das tentativas de estabilização econômica. Entretanto, este não foi um objetivo político consciente por parte do governo, e sim consequência de uma combinação de medidas voltadas, principalmente, para o controle da inflação, visto o grande déficit fiscal financiado por uma quantidade considerável de divisas. De fato, muitos programas de estabilização implementados por países em desenvolvimento acarretaram a valorização das moedas nacionais. No caso de Angola, o problema é agravado pelo grande fluxo de entrada de moedas estrangeiras devido ao

recente aumento das exportações de petróleo e dos IED nos setores extrativos.

As estimativas variam quanto à magnitude da valorização real, ou quanto ao desalinhamento em relação à taxa de câmbio real. Na verdade, é difícil definir qual período poderia ser considerado “normal” na história recente de Angola. (Gelbard e Nagyasu 1999, Gasha e Pastor 2004). Embora seja complicado atribuir um percentual preciso à valorização real, uma simples comparação entre a depreciação nominal do Kwanza em relação ao dólar norte-americano e à da taxa de inflação média anual demonstra que esta última foi substancialmente mais elevada nos últimos anos. A inflação acumulada entre 2002-2011 atingiu 743% e a desvalorização nominal do Kwanza frente ao dólar alcançou 95%.

Seria, portanto, necessário levar em consideração o comportamento do dólar em relação a outras moedas fortes de modo a poder avaliar a magnitude da valorização global do Kwanza. Mas, seja qual for o caso, essa escalada é evidente. A atuação dos setores transacionáveis em Angola, com exceção das indústrias extrativas, deixa claro que a valorização da moeda nacional provoca um sério impacto sobre a economia: causa desincentivos à produção de bens transacionáveis e promove o aumento das importações. O governo de Angola está consciente desses efeitos adversos da taxa de câmbio sobre a competitividade da produção nacional e existe especial preocupação no que se refere às consequências para o setor agrícola, maior empregador da população pobre do país (RdA 2009a).

A evolução da política comercial angolana e o comportamento da taxa de câmbio levam-nos a concluir que desde 2002 o país tem passado por um substancial ajuste macroeconômico. A amplitude da valorização da moeda nacional impede que o atual regime comercial possa prestar qualquer tipo de proteção eficaz. Os esforços envidados pelo governo no sentido de aumentar o controle fronteiriço como mecanismo de promoção à industrialização e à produção agrícola dificilmente terão resultados tangíveis no contexto da atual taxa de câmbio. A expectativa de direcionar a economia para produtos de maior valor agregado e para um leque de exportações mais diversificado de modo a reduzir a grande dependência nos recursos naturais vai depender da disponibilização de um conjunto apropriado de incentivos macroeconômicos capazes de promover a produção nacional de bens transacionáveis.

3.3 POLÍTICAS VOLTADAS PARA O COMÉRCIO DE SERVIÇOS

Embora os compromissos assumidos por Angola em matéria de liberalização do comércio de serviços no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) sejam limitados, o regime comercial aplicado é bastante liberal no país, tanto *de jure* como *de facto*. A atuação de Angola no contexto do GATS restringe-se apenas aos serviços de bancos, turismo e restaurantes, além dos culturais e desportivos. Contudo, nesses setores existe um elevado grau de liberalização. Não existe qualquer obrigação sobre o Modo 4, exceto no que tange às medidas que afetem os quadros superiores e os especialistas com conhecimentos essenciais à prestação dos serviços.

Na prática, a atividade comercial está aberta a prestadores de serviços estrangeiros com algumas exceções como, por exemplo, no caso de pequenos estabelecimentos retalhistas e outros serviços. A lei anterior sobre investimentos estrangeiros proibia expressamente investimentos externos em áreas de defesa, ordem pública interna, e segurança do Estado, em atividades bancárias relacionadas ao Banco Central e à Casa da Moeda, em administração portuária e aeroportuária, e em outros setores sob responsabilidade expressa e legal do Estado. Embora a Lei sobre Investimentos Privados de 2011 não explicitasse novamente essas proibições, parte-se do princípio que essas áreas continuam fora do alcance dos investidores estrangeiros.

As barreiras burocráticas referentes às autorizações e licenças são talvez o principal obstáculo ao estabelecimento de negócios empresariais em Angola. (Da Gama 2005, citado por van Klaveren et al. 2009; USTR 2010). O acesso à terra por parte de não angolanos é outra questão que também poderia vir a restringir as atividades comerciais. O governo angolano está promovendo a contratação de seus nacionais e, assim, limita a proporção de trabalhadores estrangeiros operando nas empresas prestadoras de serviços. Não obstante, na prática essa exigência tem se mostrado de difícil implementação.

Angola é bastante aberta à importação de serviços e permite que estrangeiros trabalhem como prestadores de serviços (GATS modo 4). De fato, existe uma considerável presença de especialistas de fora operando em empresas estrangeiras estabelecidas em Angola, e nas principais SEOs dos setores extrativos. A atuação de trabalhadores

Tabela 4. Angola: Exportações das principais commodities 2004-2010 [em milhares de US\$]

Código	Descrição do produto	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TOTAL	Todos os produtos	12.766.632	22.085.744	31.980.904	40.769.880	67.473.322	39.134.320	51.494.339
'27	Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc	12.542.471	21.278.535	31.289.256	39.938.226	66.277.465	38.283.908	50.855.753
'71	Pérolas, pedras preciosas, metais, moedas, etc	150.756 12.693.227 99,94%	671.884 21.950.419 99,38%	555.394 31.844.650 99,57%	630.042 40.568.268 99,50%	894.086 67.171.551 99,55%	442.953 38.726.861 98,95%	226.264 51.082.017 99,19%
'87	Veículos, exceto comboios e elétricos	2.426	15.985	731	3.603	1.998	17.266	154.182
'84	Maquinaria, reatores nucleares, caldeiras, etc	8.162	17.537	12.279	17.290	28.678	92.673	49.229
'25	Sal, enxofre, terra, pedra, gesso, cal e cimento	11.934	21.460	20.310	24.293	32.298	29.774	29.899
'73	Artigos de ferro ou aço	545	3.123	1.905	2.844	6.348	34.363	29.709
'85	Equipamento elétrico e eletrônico	3.700	8.279	2.654	12.779	3.868	56.716	28.994
'72	Ferro e aço	2.245	6.079	9.233	6.818	16.519	5.652	17.245
'48	Papel e cartão, artigos de celulose, papel e papelão	50	32	55	7.829	5.432	41.855	16.348
'03	Peixes, crustáceos, moluscos, invertebrados aquáticos	9.245	25.883	28.088	23.103	19.571	12.540	12.296
'99	Commodities não especificadas em outro lugar	9.739	9.843	18.994	4.846	3.841	10.116	11.134
'89	Navios, barcos e outras estruturas flutuantes	30	95	13	1.586	20.932	7.906	10.854
'90	Aparelhos óticos, fotográficos, técnicos, médicos, etc.	2.807	2.567	3.913	16.114	7.912	8.614	8.587
'39	Plásticos e artigos derivados	77	709	182	9.331	335	6.418	7.931
'74	Cobre e artigos derivados	1.432	1.890	3.150	5.770	58.839	2.199	5.437
'76	Alumínio e artigos derivados	1.834	2.774	3.846	8.700	2.650	28.587	4.130
'24	Tabaco e substitutos manufaturados de tabaco	.	154	4	457	657	463	3.777
'23	Resíduos, resíduos de indústrias de alimentos, forragem animal	4.544	4.200	3.514	3.221	905	1	2.827
'94	Móveis, luminárias, sinalização, edifícios pré-fabricados	134	90	88	703	231	5.318	2.514
'44	Madeira e artigos de madeira, carvão vegetal	2.799	3.625	3.310	3.287	2.761	2.022	2.191
'10	Cereais	5	1	.	.	10	3	1.966
'83	Artigos diversos de metal comum	38	252	79	304	78	101	1.660
'88	Aviões, naves espaciais, e peças de reposição	811	634	523	2.654	66.144	2.931	1.293
'30	Produtos farmacêuticos	22	4	12	32	132	12	1'057
'95	Brinquedos, jogos, material esportivo	44	524	21	98	9	564	922
'86	Comboios, elétricos, material circulante, equipamentos	26	71	30	5	968	78	910

Fonte: Elaborada pela secretaria da UNCTAD com base nas informações disponíveis no Banco de Dados do ITC. HS nível de 2 dígitos

e especialistas não angolanos também é evidente no setor de construção ligado aos projetos de reedificação. Além disso, foi abolido o limite de compras para angolanos no exterior como consequência da extinção dos controles sobre as divisas. O comércio transfronteiriço de serviços não enfrenta restrições porque no mais das vezes ele é realizado através da internet. A abertura desse setor reflete-se no comportamento das importações de serviços. Angola, tal como analisado na seção 5.2, é provavelmente o principal importador de serviços da África Subsaariana.

O resultado da valorização da moeda nacional sobre o comércio de serviços é mais ambíguo do que sobre o de bens. O comércio de serviços, segundo seus quatro modos de prestação, é realizado em um contexto onde tanto os preços nos países exportadores quanto nos países importadores intervêm na determinação da competitividade relativa dos parceiros envolvidos. A mobilidade das pessoas prestadoras de serviços, por exemplo, é afetada tanto pelo nível salarial do país exportador quanto pelos custos arcados pelo indivíduo no momento de fornecer o serviço no país importador. Além disso, no caso do modo 2, serviços

de turismo por exemplo, os custos no país importador determinarão a competitividade de sua oferta de serviços.

3.4 FLUXOS COMERCIAIS - BENS

3.4.1 Exportações

A Tabela 4 exibe a recente evolução das exportações de commodities. Embora elas tenham experimentado um crescimento extraordinário, cabe assinalar a existência de duas importantes tendências. Primeiramente, o domínio das atividades extrativas, que em 2010 foram responsáveis por mais de 99% do total exportado. Em segundo lugar, o fato de a estrutura de exportação ter demonstrado considerável estabilidade ao longo do tempo, pois os demais produtos que não petróleo e diamantes exibiram limitado dinamismo e pouco valor.³⁶ Com exceção das indústrias extrativas, o valor e a diversificação dos produtos exportados são demasiadamente limitados para que tenham um impacto positivo sobre a economia angolana. Nesse contexto, a política comercial mostrou-se incapaz de atingir um de seus principais objetivos, nomeadamente que o crescimento econômico fosse liderado pelas exportações com base no aumento do

Tabela 5. Principais economias exportadoras, todos os produtos, em milhões de US\$ [classificados por parcela de mercado, 2011]

Class	Importadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	China	4.717 7,10%	6.581 9,90%	10.933 16,50%	12.888 19,50%	22.382 33,80%	14.675 22,20%	22.815 34,50%	24.922 37,70%
2	Estados Unidos da América	4.796 7,20%	8.846 13,30%	12.174 18,40%	12.925 19,50%	19.497 29,50%	9.703 14,70%	12.281 18,60%	13.833 20,90%
3	Índia	0.661 0,00%	2 0,00%	183 0,20%	920 1,30%	1.289 1,90%	3.394 5,10%	4.838 7,30%	6.005 9,10%
4	Taipé Chinês	859 1,30%	983 1,40%	1.866 2,80%	2.121 3,20%	2.012 3,00%	1.058 1,60%	2.859 4,30%	5.665 8,60%
5	Canadá	0.038 0,00%	0.274 0,40%	534 0,80%	1.117 1,60%	2.607 3,90%	1.207 1,80%	1.575 2,40%	2.469 3,70%
6	Itália	35 0,10%	83 0,10%	51 0,00%	195 0,30%	453 0,60%	36 0,10%	348 0,50%	2.068 3,10%
7	França	815 1,20%	1.749 2,60%	1.553 2,30%	2.370 3,50%	4.010 6,00%	3.270 5,00%	2.126 3,20%	1.825 2,80%
8	Portugal	2 0,00%	31 0,00%	66 0,10%	507 0,70%	601 0,90%	211 0,30%	746 1,10%	1.639 2,50%
9	África do Sul	262 0,40%	296 0,40%	366 0,50%	1.645 2,40%	2.686 4,00%	1.370 2,10%	1.998 3,00%	1.584 2,40%
10	Alemanha	4 0,00%	76 0,10%	75 0,10%	196 0,30%	701 1,00%	343 0,50%	301 0,50%	1.229 1,90%

Fonte: Elaborada pela secretaria da UNCTAD com base no Banco de Dados do ITC

Tabela 6. Angola: Importações de produtos agrícolas e derivados [em milhares de US\$]

Código	Descrição do produto	2004	%	2005	2006	2007	2008	2009	2010	%	TCAC
'02	Carnes e miudezas comestíveis	146.035	12,46	191.459	268.830	348.724	510.009	411.222	505.244	19,75	19,4
'22	Bebidas, álcool e vinagre	241.671	20,62	214.124	290.535	368.885	493.792	422.770	430.879	16,85	8,61
'15	Gorduras e óleos animais e vegetais, produtos de clivagem, etc	102.931	8,78	113.373	132.816	198.849	259.041	207.876	245.711	9,61	13,24
'11	Produtos de moagem, malte, amidos, inulina, glúten de trigo	120.998	10,32	121.890	146.625	202.224	280.562	239.062	212.836	8,32	8,4
'04	Produtos lácteos, ovos, mel, produtos animais comestíveis	84.079	7,17	83.882	141.162	130.284	205.455	172.674	190.464	7,45	12,39
'17	Açúcares e produtos de confeitaria	67.890	5,79	83.918	134.198	113.466	138.670	124.079	178.243	6,97	14,79
'16	Preparações alimentícias de carne, peixe e mariscos	57.215	4,88	83.051	98.738	137.956	217.581	176.531	152.992	5,98	15,09
'19	Preparações alimentícias e produtos feitos de cereal, farinha, amido e leite	65.397	5,58	82.112	116.098	120.161	208.265	137.138	151.460	5,92	12,75
'20	Preparações alimentícias feitas de vegetais, frutas, nozes, etc	45.612	3,89	47.902	70.510	78.806	113.904	111.548	91.865	3,59	10,52
'10	Cereais	106.784	9,11	100.367	72.373	94.946	246.542	116.924	83.159	3,25	-3,51
'21	Preparações alimentícias diversas	32.498	2,77	35.650	47.984	45.228	69.107	65.894	76.441	2,99	13
'03	Peixes, crustáceos, moluscos, invertebrados aquáticos	15.876	1,35	15.737	31.210	43.701	50.039	44.899	62.555	2,45	21,64
'07	Vegetais e certas raízes e tubérculos comestíveis	37.079	3,16	42.165	48.427	53.502	69.259	26.252	61.776	2,42	7,57
'24	Tabaco e substitutos manufaturados de tabaco	13.398	1,14	12.127	14.922	13.085	13.413	20.853	25.377	0,99	9,55
'18	Cacau e preparações de cacau	7.851	0,67	8.252	10.709	13.655	20.872	24.690	22.532	0,88	16,65
'08	Frutas, nozes, cascas de frutas cítricas e melões comestíveis	9.798	0,84	10.853	12.058	14.487	18.308	11.697	21.270	0,83	11,74
'05	Produtos de origem animal, nes	3.936	0,34	4.281	2.707	6.269	7.942	5.647	18.056	0,71	24,31
'09	Café, chá, mate e especiarias	3.747	0,32	3.618	7.285	9.078	10.607	9.787	7.631	0,3	10,7
'12	Óleo de semente, frutas oleaginosas, grãos, sementes, frutas	2.741	0,23	2.830	6.101	6.302	9.011	5.348	5.680	0,22	10,97
'23	Resíduos, resíduos de indústrias de alimentos, forragem animal	2.678	0,23	2.644	3.339	5.336	8.172	5.149	5.390	0,21	10,51
'13	Laca, borrachas, resinas, sucos e extratos vegetais	753	0,06	580	1.162	1.728	6.426	8.015	4.438	0,17	28,84
'01	Animais vivos	1.597	0,14	3.105	1.086	6.564	11.454	2.469	1.991	0,08	3,2
'06	Árvores vivas, plantas, bulbos, raízes, flores cortadas	1.395	0,12	1.361	1.215	2.988	1.781	1.729	1.795	0,07	3,67
'14	Materiais para entrançar de origem vegetal, produtos vegetais	89	0,01	208	384	300	301	22	65	0	-4,39
.		1.172.048	100	1.265.489	1.660.474	2.016.524	2.970.513	2.352.275	2.557.850	100	11,79

Fonte: Elaborada pela secretaria da UNCTAD com base nas informações disponíveis no Banco de Dados do ITC

valor agregado e no maior grau de produtividade.

A Tabela 5 lista as principais economias exportadoras de Angola. O comércio inter-regional continua extremamente limitado pois tão somente 2,45% das exportações estão destinadas a outros países da SADC (África do Sul). Em 2011, a China e os Estados Unidos foram responsáveis pela maior parte das exportações do país com 37,7% e 21% do total exportado, respectivamente. Contudo, o predomínio dos produtos derivados da indústria extrativa segue constante na pauta exportadora angolana para todos os países de destino.

3.4.2 Importações

Angola é extremamente dependente das importações, as quais cresceram em média 13,5% ao ano entre 2004-2010. O Anexo 1 apresenta os valores por tipo de produto para o período em questão. Os artigos de consumo constituem 60% dos produtos trazidos de fora, e o nível de penetração das importações

é considerável em todos os setores da economia: na falta de produção nacional, o mercado interno é abastecido predominantemente pelos importados. A produção de alguns itens agrícolas/alimentares (p.ex. mandioca e farinha de milho) aumentou o suficiente para satisfazer a demanda interna e, assim sendo, a importação deixou de ser necessária. Os bens intermediários representam apenas 11,7% do total das mercadorias vindas do exterior, o que demonstra o baixo grau de transformação existente no país. Os bens de capital representam os 29,3% restantes e estão de certa maneira vinculados ao setor extrativo. Por último, o material de construção utilizado nos trabalhos de reforma e reedificação constituem um componente significativo da pauta de importações.

Tendo em vista a importância da agricultura para o nível de emprego da população angolana, a Tabela 5 lista os produtos e derivados agrícolas importados pelo país, responsáveis por cerca de 20% de todas as importações angolanas. Há um grau muito baixo

Tabela 7. Principais Pontos de Origem das Importações, Todos os Produtos, em milhões de US\$ [classificados por parcela de mercado, 2011]

Class	Exportadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	Portugal	833	995	1.518	2.302	3.339	3.126	2.532	3.245
		4,90%	5,80%	8,90%	13,50%	19,60%	18,30%	14,90%	19,00%
2	China	193	372	894	1.234	2.942	2.385	2.003	2.784
		1,10%	2,20%	5,30%	7,20%	17,30%	14,00%	11,80%	16,30%
3	Estados Unidos da América	594	927	1.550	1.280	2.116	1.422	1.291	1.500
		3,50%	5,40%	9,10%	7,50%	12,40%	8,40%	7,60%	8,80%
4	Congo	n.r.	n.r.	n.r.	332	150	952	903	1.386
		.	.	.	2,00%	0,90%	5,60%	5,30%	8,10%
5	Brasil	357	520	836	1.218	1.974	1.333	943	1.073
		2,10%	3,10%	4,90%	7,20%	11,60%	7,80%	5,50%	6,30%
6	África do Sul	481	544	686	772	897	681	700	897
		2,80%	3,20%	4,00%	4,50%	5,30%	4,00%	4,10%	5,30%
7	França	273	370	633	741	745	752	841	812
		1,60%	2,20%	3,70%	4,40%	4,40%	4,40%	4,90%	4,80%
8	Reino Unido	217	288	379	547	530	518	827	602
		1,30%	1,70%	2,20%	3,20%	3,10%	3,00%	4,90%	3,50%
9	Índia	65	103	196	233	330	586	597	536
		0,40%	0,60%	1,20%	1,40%	1,90%	3,40%	3,50%	3,20%
10	Namíbia	236	179	192	260	405	663	558	492
		1,40%	1,10%	1,10%	1,50%	2,40%	3,90%	3,30%	2,90%

Fonte: Elaborada pela secretaria da UNCTAD com base no Banco de Dados do ITC

de autossuficiência alimentar, visto que 70% dos alimentos consumidos são trazidos do exterior. Em 2010, carnes, bebidas, gorduras e óleos, e produtos de moagem representaram aproximadamente 55% de todas as importações agrícolas e afins, enquanto os cereais apresentaram uma taxa negativa de crescimento anual: isso talvez signifique que o consumo de produtos nacionais tenha aumentado, embora uma explicação alternativa possa ser a ocorrência de um processo de substituição devido à elevação dos preços dos cereais no mercado mundial. Entre 2008 e 2010, houve uma contração das importações de produtos agrícolas e derivados da ordem de 14%.

Tal como salientado na tabela 7, os produtos importados provêm sobretudo de Portugal e China, países responsáveis por 19% e 16,3%, respectivamente, do total das importações. Maquinaria, navios, equipamentos eletrônicos e veículos constituem a maior parte dos produtos estrangeiros. Cabe ressaltar que a política de investimentos angolana concede isenção tarifária para bens de investimento importados, tais como insumos necessários à produção e à aquisição de equipamentos, o que provocou considerável elevação do volume de importações provenientes da China e de Portugal especialmente. Devido à reduzida capacidade da produção nacional, estima-se que 68% das empresas angolanas ainda dependem de insumos importados (BAD 2012). Angola é também grande compradora de carne e de miudezas de carne comestíveis. Produtos à base de carne são originários principalmente do Brasil e dos EUA. Os

fluxos de importação inter-regional provenientes de outros países da SADC, nomeadamente África do Sul e Namíbia, equivalem a cerca de 8,16% do total. A República do Congo é responsável por 8,14% dos artigos importados que incluem, sobretudo, navios, barcos e outras estruturas flutuantes.

3.5 FLUXOS COMERCIAIS - SERVIÇOS

Angola é um importador líquido de serviços. As Tabelas 6 e 7 exibem os dados disponíveis sobre o comércio de serviços angolano, e é possível perceber que nos últimos anos ocorreu uma rápida aceleração do déficit do setor. Enquanto as importações apresentaram uma taxa anual de crescimento muito elevada, as exportações demonstraram valor e dinamismo limitados. Apenas as viagens experimentaram crescimento significativo devido à reativação do turismo de negócios. Perceptível, porém, é a contração das exportações de outros serviços comerciais. Isso indica a ausência de uma diversificação de serviços potencialmente exportáveis, que surgiram em outros países em desenvolvimento e que representam uma fonte potencial de trabalho para a mão de obra feminina.

A Tabela 7 apresenta a repartição das importações de outros serviços comerciais. As importações de serviços empresariais estão estreitamente vinculadas ao setor petrolífero extrativo, enquanto as dos serviços na área da construção refletem os investimentos nas atividades de reedificação. As importações de serviços de comunicação respondem aos grandes investimentos estrangeiros no campo das telecomunicações angolanas e as de seguros são, em

Tabela 8. Angola: Comércio de Serviços 2001-2010 [milhões de US\$ atuais]

Ano	Exportações				Importações				Balança Comercial			
	Total	Transporte	Via-gens	Outros	Total	Transporte	Via-gens	Outros	Total	Transporte	Via-gens	Outros
2001	203	13	.	189	3.176	392	66	2.717	-2.973	-379	n.d	-2.906
2002	207	17	37	153	2.766	477	19	2.270	-2.559	-460	18	-2.423
2003	201	16	49	136	2.774	759	12	2.004	-2.573	-743	37	-2.140
2004	323	18	66	239	4.285	877	39	3.368	-3.962	-859	27	-3.607
2005	177	18	88	71	6.191	1.320	74	4.797	-6.014	-1.302	14	-4.868
2006	n.d	20	75	n.d	6.860	1.627	148	5.086	n.d	-1.607	-73	n.d
2007	311	17	225	69	11.997	2.505	212	9.280	-11.686	-2.488	13	-9.349
2008	329	14	285	30	20.451	3.721	254	16.476	-20.122	-3.707	31	-16.506
2009	623	32	534	57	18.210	4.156	133	13.922	-17.587	-4.124	401	-13.979
2010	643	n.d	n.d	n.d	16.396	n.d	n.d	n.d	-15.753	n.d	n.d	n.d

Fonte: Base de Dados Comerciais da OMC

sua maioria, contratos de resseguros estabelecidos em centros financeiros internacionais. A oferta de

outros serviços importados não afeta o mercado interno pois não existem concorrentes nacionais.

Tabela 9. Angola: Importações de outros serviços comerciais 2001-2009 [em milhões de US\$ atuais]

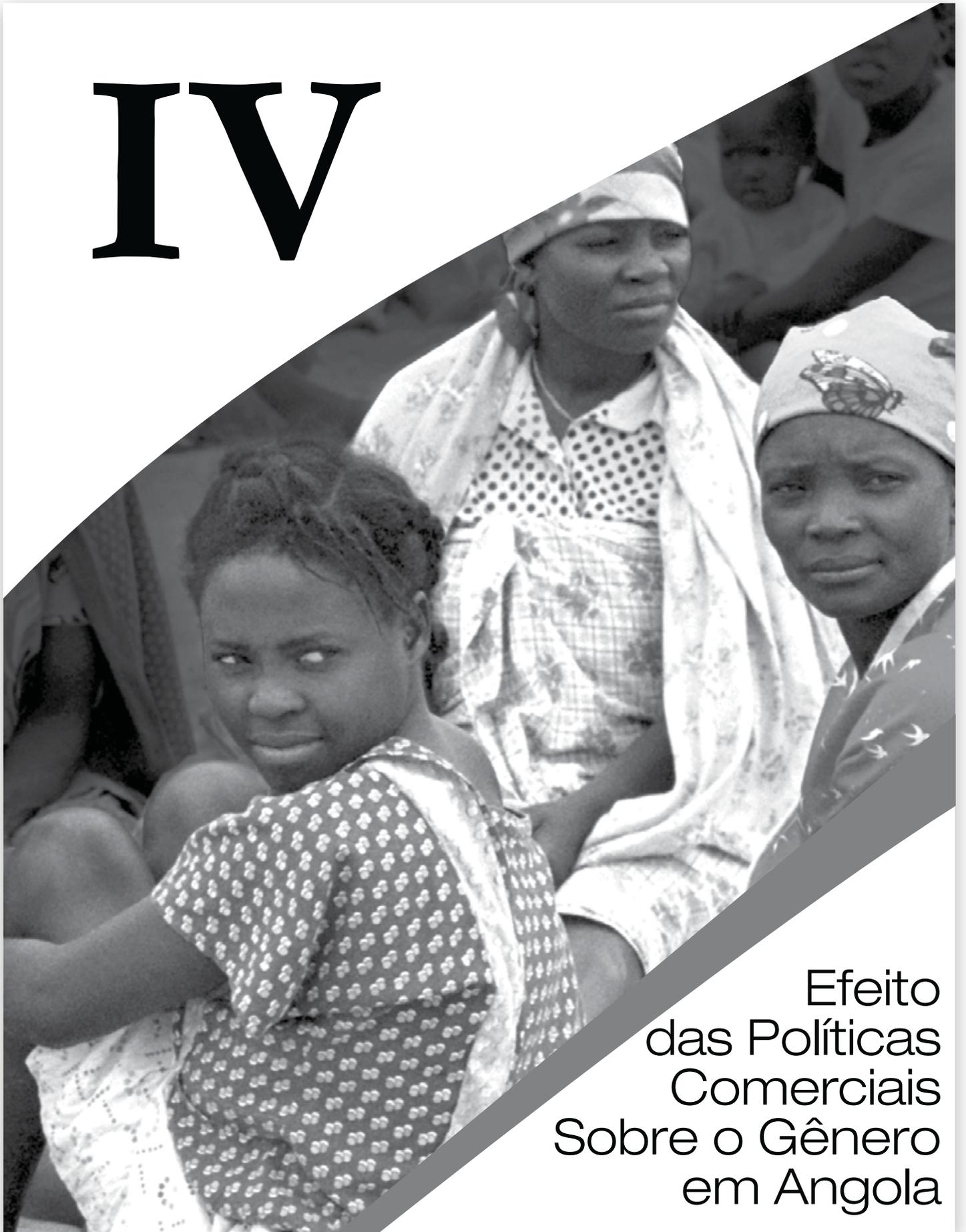
Ano	Comunicações	Construção	Seguros	Financeiros	Informática	Outros serviços empresariais	Pessoais, culturais e recreativos
2001	n.d	n.d	93	n.d	n.d	2.623	n.d
2002	8	555	94	34	1	1.563	15
2003	9	150	157	9	2	1.665	11
2004	17	866	174	59	8	2.213	28
2005	23	1.323	103	16	18	3.265	45
2006	19	1.476	297	123	12	3.092	65
2007	48	2.634	414	154	23	5.907	99
2008	88	5.007	1.498	537	27	9.197	121
2009	608	4.676	329	445	38	7.680	146

Fonte: Base de Dados Comerciais da OMC

NOTAS

- 32 As medidas da “caixa verde” estão definidas no Anexo 2 do Acordo sobre Agricultura da OMC. Essa disposição aplica-se tanto aos países membros desenvolvidos quanto em desenvolvimento. As áreas cobertas incluem, entre outras: serviços de extensão e inspeção agrícolas; marketing e promoção de serviços; serviços de infraestrutura, inclusive redes elétricas, estradas e outros meios de transporte, mercados, instalações portuárias e de abastecimento de água, etc.
- 33 As áreas cobertas incluem: subsídios ao investimento geralmente disponíveis para a agricultura (p.ex. subsídios à irrigação), e subsídios a insumos agrícolas geralmente disponíveis para agricultores de baixa renda ou de poucos recursos (p.ex. subsídios a fertilizantes para agricultores pobres). Não existe um patamar quantitativo determinado.
- 34 Para os países em desenvolvimento, o nível de minimis de ajuda interna para produtos específicos é de 10% do valor total de produção do produto agrícola em questão; para a ajuda interna não referente a produtos específicos, o nível de minimis deveria ser abaixo de 10% do valor total da produção agrícola.
- 35 Informações fornecidas pelo Ministério do Comércio durante a missão de levantamento de dados, 2013.
- 36 As exportações de veículos, maquinaria e equipamentos eletrônicos registradas não correspondem à produção manufatureira angolana. Esses valores devem refletir, no caso, a reexportação de produtos a partir de Angola.

IV



Efeito
das Políticas
Comerciais
Sobre o Gênero
em Angola

A participação da mulher na vida econômica bem como o volume do trabalho feminino dependem de uma mudança estrutural global da economia, especialmente no que se refere ao crescimento e declínio de seus diferentes setores. Por sua vez, esse processo vê-se consideravelmente afetado pela política comercial do país. A feminização do trabalho ocorrerá na medida em que as transformações estruturais criarem oportunidades que combinem com o nível de capacitação da mão de obra feminina e que essas oportunidades se tornem disponíveis no mercado de trabalho. Muitos estudos apontam que a feminização do trabalho está associada à expansão das exportações de manufaturados (Wood, 1991; Joeques, 1995; Seguino 1997, 2000) e ao crescimento do setor de serviços (Mitter, 2004; Prasad e Sreedevi, 2007). A evolução do agronegócio em direção ao setor exportador também foi vinculada a uma maior presença das mulheres no mercado laboral. No caso da agricultura, enquanto a feminização do emprego ocorreu na produção de algumas commodities, por outro lado a ampliação de métodos agrícolas modernos afastou as trabalhadoras desse setor. Esse processo de feminização não é linear e pode ser revertido em decorrência de mudanças tecnológicas e estruturais (Tejani e Milberg 2010).

O objetivo do presente Capítulo é avaliar o impacto da política comercial sobre a força de trabalho feminina em Angola, assim como analisar o papel dessa política sobre as transformações estruturais da economia, o papel das políticas comerciais nesse processo e seus efeitos sobre a feminização e sobre as condições de trabalho das mulheres. Devido aos seus efeitos sobre as transformações estruturais, a política comercial afeta essa força de trabalho por meio de diferentes canais: (i) ao aumentar ou reduzir o emprego feminino como um todo; (ii) ao acarretar modificações no nível de emprego das mulheres em diferentes setores da economia; (iii) ao provocar mudanças no perfil ocupacional das trabalhadoras dentro de um setor específico; e, (iv) ao gerar efeitos positivos ou negativos sobre a renda das mulheres. Além disso, a liberalização comercial, e seu impacto sobre os preços, atinge as mulheres em seu papel de consumidoras. Uma análise exaustiva deveria levar em consideração ambas as dimensões. Contudo, para avaliar os efeitos sobre o bem estar dos consumidores seriam necessários dados microeconômicos e uma matriz de responsabilidade social, elementos não disponíveis atualmente em Angola. Por conseguinte, a análise a seguir concentrar-se-á, mormente, nas mulheres como produtoras.

De início cabe destacar o fato de que a integração de Angola à economia mundial como país primordialmente exportador de petróleo e, até certo ponto, de diamantes, restringiu de forma significativa o potencial de diversificação da economia, tornando extremamente difícil a criação de um setor manufatureiro nacional capacitado para competir com as importações ou preparado para exportar, e reforçando a natureza essencialmente extrativa da economia, baseada nos setores de petróleo e diamantes. Esse fenômeno gerou repercussões negativas sobre o desenvolvimento de atividades produtivas capazes de absorver a mão de obra feminina e oferecer uma renda decente. Fomentou, igualmente, a expansão do trabalho extrativo onde o nível de participação das mulheres é muito baixo. A limitada transformação estrutural da economia angolana circunscreveu as trabalhadoras a atividades não transacionais e de baixa produtividade.

Este Capítulo examina primeiramente o mercado de trabalho angolano de forma global e, posteriormente, dedica-se à feminização do emprego e às suas condições no setor formal da economia. Subsequentemente, são analisadas questões específicas referentes à agricultura e à economia informal.

4.1 AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO ANGOLANO

Estima-se a população total de Angola em cerca de 19 milhões de habitantes, dos quais 50,24% são mulheres.³⁷ A população em idade ativa, entre 15-64 anos, chega a 9,4 milhões e as mulheres representam 50,84% desse total, o que equivale a 46,67% do total da força do trabalho. A mão de obra feminina eleva-se a 3,75 milhões de mulheres. A Tabela 8 mostra alguns indicadores básicos da estrutura demográfica e da força de trabalho segundo o gênero, e sua evolução ao longo do tempo.

O índice de participação das mulheres no mercado de trabalho é menor do que o dos homens: em 2009, os percentuais eram 78,47% e 91,9% respectivamente. Essa menor atuação feminina é comum na maioria dos países, embora os diferenciais de gênero agregados dos índices de participação da força de trabalho tenham diminuído com o tempo (OIT, 2010). O que chama a atenção em Angola, entretanto, é a sólida estabilidade desse índice para as mulheres enquanto o dos homens cai significativamente com o passar dos anos. Além disso, embora neste

Tabela 10. Angola: Estrutura demográfica e força de trabalho segundo o gênero

	1 População Total [milhares]	2 População em idade ativa 15-64 [milhares]	3 [2/1] (%)	4 Força de Trabalho [milhares]	5 [4/2] Taxa de participação laboral	6 [2-4] População inativa [milhares]
Mulheres						
1990	5.247	2.631	50,15	2.059	78,23	573
1995	6.147	3.077	50,05	2.439	79,28	637
2000	7.058	3.539	50,13	2.805	79,28	733
2005	8.337	4.189	50,24	3.302	78,82	887
2009	9.367 [50,24%]	4.779 [50,84%]	51,00	3.750 [46,67%]	78,47	1.029 [75,33%]
Homens						
1990	5.064	2.523	49,82	2.398	95,05	125
1995	5.931	2.955	49,82	2.778	93,99	177
2000	6.834	3.407	49,93	3.187	93,54	220
2005	8.079	4.042	50,02	3.753	92,85	289
2009	9.277 [49,75%]	4.621 [49,15%]	49,81	4.284 [53,32%]	91,93	337 [24,67%]
Total 2009	18.644 [100%]	9.400 [100%]	50,41	8.034 [100%]	85,46	1.366 [100%]

Fonte: Cálculos realizados pela secretaria da UNCTAD com base nos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial

caso a taxa seja praticamente constante, o número absoluto de mulheres em idade ativa que entretanto permanecem inativas – ou seja, fora do mercado de trabalho – aumentou substancialmente ao longo do tempo. Em 2009, mais de 1 milhão de mulheres estavam nessa situação o que poderia significar que certas convenções sociais mantêm-nas fora do mercado de trabalho ou que as expectativas desse mesmo mercado não são suficientemente atraentes como para tentá-las a buscar um emprego. Este fenômeno poderia advir – tal como em outros países em desenvolvimento – de uma elevação do padrão de vida dos segmentos médios, o que reduz o índice de participação feminina em uma curva em U invertida ao longo do eixo da renda. Em Angola, o fato talvez não tenha causado um declínio, mas sim sua estabilização.

Esse índice de participação das mulheres no mercado de trabalho em Angola é levemente superior se comparado ao de outros países africanos, mas não muito diferente da média. Ele depende de um conjunto de fatores e não está necessariamente vinculado ao nível de desenvolvimento (Banco Mundial 2012). A presença da mulher no mercado de trabalho foi estimulada pelo conflito – elas se viram forçadas a substituir os homens que partiram para a guerra – e pelas elevadas taxas de pobreza que historicamente assolam o país e compelem-nas a buscar uma fonte de renda. Do mesmo modo, a natureza agrária de

grande parte das atividades femininas em Angola está associada à alta participação das mulheres no trabalho em muitos países em desenvolvimento.

A Tabela 9 mostra a repartição setorial do emprego em Angola. Duas questões merecem destaque. Primeiramente, cabe observar o papel preponderante da agricultura como elemento gerador de trabalho no país, visto representar 82% de todos os empregos. Em segundo lugar, a participação das atividades extrativas é reduzida o que deixa patente a baixa intensidade de trabalho requerida pelo setor exportador angolano. Um exame atento dos dados indica que a estrutura setorial do emprego tende a reforçar o predomínio da agricultura e dos serviços de mercado como principais focos de emprego para a população angolana. O crescimento de vagas no setor da pesca é um fenômeno interessante, pois atesta o surgimento de uma nova fonte de trabalho no país.

Não há disponibilidade de dados oficiais com séries históricas de empregos por setor desagregados por gênero. Essa questão foi abordada em um estudo, embora com informações incompletas e desatualizadas (van Klaveren 2009). Com base no referido estudo e em outros dados disponíveis de fontes diversas, a Tabela 10 apresenta uma estimativa da repartição do emprego por gênero. Ela retrata claramente que a maior quantidade de trabalhadoras atua na agricultura e no setor informal urbano, e

Tabela 11. Angola: Emprego por setor de atividade econômica [milhares e %]

	2006	2008	% de empregos novos
Agricultura	4.781.13 [84,7]	5.491.29 [82,0]	67,44
Pesca	46.44 [0,8]	164.43 [2,5]	11,20
Petróleo	12.78 [0,2]	15.17 [0,2]	0,22
Diamantes	15.65 [0,3]	16.59 [0,3]	0,08
Outras atividades extrativas	26.13 [0,5]	26.68 [0,4]	0,05
Energia/Água	--	2.34 [0,0]	--
Manufaturas	37.26 [0,7]	42.21 [0,6]	0,47
Construção	2.06.72 [3,7]	240.11 [3,6]	3,17
Serviços de mercado	202.00 [3,6]	334.55 [5,0]	12,58
Setores sociais (setor privado, emprego na educação, na saúde e em outros serviços sociais)	16.53 [0,3]	18.70 [0,3]	0,20
Setores institucionais (emprego no setor público, inclusive na administração pública e defesa, e outros serviços prestados pelo Estado)	261.11 [4,6]	296.11 [4,4]	3,32
Outros	35.98 [0,6]	45.64 [0,7]	0,91
Total	5.642.17 [100]	6.695.32 [100]	1.053.34 [100]

Fonte: Cálculos realizados pela secretaria da UNCTAD com base em dados provenientes da Universidade Católica de Angola (2010) e do Ministério do Planeamento

que são essas esferas as principais responsáveis pela absorção da mão de obra feminina. O número absoluto de mulheres trabalhando em outros setores é muito reduzido. Na economia formal, os principais empregadores dessa mão de obra são o Estado (nas administrações central e local) e as áreas tradicionais com grande propensão a contratar trabalhadoras mulheres, como saúde e educação, entre outras.

Angola possui uma das maiores economias informais do mundo em desenvolvimento. Estima-se que sua participação no PIB angolano chegue a, aproximadamente, 45,2% (Schneider 2005) e que ela represente um meio de vida para uma porção significativa da população do país. Contudo, não existem registros exatos sobre o tamanho da *candonga* no país. A maioria dos estudos existentes

Tabela 12. Angola: Estrutura do Emprego por Setor e por Gênero 2008

Setor	% Mulheres	% Homens	Total
Agricultura tradicional	70	30	100
Agricultura comercial	26	74	100
Indústria	17	83	100
Construção	11	89	100
Comércio formal	25	75	100
Setor informal	70	30	100
Serviços comunitários	28	72	100
Educação e ciência	36	64	100
Cultura e artes	49	51	100
Administração pública	24,5	75,5	100
Atenção à saúde	42	58	100

Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento (2008) Angola: Perfil de Gênero do País, Agosto. Dados sobre agricultura tradicional, serviço público e setor informal calculados pela secretaria da UNCTAD a partir de várias fontes, inclusive van Klaveren et al. 2009, o Banco Africano de Desenvolvimento 2008 (para a agricultura tradicional); Relatório Setorial do MAPESS – Balanço do Programa Geral de Governo 2007/2008 e Função Pública-Dados 2010 página web do MAPESS (para o emprego público); UNICEF 2003 e Workshop de Desenvolvimento 2009b (para o setor informal)

sobre a questão faz referência ao Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas e Receitas de 2000 (Instituto Nacional de Estatística 2000), ou a pesquisas anteriores (Wold e Grave 1999). Segundo o inquérito de 2000, os indivíduos com atividades primárias de natureza informal representavam 62,8% do total da população economicamente ativa (PEA) de Angola, embora geograficamente essa proporção variasse entre 52% e 80,2%. Em 2001, 85% dos agregados familiares chefiados por mulheres e 75% dos chefiados por homens eram autônomos ou trabalhavam no setor informal (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2003). Estimativas mais recentes indicam que 65% de todos os chefes de agregados familiares em Angola quer são autônomos quer dependem do setor informal como principal fonte de renda (Programa de Combate à Pobreza Urbana de Luanda, 2011), e quase 70% dos empregos existentes encontram-se nesse setor (Banco Mundial 2007b).

Informações do Ministério de Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) apontam que 93% da população rural dependem das atividades informais – basicamente agricultura de subsistência – enquanto 51% do total da população urbana estão igualmente na informalidade (Workshop de Desenvolvimento 2009b). Estima-se que a renda gerada pelo setor informal sustente mais de 75% da

população angolana. Um bom indicador do grau de informalidade existente é a proporção de trabalhadores autônomos ou de familiares não remunerados que fazem parte do total da mão de obra empregada. Em Angola, em 2009, ambas as categorias, em conjunto, representavam 66,2% do total da força de trabalho ativa no país. Entretanto, havia uma acentuada discrepância entre as populações rurais e urbanas: nas cidades totalizavam 43,9% da população, e no campo somavam 87,3%. Além disso, deve-se tomar igualmente em conta aqueles indivíduos dedicados a atividades comerciais informais, rurais e urbanas, empregados em micro e pequenas empresas. Assim sendo, e com base nos cálculos existentes, é possível concluir que o setor informal é o principal meio de sobrevivência para a maioria dos angolanos e, quer seja rural ou urbano, é a fonte precípua de ocupação para a mão de obra feminina em Angola. Tal fato explica até certo ponto o alto índice de participação das mulheres nesse setor pois é por meio dele que elas poderão garantir seu sustento. Portanto, a avaliação do impacto do comércio e das políticas comerciais sobre o gênero deve necessária e predominantemente focar esse setor.

O setor formal em Angola, incluindo a administração pública e a defesa, dá emprego para cerca de apenas 15% do total da força de trabalho angolana, e de 8% da mão de obra feminina. Esses dados estão

Tabela 13. Angola: Emprego total e emprego feminino no setor formal por volta de 2007

Setor	Feminino (número de trabalhadoras)	% do total de emprego formal feminino	% de emprego feminino por setor	% de emprego masculino por setor	Total de empregos formais*
Agricultura e pesca	23.000	7,69	26	74	88.461
Manufatura e mineração	34.000	11,36	17	83	200.000
Construção	22.000	7,35	11	89	200.000
Comércio, transporte, telecomunicações e turismo	72.000	24,06	40	60	180.000
Administração pública e defesa	102.235	34,17	24,5	75,5	417.571
Educação	29.000	9,69	36	64	80.555
Atenção à saúde	17.000	5,68	42	58	40.476
Total	299.235	100,00	24,8	75,2	1.206.508

Fonte: Elaborado pela secretaria da UNCTAD com base em Van Klaveren et.al (2009) e em fontes adicionais. Dados de emprego no setor público provenientes do MAPESS e do Banco Mundial

*Calculado com base na parcela feminina do emprego setorial

próximos às estimativas de Alves da Rocha (2007), que fala em aproximadamente 12% do total da força de trabalho empregada no setor formal. No que se refere à parcela feminina, segundo o mesmo autor as mulheres representariam apenas 13% da força de trabalho no setor formal privado com mais 3,2% entre os funcionários do setor público. A Tabela 11 mostra uma estimativa da participação feminina na economia formal angolana. O setor privado de Angola gera emprego para apenas cerca de 200.000 trabalhadoras, ou seja, para tão somente 5,3% da mão de obra feminina, enquanto o Estado emprega outros 2,7%.

O segmento Serviços (saúde, educação, administração pública e defesa, comércio, transporte, telecomunicações e turismo) representa 73,6% de todo o emprego feminino na economia formal. A Administração Pública e a Defesa são os setores que mais empregam trabalhadoras, seguidos pelo retalhista (Tabela 13), e os serviços envolvidas são em sua maioria não transacionais. Seguindo o padrão mundial, Angola apresenta intensidade relativamente alta de mão de obra feminina em áreas tais como saúde e educação. Contudo, a proporção de mulheres presentes nesses setores é inferior à de outros países em desenvolvimento. Tal fato poderia ser explicado pela falta de qualificação necessária, devido ao reduzido acesso das mulheres a uma capacitação especializada.

4.2 COMÉRCIO, TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL E GÊNERO EM ANGOLA

A presente seção trata do efeito global da transformação estrutural sobre a feminização do trabalho em Angola, especialmente no setor formal da economia. Cabe ressaltar a ausência de dados desagregados a respeito da estrutura do PIB além dos já apresentados na Tabela 1, o que constitui séria limitação ao escopo da análise.

4.2.1 Pesca

Em Angola, a pesca comercial é levada a cabo por embarcações estrangeiras em parceria com companhias angolanas ou arrendadas por estas, mediante a concessão de cotas pesqueiras sujeitas a pagamentos periódicos. O produto, em sua maioria, é destinado à exportação. Paralelamente, indivíduos ou pequenas empresas dedicam-se à pesca artesanal ou de menor escala. O setor pesqueiro constitui importante fonte geradora de receita para muitas

províncias angolanas, além de proporcionar renda adicional para agregados familiares e contribuir para a diversificação da dieta alimentar da população. Segundo uma pesquisa realizada em 2005, 20% dos agregados familiares cobertos pela amostragem em diferentes províncias do país estavam envolvidos com a pesca. Em algumas regiões o percentual era ainda mais elevado, como nos casos de Kuando e Kubango onde mais de 50% das famílias estavam de alguma maneira vinculadas às atividades pesqueiras. A maior parte da produção é vendida no mercado interno de modo a suplementar a renda familiar (WFP 2005).

O setor tem crescido em ritmo acelerado e, segundo as estatísticas oficiais, de 2006 a 2008 logrou gerar 118.000 novos empregos no país. Ele é geralmente dominado pela mão de obra masculina, tanto no que se refere às atividades pesqueiras propriamente ditas quanto à indústria da pesca, ao transporte em grande escala e à distribuição do produto fresco ou processado. As mulheres participam, principalmente, na compra, no processamento primário e na venda dos peixes, embora em alguns casos dediquem-se à pesca no interior (rios) com métodos tradicionais para garantir o consumo doméstico (BAD 2008). Elas com frequência atuam como intermediárias entre os pescadores ou importadores de peixes por um lado, e os consumidores finais por outro. Chegam a possuir até 20 contêineres refrigerados para estocar produtos pesqueiros, o que lhes permite abastecer tanto grandes supermercados quanto pequenas peixarias.³⁸ Não existem dados sobre a repartição do emprego por gênero nesse setor. Neste caso, o envolvimento das mulheres está, uma vez mais, estreitamente vinculado à sua participação na economia informal, pois é na informalidade que elas logram vender peixes frescos e alguns subprodutos processados nos mercados.

Angola possui um grande potencial pesqueiro. Se os peixes capturados fossem utilizados na elaboração de produtos processados dirigidos à exportação, esse setor poderia criar interessantes oportunidades de emprego para a mão de obra feminina no setor formal, tal como já ocorreu em outros países. Visto ser uma produção baseada em um recurso de elevada demanda e elasticidade de renda no mercado mundial, esse setor é menos afetado pela perda de competitividade decorrente da taxa de câmbio. Em muitos países, as atividades pós-pesca são levadas a cabo predominantemente pelas mulheres (Weerantunge e Snyder 2009). Entretanto, como pode-se inferir da Tabela 4, no caso de Angola o

esperado aumento rápido do número de empregos no setor não se deu paralelamente à exportação mais dinâmica dos produtos pesqueiros processados. A participação das mulheres no setor pesqueiro, bem como o potencial desse mesmo setor de absorver a mão de obra feminina, são questões que exigem uma análise mais aprofundada.

4.2.2 Produção Manufatureira

Durante o período colonial, Angola possuía um pujante parque manufatureiro. A emigração dos colonos portugueses – que controlavam o setor – e os efeitos do conflito armado provocaram, em conjunto, o colapso da produção nacional. De 2002 a 2011, registrou-se um crescimento médio anual de 20%. A contribuição para o PIB, porém, manteve-se estável por volta dos 3,7%, o que equivale a menos da metade da média contributiva do setor manufatureiro para o PIB em África.³⁹

Angola possui uma base de produção muito limitada. Em 2009, a média per capita do valor agregado industrial (MVA na sigla em inglês) foi de US\$ 62,81 correntes - um valor baixo em comparação com a média africana de US\$ 75,25, e mais ainda se comparado com a média de US\$ 399 dos países em desenvolvimento (Banco de dados da UNIDO). Contudo, houve uma melhora expressiva desde 2000, quando era de apenas US\$ 18,94. A produção manufatureira está concentrada na elaboração de bebidas (66 %) e de alimentos processados (22 %), enquanto outras atividades produtivas são responsáveis por tão somente 12% do valor agregado (CEIC 2010). A expansão do setor produtivo está se dirigindo agora para petróleo (refinaria e tubulações), metalurgia e engenharia, plásticos e manufaturas leves, inclusive vestuário.

Segundo as informações disponíveis, em 2008 o setor manufatureiro empregava cerca de 40.000 trabalhadores. A participação feminina é baixa: de acordo com estimativas da UNCTAD, as mulheres representam 17% da força de trabalho, ou cerca de 7.000 trabalhadoras.⁴⁰ Conforme pesquisa levada a cabo pelo Banco Mundial em 2007, a mão de obra do setor manufatureiro é constituída, em sua maioria, por trabalhadores da produção⁴¹ (79% do total), dentre os quais 14% são mulheres. A participação feminina é maior no setor de vestuário (51%) em comparação com outras atividades produtivas. A parcela de trabalhadoras não vinculadas à produção é maior do que a das trabalhadoras da produção, e representa

32% de todos os trabalhadores não ligados à produção. Quadro muito semelhante a este repete-se em todas as empresas, independentemente de seu porte ou tamanho, o que atesta a existência de um viés de gênero no tipo de trabalho desempenhado pela mão de obra feminina nesse setor (Banco Mundial 2007b). Do mesmo modo, as diferentes categorias de ocupação provavelmente provocam efeitos significativos na defasagem salarial por gênero. Entretanto, não há dados disponíveis sobre a questão que nos permitam ampliar a análise.

Em Angola, a liberalização da economia não promoveu o desenvolvimento de um setor produtivo voltado para a exportação, o principal caminho utilizado para a feminização do trabalho industrial em muitos países em desenvolvimento.⁴² Tal feminização normalmente ocorre porque as mulheres representam uma fonte de trabalho mais barata e flexível, e são, assim, preferidas pelos empregadores que desejam expandir suas exportações, reduzir seus custos laborais, aumentar sua flexibilidade de contratação e de demissão, e minimizar o poder de barganha dos trabalhadores no que se refere às condições de trabalho e à negociação salarial. Nesse contexto, a feminização do trabalho em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), por exemplo, foi objeto de amplos estudos (Boyange, 2007; Doraisami, 2008; Berik, 2008). Em Angola, as políticas comerciais e cambiais criaram um ambiente aparentemente pouco propício a esse tipo de atividades, impedindo portanto que elas florescessem.

4.2.3 O setor formal de serviços

A contribuição do setor de serviços para o PIB angolano é de cerca de 25%, e permanece praticamente constante desde 2002 (Tabela 1). O peso dos serviços na economia é relativamente baixo se comparado com outros países no mesmo patamar de desenvolvimento. Excetuando-se a construção, o setor privado formal de serviços emprega 6% da mão de obra local. É responsável, porém, por 25% de todos os empregos não ligados à agricultura. Neste contexto, a feminização do trabalho se dá devido à expansão do número de atividades não qualificadas e à busca por menores custos trabalhistas e esquemas flexíveis de contratação, especialmente no comércio retalhista, nos restaurantes e nos serviços de TIC de pequeno porte, entre outros.

A força de trabalho feminina no setor privado formal de Angola concentra-se, basicamente, na área de

serviços e sua participação é substancialmente maior do que no setor manufatureiro. Segundo o Banco Mundial, as mulheres atuam principalmente no comércio retalhista, ocupando 15% do total de empregos, e em outros serviços onde representam 33% da força de trabalho (Banco Mundial 2007). Existem dados sobre a estrutura do emprego por gênero no setor de serviços em Angola que diferem radicalmente dessas estimativas. As mulheres operam no comércio retalhista de produtos agrícolas e na venda de artigos manufaturados importados no mercado interno. Trabalham, na maior parte das vezes, de maneira informal, como vendedoras de rua; entretanto, é comum encontrá-las também em lojas, restaurantes e farmácias.

Tendo em vista o fato de o setor de serviços ser o principal empregador formal da mão de obra feminina nas zonas urbanas de Angola, informações pormenorizadas sobre a contratação e remuneração de mulheres para essas atividades constituem elementos importantes para a avaliação do efeito da liberalização do comércio sobre a força de trabalho feminina.

Estima-se que a valorização da moeda causará o aumento de preço dos bens não comercializáveis em comparação com os comercializáveis e, seguindo a teoria econômica, que esse fato provocará a elevação da remuneração dos fatores de produção dessas atividades. Assim, espera-se que haja um aumento da renda das mulheres dedicadas a serviços formais não comercializáveis. Tendo em vista a pequena proporção de mulheres empregadas no setor privado formal de serviços, o impacto global deverá ser mínimo em Angola, mas poderá ser substancial para aquelas trabalhadoras empregadas nessa área.

4.2.4 Turismo

Em muitos países em desenvolvimento o turismo tornou-se uma importante fonte de empregos para as mulheres (UNWTA 2012). Em Angola, essa atividade apresenta rápida expansão. O fluxo de turistas está composto, basicamente, por angolanos ou por estrangeiros radicados no país (Ministério do Turismo). O número de visitantes aumentou de 51.000 em 2000 para 366.000 em 2009, e foram geradas receitas da ordem de US\$ 534 milhões. Espera-se que o volume de turistas continue a aumentar substancialmente no futuro. O turismo em Angola é basicamente de negócios e está associado ao petróleo, aos diamantes e ao setor de infraestrutura. O governo tem investido pesadamente no turismo de grandes eventos e

financiou construções vinculadas aos esportes. Já o turismo de lazer está crescendo lentamente e o país foi recentemente incluído nas rotas dos navios de cruzeiro.

Estimulados pela combinação de crescimento econômico, preços proibitivos no mercado interno e taxa de câmbio favorável, os angolanos ricos passaram a viajar muito para o exterior e transformaram-se nos turistas que mais gastam em países como África do Sul, Brasil, Portugal, China, Etiópia, Namíbia e Emirados.⁴³

Angola liberalizou o turismo de acordo com seus compromissos assumidos no âmbito do GATS e a evolução do setor criou oportunidades de emprego para as mulheres em várias áreas afins. Contudo, trata-se sobretudo de ocupações não qualificadas de baixa remuneração. Entretanto, em matéria de compensações monetárias e não monetárias, o turismo oferece melhores condições de trabalho do que o setor urbano informal ou a agricultura tradicional. Em termos gerais, o deslocamento de uma fração da mão de obra feminina para o turismo deveria ser considerado um aspecto positivo. O governo oferece formação no emprego para as mulheres. Nesse contexto, foram criados hotéis-escola em vários pontos do país de modo a capacitar tanto a mão de obra feminina quanto masculina, embora alunas sejam maioria.⁴⁴

As mulheres são proprietárias e administradoras de quase todas as micro e pequenas empresas da indústria do turismo, especialmente no que se refere a restaurantes e a serviços de restauração (*catering*). Entretanto, a maioria dessas firmas opera na informalidade. É mínima a participação das mulheres como donas ou gerentes de grandes negócios (p.ex. hotéis) que atuam no setor formal.

Com a criação do Plano Nacional de Turismo, o governo de Angola estabeleceu objetivos ambiciosos com vistas à expansão do turismo local, regional e internacional no período de 2013-2020. A meta é receber 4,7 milhões de turistas (60% locais e 40% internacionais); criar um milhão de empregos adicionais; contribuir com 3% do PIB por meio de atividades relacionadas ao turismo e assegurar receitas da ordem de 4,7 bilhões de dólares.⁴⁵

4.2.5 Emprego no setor público

O Estado é o principal empregador da economia formal angolana. O número total de contratações na administração pública, tanto no governo central

Tabela 14. Angola: Emprego no setor público por gênero, em milhares e porcentagens

Gênero	2007	%	2008	%	2010	%
Homens	194 182	66.5	198 456	66.7	220 416	65.0
Mulheres	97 815	33.5	99 115	33.3	118 826	35.0
Total	291 997	100.0	297 571	100.00	339 242	100.0

Fonte: MAPESS - Relatório Setorial - Balanço do Programa Geral do Governo 2007/2008 e Função Pública - Dados 2010. Página web do MAPESS

quanto local, tem apresentado crescimento constante. Eram 200.000 funcionários em 2000, 261.544 em 2006 e 339.242 em 2010, o que corresponde a um aumento de quase 70% no decorrer de uma década. A administração central empregou 39.516 pessoas em 2010, enquanto no plano local foram 299.726, o que representa uma parcela considerável do total de empregos formais fora da capital, em particular para a mão de obra feminina.

A Tabela 14 assinala a dotação de funcionários do Estado segundo o gênero. Em 2010, a parcela de funcionárias públicas no cômputo geral era de 35%, com pequena elevação em relação a 2007. Os dados disponíveis mostram que existe uma diferenciação de gênero no trabalho dentro do setor público. As mulheres ocupam unicamente 44% dos postos profissionais e 25% dos cargos hierarquicamente superiores. Além disso, as forças armadas e de segurança empregam cerca de 120.000 indivíduos dentre os quais apenas 2,6% são mulheres.⁴⁶ Com base nessas informações, calcula-se que em 2010 o Estado contava com aproximadamente 120.000 funcionárias públicas em seus quadros.

Os salários do setor público sofreram uma retração substancial em termos reais, o que afetou as servidoras públicas (Universidade Católica, 2010).

4.3 COMÉRCIO E AGRICULTURA EM ANGOLA

A mão de obra feminina em Angola concentra-se sobretudo no setor agrícola. Assim sendo, o impacto da liberalização do comércio sobre esse setor tem um grande peso para o bem estar das mulheres angolanas. A presente seção oferece uma breve visão geral de suas principais características e tece, igualmente, algumas considerações sobre as consequências dessa liberalização para as trabalhadoras.

4.3.1 Visão geral

A agricultura, que contribui com cerca de apenas 8% para o PIB, é o principal empregador da força de

trabalho angolana e responsável por 82% de todos os empregos criados no país. Constitui, também, a primeira fonte de trabalho para as mulheres, as quais somam 70% do total de pessoas ligadas às atividades agrícolas. Segundo os cálculos da UNCTAD, em 2008 aproximadamente 3,85 milhões de angolanas trabalhavam na agropecuária, o que corresponde a mais ou menos a 80% da população feminina em idade ativa. Portanto, o impacto do comércio sobre o setor agrícola provocará, necessariamente, um efeito substancial sobre o bem estar das mulheres.

Em termos gerais, a agricultura angolana apresenta um baixo grau de produtividade, mesmo quando comparada a outros países subsaarianos. Produção extremamente limitada e rendimento reduzido por hectare sinalizam uma agricultura marcadamente de subsistência. A área cultivada anualmente por uma família varia entre 1 e 3 hectares em condições de sequeiro e 0,2 hectares com irrigação (IFAD 2005). A fragmentação da posse da terra em pequenos lotes restringe a possibilidade de melhora dos métodos de plantio e a introdução de maquinaria. Segundo os dados disponíveis, os níveis de produtividade do setor variam consideravelmente conforme as regiões e as safras, mas é interessante assinalar que em muitos casos a agricultura comercial não é necessariamente mais produtiva do que a familiar (Universidade Católica 2010). A baixa produtividade está vinculada à elevada incidência da pobreza nas zonas rurais do país, tendo em visto o pouco excedente a ser monetizado.

Tal como acontece na maioria dos países subsaarianos, existe uma divisão de gênero no trabalho agrícola. Os homens são responsáveis pelo desmatamento e pela aragem do campo, pelo cultivo comercial e pela pecuária. Já as mulheres, além do trabalho doméstico e da atenção às crianças, devem cuidar de todos os aspectos relacionados à subsistência familiar, inclusive da produção de alimentos e criação de animais de pequeno porte, bem como da coleta de água e de lenha. As mulheres trabalham em média entre 14 e 15 horas por dia, tanto em casa quanto no campo.

Os agregados familiares chefiados por mulheres, que representam 33% de todos os agregados familiares rurais, estão entre os mais pobres e vulneráveis, pois não contam com a presença masculina para desmatar e arar a terra.

Em Angola, 80% do total da produção agrícola é levada a cabo de forma tradicional, em pequenos lotes de terra, por meio de métodos rudimentares e com um grau de produtividade extremamente baixo; rara vez logra-se produzir um pequeno excedente (o chamado “setor familiar”). A mão de obra feminina está concentrada nesse segmento. Dados retirados de uma pesquisa recente sobre agregados familiares dedicados à produção de milho – que se destaca como plantio primário tanto em termos de área cultivada quanto em níveis absolutos de quantidade produzida – fornecem uma visão global das condições do setor agrícola (Kassie, et al 2012).

Segundo o estudo, o tamanho médio de uma propriedade é de 2,5 hectares e a principal origem da mão de obra local é o próprio agregado familiar, que fornece quase toda a força de trabalho necessária. Os agricultores angolanos dispõem de muito pouco capital investido em pecuária, e a avicultura não é uma prática habitual. Cerca de 44% dos agregados analisados apresentam um índice de riqueza negativa⁴⁷, indicativo do nível de pobreza, e apenas 28% têm escolaridade superior ao curso primário. Nenhum agregado familiar da amostragem possui um animal de tração ou um trator, e todo tipo de aragem é realizado com meios extremamente rudimentares. Os pequenos agricultores não utilizam sementes melhoradas, pois 95% deles não distinguem entre as diferentes categorias existentes e 91% compram e plantam apenas variedades locais de milho. A venda de produtos agrícolas é responsável por 85% da renda em dinheiro dos agregados familiares e 66% de seus membros têm algum outro tipo de atividade fora da fazenda, geralmente ligada ao pequeno comércio. Cabe assinalar que apenas 56% da terra é utilizada na plantação de milho, deixando antever uma certa diversificação agrícola.

Os empreendimentos comerciais de médio e grande portes (agronegócio) são responsáveis pelo restante da produção agrícola angolana.⁴⁸ A agricultura comercial emprega em sua maioria homens. A mão de obra feminina representa apenas 26% de todos os trabalhadores do agronegócio e, de acordo com cálculos da UNCTAD, há unicamente 20.000 mulheres atuando nesse setor.⁴⁹

A agricultura em Angola sofreu os efeitos devastadores do conflito armado e os canais de escoamento da produção entraram em colapso. Desde 2002, porém, o setor vem apresentando taxas de crescimento favoráveis e os índices de produção agrícola e alimentar praticamente dobraram em comparação com os níveis do biênio 1999-2001 (UNSTATS 2010), embora principalmente recuperando apenas o tempo perdido. Os canais de comercialização e distribuição, por outro lado, ainda não foram completamente restaurados. Tal fato – somado à falta de infraestrutura e logística adequadas – constitui um dos principais obstáculos à eficiente integração da produção agrícola ao mercado angolano. A maior parte do que produz a lavoura angolana é dirigida ao consumo doméstico e o excedente disponível é basicamente vendido nos mercados locais por comerciantes informais. A produção nacional é insuficiente para satisfazer a demanda interna, que por sua vez cresce paralelamente à população.

4.3.2 O impacto da liberalização do comércio sobre a agricultura

Uma avaliação abrangente do impacto da liberalização comercial agrícola sobre a perspectiva de gênero exigiria uma análise microeconômica do sistema e dos produtos agrícolas, o que está para além do propósito do presente estudo. Esta seção brinda algumas observações gerais sobre as possíveis consequências da liberalização do comércio sobre o conjunto da mão de obra feminina na agricultura. O objetivo é oferecer uma primeira abordagem sobre a questão, embora o assunto obviamente requiera uma pesquisa mais aprofundada à medida que mais microdados se tornem disponíveis.

Como tratado na seção 3.3.2, as importações agrícolas aumentaram significativamente em Angola, especialmente a partir de 2004 quanto cresceu muito o volume de produtos importados. O nível de proteção tarifária é relativamente baixo para a maioria dos produtos agrícolas e a taxa de câmbio prevalecente reduz os preços em moeda nacional. Tendo em vista a baixa produtividade da lavoura e o contexto comercial angolano, seria razoável supor que as importações provocariam efeitos consideráveis sobre o setor agrícola do país, acarretando a queda dos preços dos produtos nacionais que, por sua vez, abalariam os níveis de produção e a renda dos trabalhadores rurais, em sua maioria mulheres. Além disso, o barateamento das importações ocasionaria quer

uma substituição dos alimentos básicos nacionais tradicionais pelos importados, quer uma mudança nos padrões de consumo: ao invés de alimentos tradicionais de primeira necessidade haveria a compra de novos produtos importados, afetando uma vez mais a produção nacional. Segundo as informações disponíveis, a penetração de produtos alimentares importados em Angola chega a 70%. Entretanto, contrariamente ao que seria de se esperar, e tal como mencionado acima, o cultivo da maioria dos produtos agrícolas está em franca expansão no país.

Não existem séries históricas prontamente disponíveis sobre os preços agrícolas no produtor, nem tampouco sobre a renda em dinheiro da mão de obra rural feminina, informações estas que forneceriam uma base a partir da qual seria possível avaliar o impacto da penetração das importações no bem estar das trabalhadoras. Contudo, o efeito da liberalização do comércio pode não ter sido perceptível até agora para uma grande parcela dos agricultores dedicada à agricultura de subsistência e relativamente imune aos fluxos comerciais. É preciso que a análise faça uma distinção clara entre os diferentes segmentos de trabalhadores rurais. Um segmento adicional seria composto por produtores praticamente excluídos do mercado, dedicados apenas ao consumo doméstico e sem dispor de qualquer excedente passível de ser comercializado. Outro incluiria agricultores capazes de gerar uma parte de sua renda em dinheiro a partir da venda de seus produtos no mercado interno. Um terceiro compreenderia trabalhadores e proprietários de terras voltados para a agricultura de exportação. A liberalização do comércio não modificou a situação dos componentes do primeiro segmento – em sua maioria mulheres. Em Angola, a agricultura de exportação é muito limitada e emprega uma porcentagem extremamente baixa de mão de obra rural, particularmente mulheres.

Quanto aos produtores que retiram parte de sua renda em dinheiro da venda nos mercados, a liberalização comercial pode já ter tido um impacto em seu bem estar através dos efeitos da concorrência das importações sobre o nível dos produtos, dos preços e das receitas agrícolas. Além disso, na medida em que a cesta básica desse grupo inclui produtos estrangeiros, o barateamento das importações contribuiria para melhorar o bem estar global. Contudo, devem ser feitas certas ressalvas em relação à situação de Angola. Primeiramente, cabe assinalar uma característica importante da força

de trabalho rural angolana, qual seja a diversificação de suas fontes de renda. Mesmo a agricultura sendo a atividade principal, as pessoas tendem a buscar outros tipos de receita, tais como salários, trabalhos informais, pesca e artesanato. A agricultura como tal, e a pecuária, geram apenas, e em média, 50% da renda em dinheiro da população rural, embora seja necessário levar em consideração, igualmente, as variações regionais (WFP 2005). Assim, a liberalização do comércio – com sua repercussão sobre os mercados agrícolas – pode ter afetado unicamente uma fração da renda desse segmento.

Em segundo lugar, tal como mencionado por Kyle (2005a), em partes do país uma quantidade considerável de produtores rurais está protegida da concorrência dos importados devido aos elevados custos do transporte e à ausência de infraestrutura e logística. Isso significa que os mercados locais são abastecidos, basicamente, pela produção doméstica. Devido a todos esses fatores, existem diferenças notáveis quanto à penetração dos produtos importados nas diversas regiões do país. Em Kuando-Kubando, por exemplo, as mercadorias agrícolas nacionais representam 70% dos alimentos comercializados nos municípios de Menongue e Mavinga, mas a porcentagem é inversa nos municípios de Calai e Dirico. Em Kwanza-Sul, 60% dos bens agrícolas consumidos localmente são angolanos. Em Bengo, a maioria da produção é enviada para Luanda, pois a maior parte dos produtos vendidos nos mercados locais é importada. (Relatório de 2008 da Organização da Sociedade Civil de Angola).

Tendo em vista as diferenças regionais no nível de penetração dos importados e no conjunto de produtos envolvidos, o efeito da liberalização comercial sobre a mão de obra feminina e sobre as principais commodities varia em todo o país. A pesquisa publicada pelo Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT na sigla em espanhol)(Kassie, et al 2012) sobre os efeitos observados da liberalização do comércio sobre os produtores rurais nos fornece um interessante exemplo, embora a pesquisa em si (levada a cabo em 2008) tenha sido realizada apenas com produtores de milho em dois distritos – Cauacu e Lobito. Unicamente 21% dos entrevistados achavam que a lucratividade da produção de milho estava caindo, enquanto 36,4% pensavam que ela estava aumentando, e os restantes acreditavam não haver mudança alguma. À medida que a infraestrutura melhorar e a logística

se desenvolver, o mercado interno tornar-se-á mais integrado, expondo a agricultura nacional ao peso da concorrência dos produtos importados de baixo custo. Isso provocará um impacto substancial sobre a mão de obra feminina, especialmente sobre os segmentos mais vulneráveis.

Um efeito positivo decorrente da liberação do comércio na agricultura é a possibilidade de o produtor ganhar acesso a uma variedade maior e mais barata de insumos, embora esses efeitos sejam vantajosos apenas para aqueles agricultores que fazem uso de insumos importados. No caso de Angola, a maioria dos produtores – em particular na agricultura de subsistência onde trabalha a maior parcela da mão de obra feminina – não obterá muitos benefícios, ou até mesmo nenhum, decorrentes de uma redução do preço das importações devido à baixa utilização de itens importados em suas despesas correntes. Os resultados serão mais favoráveis para a agricultura de médio e grande portes mas esses setores representam apenas 18% e 2%, respectivamente, do total da produção agrícola angolana, e empregam predominantemente força de trabalho masculina.

A feminização do trabalho na produção de alimentos diferenciados, processados e de alto valor agregado é um dos supostos efeitos positivos que a liberalização do comércio na agricultura traria para a mão de obra feminina. Isso aconteceu em alguns países em desenvolvimento a partir do surgimento de atividades voltadas para a exportação tais como flores cortadas, frutas e horticultura (entre outros), onde sobretudo as mulheres têm-se beneficiado, seja como assalariadas seja como pequenas empresárias (Dolan & Sorby 2003). Em Angola esse fenômeno não se registrou, embora o potencial exista e possa ser realizado mediante a implementação de políticas adequadas. Em termos gerais, não houve uma diversificação agrícola dirigida para a exportação. Os valores envolvidos são ainda muito baixos, mesmo para os padrões subsaarianos, e o número de mercadorias limitado. Foi dada ênfase à recuperação de produtos primários tais como o café e o açúcar, cujo plantio depende da mão de obra masculina. Caso não sejam tomadas medidas apropriadas, a expansão do agronegócio tornar-se-á um desafio para as mulheres que poderão vir a ser deslocadas de suas terras, tal como já ocorreu em outros países em desenvolvimento.

4.4 O COMÉRCIO E A ECONOMIA INFORMAL URBANA EM ANGOLA

O setor informal urbano é a segunda fonte de emprego para a mão de obra feminina no país, e a principal ocupação para as mulheres que vivem nas cidades. Embora a informalidade seja amplamente tolerada pelo governo devido à ausência de fontes alternativas de renda no setor formal, o Estado busca estimular os empreendedores informais a se tornarem trabalhadores formais, para tanto facilitando o acesso a financiamentos com taxas preferenciais, e fornecendo consultoria sobre questões tais como higiene, aprimoramento da qualidade do serviço e requisitos de licenciamento.

Com base nas informações disponíveis, esta seção apresenta algumas das características fundamentais da economia informal urbana em Angola. Subsequentemente, contempla as possíveis consequências da liberalização do comércio sobre a força de trabalho feminina nas cidades.

4.4.1 Visão geral

O setor informal é uma característica proeminente da economia urbana angolana e tem se expandido velozmente desde a década de 70, pois a geração de empregos formais no país não seguiu o mesmo ritmo da sempre crescente população urbana (Feliciano, Lopes e Rodrigues 2008). A urbanização foi impulsionada pela migração forçada decorrente do conflito armado e continua a avançar desde então. A taxa de urbanização tem evoluído substancialmente, de 49% em 2000, para 59,8% em 2010.⁵⁰ O índice de crescimento da população urbana é de 4% ao ano. Em um contexto de urbanização acelerada, a informalidade tem se tornado cada vez mais um elemento essencial para a sobrevivência dos moradores pobres das cidades, especialmente para aqueles dedicados ao pequeno comércio informal (Pestana 2008). Em 2000, o setor informal foi responsável por 65% dos empregos em Angola (Instituto de Pesquisa Econômica e Social 2006). Esses percentuais representam o indicador mais recente - e atualizado nacionalmente - da proporção do total de empregos urbanos gerados pelo setor informal. O MAPESS estima que, em Luanda, mais de 70% da população sobrevive graças à informalidade (Workshop de Desenvolvimento 2009b). Outras fontes indicam que em Luanda, 78% dos agregados familiares possuem pelo menos um membro operando no setor informal, e desses, 90%

Tabela 15. Angola: Emprego urbano por categoria (2004)

Categoria	Porcentagem do total de empregos urbanos
Autônomo (informal)	43
Trabalhador familiar não remunerado (informal)	16
Pequena Empresa (informal)	6
Setor privado	19
Companhias estatais	5
Administração pública	10
Outros	1

Fonte: Banco Mundial (2004)

são autônomos e mais de 75% trabalham como comerciantes independentes.⁵¹

A Tabela 15 mostra o emprego urbano por categoria em 2004. Percebe-se que 65% de todas as atividades ocorreram no âmbito do que é considerado como setor informal.

Um estudo realizado pelo Workshop de Desenvolvimento (2009a), baseado tanto em uma análise prévia quanto em uma nova pesquisa, destaca o aumento contínuo do número de famílias em Luanda parcial ou totalmente dependentes de atividades informais para garantir seu sustento. Em meados da década de 90, 42% das famílias eram totalmente dependentes do setor informal e 12% parcialmente dependentes. Em 1999, o setor informal representava a principal ocupação para 58% a 69% dos membros trabalhadores de uma família; e em 2005, 84% das famílias eram parcial ou completamente dependentes de pequenas ou médias empresas que operavam na economia informal. O estudo calcula que o número absoluto de pessoas empregadas no setor informal em 2008 seja semelhante ao de 2002, mas a proporção de indivíduos empregados nesse setor dentro o total de empregos existentes talvez tenha sofrido uma leve queda devido à normalização das condições de segurança, à estabilização da economia e ao crescimento econômico que provocou uma tênue elevação do número de empregos formais.

O setor informal urbano é a principal atividade não agrícola da mão de obra feminina em Angola: as mulheres representam entre 60% e 70% de todos os trabalhadores que ali atuam (UNICEF 2003; Workshop de Desenvolvimento 2009b), e ele emprega mais da metade da força de trabalho ativa feminina nas cidades. A maioria das mulheres (65%) que opera na

informalidade é casada e trabalha para complementar a renda familiar. A economia informal é a principal fonte de renda para os agregados familiares chefiados por mulheres: 67% desses agregados dependem exclusivamente dela para gerar sua renda (Walther 2006).

Existe uma divisão de trabalho por gênero no setor informal (Wold e Grave 1999; Workshop de Desenvolvimento 2009a). O comércio retalhista informal urbano constitui uma atividade predominantemente feminina (envolvendo 83% das mulheres que chefiam agregados familiares). Elas vendem, basicamente, alimentos e bebidas nos mercados e apenas 10% se dedicam a atividades produtivas e a outros tipos de serviços. Os homens, por sua vez, embora igualmente mais voltados para o comércio retalhista, também trabalham na produção e em outros serviços. Eles vendem itens variados, que tenham maior valor agregado do que alimentos e as bebidas. As mulheres trabalham a partir de casa, ou em suas proximidades, o que lhes permite igualmente realizar seus afazeres domésticos, embora algumas se desloquem até os mercados. Já os homens negociam nas ruas ou dentro de um mercado.

Não existem informações atualizadas desagregadas por sexo sobre a renda no setor informal.

Uma recente pesquisa realizada em Angola no contexto do *Global Entrepreneurship Monitoring Project* (GEM 2010) recolheu algumas informações interessantes que confirmam a relevância permanente do setor informal no país. O estudo, entretanto, cobre apenas aqueles que pagaram salários durante três meses (empreendedores emergentes) ou três anos e meio (novos empreendedores) antes da coleta dos dados. Assim, a análise deixa de fora os trabalhadores autônomos informais, categoria que engloba a maioria da população angolana engajada no setor informal. Feita essa ressalva, a pesquisa mostra que Angola possui uma das taxas mais elevadas de atividade empreendedora total (TEA na sigla em inglês) do mundo. A taxa TEA mede a proporção de adultos (de 18 a 64 anos de idade) ligados à criação de uma empresa, ou proprietários ou gerentes de uma companhia nova, em operação a três anos ou a três anos e meio. A TEA em Angola equivale a 32 %, o que significa que esta é a porcentagem da população total de adultos envolvida nesse tipo de negócio. A taxa aumentou 9 pontos percentuais entre 2008 e 2010, o que parece indicar que o empreendedorismo constitui uma alternativa para boa parte da população

adulta. A TEA, contudo, é substancialmente mais elevada na faixa etária entre 25 e 44 anos, onde chega a quase 40% e cresceu aproximadamente 16 pontos percentuais no transcurso do mesmo período mencionado acima.

Alguns dos resultados do estudo são altamente reveladores: a saber, que a necessidade é a motivação mais importante por trás do empreendedorismo em Angola. Quase 60% das pessoas têm seus próprios negócios porque precisam trabalhar ou porque querem complementar o total da renda familiar. Isto demonstra que a economia não está criando empregos ou renda adequada para a população. A taxa TEA para homens e mulheres em Angola é muito semelhante (32,9 para os homens, 31,0 para as mulheres); contudo, desde 2008 a taxa caiu cinco pontos percentuais relativamente à população feminina adulta. Tal fato pode significar o surgimento de outras oportunidades para as trabalhadoras, ou o desestímulo quanto à criação de uma empresa própria. Mesmo assim, Angola possui uma das taxas TEA mais elevadas para mulheres dentre os países orientados por fatores de produção.⁵² A pesquisa não capta, contudo, as atividades autônomas informais – não necessariamente a criação de uma empresa – onde justamente é maior a participação da força de trabalho feminina em Angola.

Mais de três quartos (78,6%) dos empreendedores emergentes em Angola buscam estabelecer-se nos setores voltados para o consumo (comércio retalhista, bares, restaurantes, hotéis, saúde, educação e lazer dentre outros). Empreendimentos nas áreas da produção e serviços empresariais são muito reduzidos em comparação com outros países: 12,8% e 12% respectivamente para homens e mulheres. Além disso, a maioria das atividades está dirigida para o mercado interno e são poucos os empresários emergentes que possuem clientes no exterior. O estudo GEM confirma, até certo ponto, as informações recolhidas por estudos anteriores quanto à natureza das atividades informais urbanas em Angola.

4.4.2 Impacto do comércio sobre o setor informal

A informalidade tem recebido cada vez mais atenção de parte dos estudos que avaliam o impacto da liberalização do comércio. Foram desenvolvidos modelos teóricos de modo a ajudar a entender os possíveis efeitos globais da liberalização comercial sobre vastos setores informais da economia além

de realizadas análises empíricas para quantificá-los. Ficou demonstrado que tais efeitos variam quando diante de um grande setor informal (Chaudhuri 2002, Carr e Chen 2002). Uma outra linha de raciocínio levou ao exame da relação entre comércio e informalidade, e as consequências sobre o emprego e sobre os salários vinculados às atividades informais. Estudos a esse respeito não chegaram a resultados conclusivos (sobre a literatura utilizada, referir-se a: Bacchetta, et.al 2009 e Sinha 2011). No caso de Angola, a avaliação da liberalização do comércio sobre o setor informal – e particularmente sobre a mão de obra feminina – apresenta-se ainda mais complexa devido à falta de dados atualizados desagregados por sexo sobre as atividades informais, especialmente aqueles referentes à renda.

Os efeitos do comércio e das políticas comerciais sobre a informalidade parecem estar ligados, entre outros fatores, às especificidades do mercado angolano, às estruturas produtivas das atividades informais e seus vínculos com o setor formal, e à capacidade de mobilidade dos recursos entre os setores formal e informal. Portanto, qualquer análise deverá incluir as peculiaridades decorrentes da situação do país. Alguns modelos preveem que a liberalização do comércio, sob certas condições, pode vir a aumentar a geração de empregos e os salários do setor informal. Isso criaria a expectativa de que a força de trabalho feminina urbana poderia beneficiar-se dessa liberalização. Entretanto, essas matrizes partem do pressuposto de que o setor informal está engajado na produção de bens finais ou intermediários, o que certamente não é o caso em Angola onde o setor informal – em particular a força de trabalho feminina – está predominantemente dedicado a serviços não comercializáveis ao consumidor. Além disso, o efeito positivo sobre os salários é encontrado em modelos que partem do princípio de que existe uma mobilidade de capital entre os setores formal e informal, o que mais uma vez não acontece em Angola.

O caso angolano poderia ser certamente mais bem explicado por um modelo de economia dual, no qual o setor informal está basicamente desligado da economia formal. Nesses casos, empregos e salários informais permanecem relativamente imunes à reformas comerciais. Contudo, tendo em vista que a cesta básica da população que participa do setor informal inclui uma proporção significativa de produtos importados, a liberalização comercial poderia melhorar o bem estar dos trabalhadores

informais devido ao seu efeito sobre o preço dos itens importados consumidos por eles.

Alguns estudos encontraram um elo entre a liberalização do comércio e o aumento da informalidade, embora as conclusões não sejam definitivas. Em Angola, o processo de crescimento acelerado da economia informal, que precedeu em muito a liberalização do comércio, tem sido resultado de uma confluência de fatores: fluxo migratório em direção às capitais das províncias em decorrência do conflito armado; distorções geradas pelo sistema econômico centralizado e planejado, que tornou possível o desenvolvimento de instrumentos e eventos propensos à apropriação dos ganhos; incapacidade tanto do setor público quanto do privado de criar novos empregos para uma população em expansão; desarticulação dos salários como principal fonte de renda; e o declínio progressivo da disponibilidade de produtos e serviços fornecidos pelo Estado (Lopes 2009). No caso de Angola, os dados indicam que, em um contexto de liberalização drástica da economia provocado pelas políticas comerciais e pelo comportamento da taxa cambial, o setor informal continuou a se expandir. Essa liberalização fortaleceu ainda mais o já pujante setor informal e ancorou as mulheres nesse tipo de atividade.

Os efeitos da liberalização e da taxa de câmbio criaram incentivos negativos ao crescimento da produção de mercadorias capazes de competir com as importações e estimular as exportações, restringindo assim tanto o desenvolvimento de novas atividades produtivas quanto a expansão das empresas existentes, fatores necessários à criação de empregos formais na economia. Por conseguinte, a crescente população urbana ficou sem qualquer alternativa a não ser voltar-se para o setor informal. Isso é particularmente verdadeiro no caso da mão de obra feminina que não dispõe de amplas oportunidades de trabalho nos setores formais da economia responsáveis pelos empregos urbanos em Angola, tal como a construção civil. Além disso, o perfil pouco capacitado da força de trabalho feminina limita sua possibilidade de ocupar cargos com alto grau de qualificação disponíveis em algumas indústrias de capital intensivo. Não houve uma diversificação da produção em Angola em direção a setores que – devido à sua natureza ou às convenções sociais – estejam mais propensos a empregar mulheres, tais como a indústria do vestuário, grande empregadora de mão de obra (Banco Mundial 2012). Portanto,

a liberalização do comércio cristalizou o emprego feminino no setor informal em Angola.

Não existem dados disponíveis sobre os diferenciais de renda entre os empregos formais e informais por gênero. Pode ser que, mesmo com a criação de novos empregos no setor formal para as mulheres, os salários não sejam suficientemente atraentes para tentá-las a deixar o setor informal. De fato, ao final da década de noventa, a renda das mulheres que trabalhavam no setor informal era superior à daquelas que atuavam no setor formal, e ultrapassava também a dos homens formalmente empregados (Wold e Grave 1999).⁵³ Devido às suas responsabilidades domésticas, as trabalhadoras não possuem tanta flexibilidade, e mesmo que surgissem oportunidades no setor formal elas possivelmente não conseguiriam aproveitá-las. Por último, a falta de qualificação necessária para a produção ou para serviços mais sofisticados, limita igualmente a mobilidade das mulheres entre os setores.

A literatura existente destaca que um dos caminhos através dos quais a mão de obra feminina poderia se beneficiar do comércio – embora ainda permanecendo no setor informal – seria mediante sua incorporação à cadeia de valor das empresas exportadoras como trabalhadoras terceirizadas (Carr e Chen 2002), tal como ocorreu em vários países em desenvolvimento. As companhias exportadoras consideram mais lucrativo empregar mulheres que trabalhem em casa, sem vínculos empregatícios ou outros benefícios. Embora essa situação esteja longe de ser a ideal, pelo menos geraria uma renda mais elevada do que outras atividades no setor informal, e beneficiaria a mão de obra feminina. Permitiria, ainda, que as mulheres combinassem trabalho remunerado com afazeres domésticos. Em Angola, tal como tratado na Seção 5.1, o setor de bens manufaturados não demonstrou qualquer dinamismo exportador, mesmo em indústrias onde a subcontratação poderia constituir uma estratégia viável de estímulo às exportações. Assim, não houve um movimento em direção à terceirização no país.

Tampouco existem sinais de uma articulação entre atividades produtivas informais e produção formal com vistas à substituição de importações. Este poderia ser um outro mecanismo mediante o qual as trabalhadoras informais aproveitariam oportunidades oferecidas pelo comércio. De qualquer maneira, as mulheres estão principalmente engajadas na prestação de serviços ao consumidor, participando

apenas marginalmente no processo produtivo e, portanto, possuem parca experiência em atividades produtivas e poucas possibilidades de serem empregadas em trabalhos terceirizados.

O setor informal em Angola constitui um importante canal de distribuição de mercadorias importadas. Cerca de 90% dos artigos vendidos nos mercados informais angolanos são importados, quer legal ou ilegalmente (Workshop de Desenvolvimento 2009a). Ao fornecer produtos baratos em Kwanzas, a liberalização do comércio permitiu a expansão da informalidade, propiciando às mulheres a chance de ganhar a vida. Além disso, como os produtos importados constituem um componente importante da cesta básica da população, eles acabam por contribuir para aumentar o excedente do consumidor. O acesso aos itens importados tornou-se ainda mais relevante após a liberalização dos preços internos, pois reduziu os ganhos da exploração do diferencial entre os preços controlados e os preços de mercado. Por conseguinte, a força de trabalho informal feminina depende de um acesso contínuo aos produtos importados. Entretanto, os fatos demonstram que os grossistas dominam o mercado e desfrutam de grandes margens de lucro, restando apenas um

ganho marginal para os retalhistas.

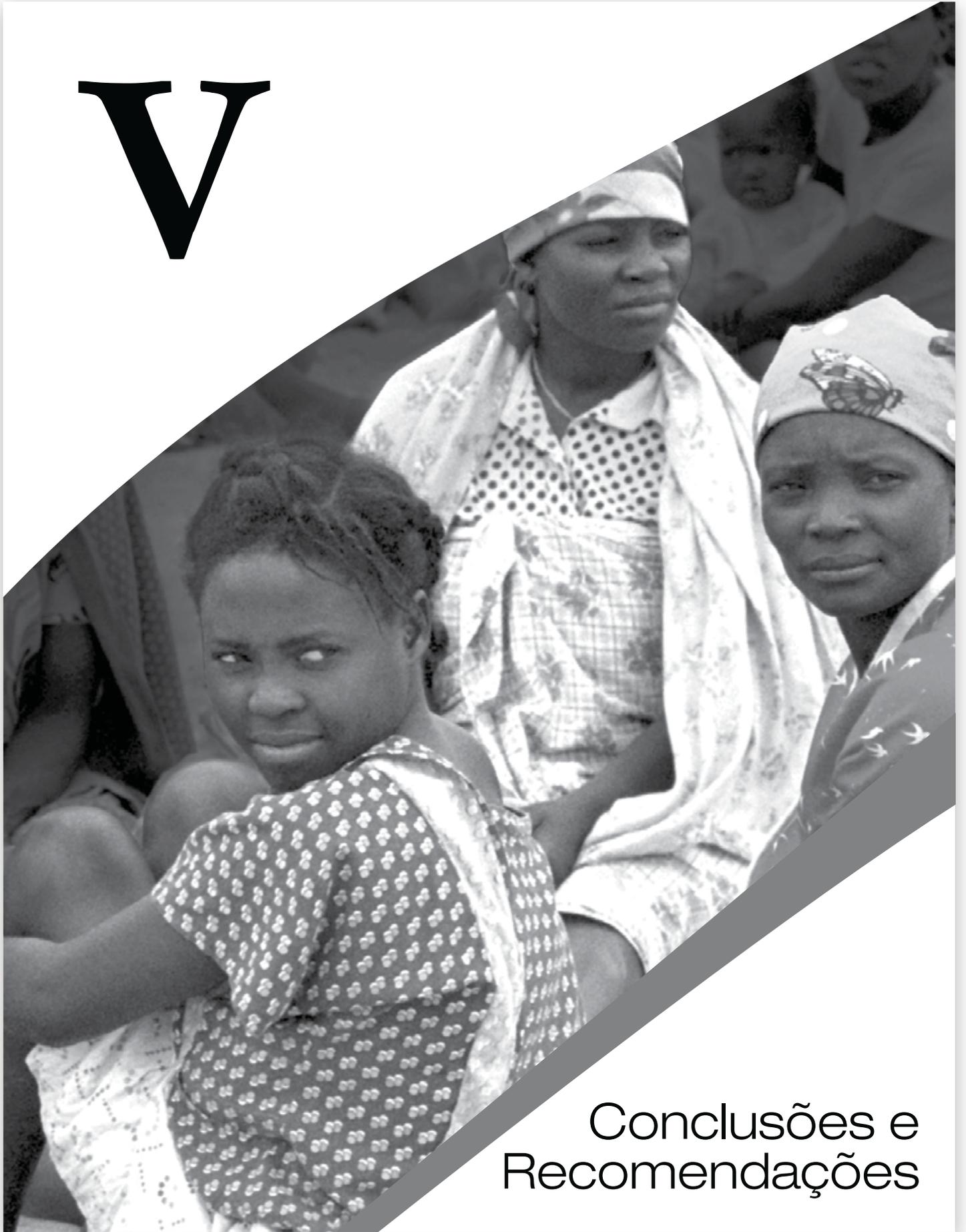
As mulheres empreendedoras, embora em menor medida, também estão envolvidas diretamente com o comércio internacional e com as importações. Com frequência elas criam cooperativas informais e juntam seus recursos de modo a viajar para países como China, África do Sul, Namíbia, Emirados ou Brasil e comprar mercadorias. Esses artigos são posteriormente enviados para Angola para serem vendidos no comércio retalhista local.⁵⁴

A política de erradicação atualmente implementada pelo governo de Angola, cujo objetivo é afastar os mercados informais do centro das cidades, poderia vir a ter resultados mais significativos sobre a mão de obra feminina do que mudanças nas atuais políticas comerciais. A transferência do mercado grossista Roque Santeiro para fora do centro de Luanda, por exemplo, interrompeu o funcionamento do comércio retalhista informal e afetou àqueles que dependiam de suas vendas diárias de produtos perecíveis para sobreviver, no caso especialmente as mulheres. A política de erradicação e formalização adotada pelo governo poderá causar profundas consequências para as mulheres que trabalham no setor informal, pois elas não possuem, necessariamente, os meios para montar um estabelecimento em um local fixo, seja em casa ou fora dela.

NOTAS

- 37 As estimativas sobre o total populacional de Angola variam muito. Esta é a mais comumente utilizada.
- 38 Informação fornecida pela Federação Angolana de Empresárias durante a missão de levantamento de dados, 2013
- 39 Outras fontes indicam que já em 2010 o setor manufatureiro contribuiu com mais de 6% para o PIB.
- 40 Os dados referentes ao total de empregos no setor manufatureiro não são consistentes. Dependendo das fontes, eles variam de 7.000 trabalhadores – o que corresponde à estimativa da UNCTAD – a 34.000 trabalhadores segundo Van Klaveren et.al (2009).
- 41 Trabalhadores dedicados a atividades produtivas, em contraposição a funcionários administrativos e de escritório.
- 42 Tal ocorreu, por exemplo, na Ásia, especialmente nos quatro “tigres” do Leste Asiático, mas também em Bangladesh e Sri Lanka, no sul da Ásia; e na Malásia, Indonésia, Tailândia e Filipinas no Sudeste Asiático. Uma expansão mais comedida foi igualmente percebida na América Latina (particularmente no México, e ainda na América Central e no Caribe) (Fontana, 2007).
- 43 Informação fornecida pelo Ministério do Turismo durante a missão de levantamento de dados, 2013.
- 44 Existem três hotéis-escola em Angola: Luanda, Benguela e Huila. Novas escolas estão sendo construídas em Huambo, Cabinda, Namibe e Bié.
- 45 Informação fornecida pelo Ministério do Turismo durante a missão de levantamento de dados, 2013,
- 46 Banco Mundial. Indicadores de Desenvolvimento Mundial
- 47 Os índices de riqueza foram calculados em base a carteiras de ativos de modo a estimar a distribuição relativa de bem estar das comunidades selecionadas como amostragem.
- 48 Estima-se que em 2005 apenas 2% dos agricultores dedicavam-se à agricultura comercial e contavam com trabalhadores assalariados (IFAD 2005)
- 49 A presença feminina na agricultura comercial deve ser ainda menor. Segundo a Universidade Católica (2010), o total de pessoas empregadas no agronegócio em Angola era de tão somente 52.205 trabalhadores (página 120).
- 50 Há uma aparente contradição nas estatísticas disponíveis. Embora exista um suposto consenso de que o índice de urbanização esteja acima de 50%, todos os indicadores assinalam que 80% da força de trabalho está empregada no setor agrícola.
- 51 Um estudo financiado pelo PNUD sobre Microempresas urbanas indica que mais de 50% da população sobrevive graças ao comércio informal. Cerca de 82% dos operadores do setor informal são autônomos e 74% estão envolvidos com o comércio, enquanto escassos 10% dedicam-se a atividades produtivas tradicionais tais como elaboração de alimentos, carpintaria e soldagem. Além disso, 47% das mulheres trabalham no setor informal, em comparação com 27% dos homens.
- 52 Angola é considerada uma economia orientada por fatores de produção. Esses países estão condicionados por um fator básico, ou seja, um recurso natural não processado é a principal fonte de suas vantagens competitivas e exportações, ou suas empresas produzem commodities ou artigos relativamente simples geralmente (projetados em outros países (GEM 2010)
- 53 Discussões adicionais sobre esta questão exigirão dados sobre a renda dos empregos formais e informais por tipo de ocupação.
- 54 Informação fornecida pela Federação Angolana de Mulheres Empreendedoras durante a missão de levantamento de dados, 2013

V



Conclusões e
Recomendações

O pensamento econômico preponderante ainda tende a considerar as questões estruturais como essencialmente neutras em termos de gênero. As diferenças existentes entre as oportunidades reais e os papéis desempenhados por homens e mulheres não fazem parte das variáveis utilizadas para avaliar o atuação ou analisar o comportamento da economia. Assim, as políticas comerciais, monetárias e outras de natureza macroeconômica projetadas para remediar os desequilíbrios estruturais ignoram a dimensão de gênero – ou seja, não conseguem perceber que elas poderiam ter consequências distintas sobre homens e mulheres. O estudo de caso sobre Angola parece desafiar essa postura ao destacar as dimensões e relevância das questões de gênero nas análises macroeconômicas. Por um lado, o país deve fazer frente a desafios estruturais e sistêmicos – como relançar a produção e a exportação de outros produtos que não petróleo ou diamantes, em um contexto que combina uma política deliberada de “kwanza forte” para domar a inflação e os efeitos da “doença holandesa” decorrentes das crescentes receitas geradas pela indústria extrativa (que solapa a competitividade das outras exportações e da produção angolanas). Por outro, tal como salientado em todo este relatório, essas dimensões aparentemente parecem possuir claras implicações de gênero. Em especial, as distorções macroeconômicas derivadas da produção de petróleo, particularmente a excessiva valorização da taxa de câmbio real, propendem a desencorajar outras atividades produtivas (agricultura e pequena indústria) que poderiam absorver a força de trabalho feminina e permitir às mulheres acesso a uma renda decente. O reconhecimento da existência da dimensão de gênero é primordial na elaboração de estratégias de desenvolvimento socialmente inclusivas. Visto que em Angola a mão de obra feminina trabalha, essencialmente, na agricultura de subsistência ou no setor informal, e que a maior incidência de pobreza se dá entre as mulheres, o gênero constitui um ponto de partida para o tratamento dos possíveis efeitos das políticas de liberalização, em um sentido social mais amplo. Daí o apelo por políticas comerciais não apenas específicas ao gênero – no sentido de que atendam às necessidades práticas de ambos os sexos – como também redistributivas – ou seja, capazes de estabelecer uma relação mais equilibrada entre homens e mulheres no que se refere ao acesso aos recursos produtivos.

Com base na análise anterior, a próxima seção apresentará algumas recomendações de política. Por um lado, estas buscarão descrever dimensões

específicas de gênero que exigirão estudos e considerações adicionais e, por outro, sugerirão medidas voltadas, dentre outras, para políticas macroeconômicas e comerciais, levando em conta não só a situação atual da economia angolana como também seu potencial futuro.

Cabe salientar que as conclusões acima são apresentadas apenas de maneira experimental. De fato, a análise viu-se permeada de dificuldades decorrentes da séria limitação dos dados. Certos resultados, sobre os quais fundamentam-se estas conclusões, derivam de deduções baseadas em aparências e inferências. É preciso uma coletânea de dados mais precisa de modo a elaborar respostas definitivas.

5.1 O CAMINHO A SEGUIR: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM FAVOR DOS POBRES E SENSÍVEIS AO GÊNERO

Tal como mencionado anteriormente, Angola possui uma economia extrativa de enclave extremamente dependente do petróleo. A integração do país na economia mundial primordialmente como exportador de petróleo restringiu de forma substancial o potencial de diversificação da economia angolana e obstaculizou o desenvolvimento dos setores produtivos que poderiam absorver a mão de obra feminina e proporcionar às mulheres uma renda digna.

Com base nesse cenário, o desafio dos formuladores de políticas será implementar de forma eficaz um conjunto de ações que levem à reativação dos setores não petrolíferos, particularmente agricultura e pequena indústria, e estimular o desenvolvimento de uma produção competitiva no mercado interno. A estratégia do governo é investir em setores capazes de competir com as importações e nos quais Angola possua vantagens comparativas comprovadas, e em áreas onde o país tenha sido grande produtor antes da independência. Subsequentemente, a intenção é fazer com que as exportações liderem o crescimento dentro de um contexto econômico diversificado. A segurança alimentar tem lugar de destaque na agenda angolana tendo em vista a condição do país como produtor de alimentos de baixo custo capaz de abastecer o mercado regional. Assim, o Estudo de Diagnóstico sobre a Integração do Comércio (EDIC), validado em julho de 2007, oferece um plano para a reativação da capacidade produtiva angolana em diversos setores com considerável potencial exportador, inclusive: agricultura, pesca, pequena

indústria (tal como processamento de produtos agrícolas) e serviços (serviços portuários e comércio de trânsito, e turismo).

Segundo uma perspectiva de gênero, a diversificação das exportações voltada para a agricultura e para a pequena indústria beneficiaria sobremaneira a mão de obra feminina, pois as mulheres tendem a trabalhar sobretudo nesses setores. A este respeito, cumpre assinalar que o processo de substituição de importações e de diversificação de exportações com o qual o governo se comprometeu a médio e longo prazos é específico e redistributivo em termos de gênero. Entretanto, cabem certos reparos e alguns aspectos pedem uma análise crítica, tal como será exposto abaixo. Posteriormente, a fim de que se tornem socialmente inclusivas e pró população carente, as políticas terão de ser cuidadosamente projetadas e implementadas de modo a compensar eventuais desequilíbrios de gênero.

O presente capítulo descreve, em primeiro lugar, algumas dimensões de gênero que deveriam ser minuciosamente analisadas e tratadas quando da execução de políticas que visem à recuperação da capacidade de exportação de produtos não petrolíferos (seção 5.2). Seguidamente, tece recomendações sobre políticas para setores específicos (seção 5.3).

5.2 QUESTÕES HORIZONTAIS

Para que o comércio possa se tornar realmente a força motriz da diversificação, certos fatores que solapam a competitividade das exportações angolanas nos setores não petrolíferos precisarão ser tratados. Dentre outras ações, será necessário: evitar a excessiva valorização da taxa de câmbio real; subsidiar/proteger temporariamente os setores que possam competir com as importações e que estejam sendo reabilitados; e recuperar a infraestrutura básica e os serviços públicos. Embora aparentemente neutras, essas questões possuem ramificações de gênero que exigem exame pormenorizado.

5.2.1 Questões monetárias e cambiais

Para muitos, evitar a valorização excessiva da taxa de câmbio real em Angola é pré-requisito para a recuperação da capacidade de exportação de produtos não minerais/não petrolíferos. Embora uma taxa de câmbio real competitiva seja primordial para promover um eficiente processo de substituição de importações e de aumento da capacidade exportadora, a saída do atual regime de “kwanza

forte” também terá suas consequências (inflação) e precisará ser administrada com cautela. A desvalorização da moeda e a inflação, em especial, poderiam afetar todo o espectro de renda, e os agregados familiares de baixa renda chefiados por mulheres em particular. Seria necessário levar a cabo um exame mais aprofundado de modo a determinar se - e quando - esses efeitos ocorreriam.

Foi salientado que enquanto Angola continuar a ser um grande exportador de petróleo, a moeda nacional permanecerá forte e haverá uma valorização da taxa de câmbio real (efeitos da “doença holandesa”). De modo a lograr a competitividade das exportações será preciso agir, portanto, sobre o outro lado da equação: i.e. reduzir o custo dos insumos utilizados pelos produtores e estimular a produtividade. Dada a elevada proporção de mulheres trabalhando na agricultura (e com possibilidade de serem empregadas pelas pequena indústria caso o setor seja recuperado), os incentivos à oferta que não logrem identificar as necessidades e limitações específicas de gênero nem consigam lidar com elas poderão ficar aquém das expectativas. Em especial, cumpre reconhecer a existência de restrições de cunho cultural (por exemplo, a exclusão das mulheres da posse formal da terra) e de outras barreiras (baixo índice de alfabetização, grande restrição de tempo, etc.) que podem impedir as mulheres de responder de forma positiva aos incentivos de preço ou às demais políticas que busquem aumentar a oferta. Esses incentivos, portanto, devem ser cuidadosamente projetados de modo a compensar desigualdades e desequilíbrios específicos de gênero. Na seção 5.3 serão descritas algumas recomendações sobre políticas a serem formuladas.

5.2.2 Proteção tarifária

A proteção tarifária foi outra política aventada - e utilizada em Angola - para tornar a produção nacional mais competitiva face à entrada de mercadorias baratas importadas. Tal como já foi mencionado, Angola preservou uma flexibilidade substancial no que se refere ao ajuste de suas taxas de importação, tendo em vista a grande diferença existente entre as tarifas consolidadas NMF e as aplicadas. O setor agrícola, especificamente, conta com uma tarifa relativamente baixa, apesar de seu elevado potencial de crescimento.

É possível, contudo, que surjam restrições derivadas de acordos regionais. Como foi dito, o país é

cofundador da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC na sigla em inglês) e signatário de seu Protocolo Comercial. O objetivo do Protocolo é constituir uma área de livre comércio entre os estados membros. Além disso, busca igualmente criar uma União Aduaneira entre os países da SADC e, mais adiante, um mercado comum de pleno direito. A liberalização do comércio intra-SADC e o estabelecimento de uma tarifa externa comum para todos os seus membros restringiria sobremaneira a margem de manobra de Angola para ajustar suas tarifas. O país aderiu ao Protocolo Comercial em março de 2003, mas ainda tem de negociar os prazos de entrada em vigor da liberalização tarifária com outros estados membros. Por outro lado, a criação da União Aduaneira da SADC também vem sofrendo atrasos. Assim, pelo menos por enquanto, o país conserva algum tipo de flexibilidade em termos de excedentes tarifários. Contudo, essa flexibilidade terá curta duração e deve ser usada apenas para promover aqueles setores que tenham reais possibilidades de se tornar competitivos a curto ou médio prazos.

Ao mesmo tempo em que busca expandir sua capacidade interna, é possível que o governo decida elevar algumas tarifas sobre produtos agrícolas que possuam potencial exportador (p.ex. cereais), pelo menos a curto e médio prazos. Visto que a mão de obra feminina é maioria na composição da força de trabalho rural, espera-se que uma proteção tarifária que dê sustentação a um setor agrícola capaz de competir com as importações e tornar-se exportador logre melhorar o bem-estar das mulheres. Há necessidade, entretanto, de certas ressalvas e soluções de compromissos em matéria de importação. Primeiramente, tal como já abordado anteriormente, o nível de penetração dos alimentos importados é bastante elevado: cerca de 70% de todos os produtos alimentares consumidos em Angola provêm do exterior. A tributação dos alimentos básicos importados provocaria um impacto negativo sobre a população mais vulnerável e causaria graves consequências de cunho nutricional e sanitário, especialmente nas zonas urbanas/litorâneas (fortemente dependentes da importação de alimentos). É importante ressaltar que esses impostos prejudicariam, mormente, a população carente, pois seu efeito negativo recairia com mais força sobre os agregados familiares pobres – e sobre os agregados familiares chefiados por mulheres, geralmente os mais desprovidos – já que a parcela de renda gasta na alimentação diminui juntamente com o grau de

bem-estar do agregado familiar. Em segundo lugar, o impacto sobre as mulheres rurais dependeria, em última análise, do segmento agrícola no qual elas operam. Os pequenos agricultores, dedicados aos cultivos de subsistência, que disponham de pouco (ou nenhum) excedente (em sua maioria mulheres) não colheriam qualquer benefício direto, enquanto aqueles com possibilidade de acesso à agricultura comercial para abastecer mercados internos e externos (em sua maioria homens) poderiam desfrutar das vantagens dessa estratégia de substituição de importações e promoção das exportações. Todos esses aspectos deveriam ser cuidadosamente avaliados e ponderados. Se, por fim, forem impostas tarifas adicionais sobre cereais de modo a estimular a produção local, duas outras medidas seriam necessárias: i) medidas de salvaguarda (p.ex., distribuição de alimentos e de “vales alimentação”) voltadas para os segmentos mais vulneráveis da população, tanto urbana quanto rural; e ii) medidas específicas de gênero com vistas a compensar as desigualdades existentes e a ajudar as mulheres a colher os benefícios da mudança para uma agricultura comercial (tal como examinado na seção 4.3.1).

5.2.3 Recuperação da infraestrutura

A recuperação da infraestrutura, particularmente estradas e pontes, é fundamental para a reativação dos setores exportadores não petrolíferos. A infraestrutura ligada ao comércio – p.ex., transporte e armazenagem, comercialização/comunicações, serviços de inspeção da qualidade e administração alfandegária – é igualmente imprescindível para o desenvolvimento de uma rede comercial economicamente viável. Tanto o governo quanto os grandes doadores já lançaram projetos que visam à reabilitação de importantes ligações ferroviárias com o interior. É óbvio que esses trabalhos são essenciais para a exportação de produtos agrícolas, mas outros aspectos exigem igual atenção. Como já foi dito, os pequenos agricultores do interior, especialmente os mais vulneráveis, contaram até agora com algum tipo de proteção graças a seu isolamento. Parece ser que até o momento os efeitos da liberalização do comércio (deslocamento da produção nacional) ainda não se fizeram sentir de maneira significativa para uma grande parcela de produtores rurais – resguardados da concorrência dos importados pelos altos preços do transporte e pela falta de infraestrutura e logística. Assim sendo, os mercados locais são abastecidos pela produção nacional. À medida que a infraestrutura

melhorar e a conexão entre os mercados aumentar, a produção angolana tornar-se-á mais integrada, expondo totalmente a agricultura nacional aos efeitos da concorrência dos produtos importados baratos. Isso terá profundas consequências sobre a força de trabalho feminina, especialmente sobre seus segmentos mais vulneráveis.

Estes são apenas alguns exemplos das complexas ramificações de gênero decorrentes de políticas que partem do princípio de que tanto homens quanto mulheres serão beneficiados em igual medida. Torna-se, portanto, imperativo que os formuladores de políticas prevejam de que maneira essas políticas serão capazes de redistribuir a riqueza entre homens e mulheres dentro de um determinado contexto econômico de modo a evitar intensificar as dinâmicas de polarização e exclusão social, e sejam capazes de tomar as medidas corretivas necessárias. O combate à pobreza será mais eficaz se as questões de gênero forem identificadas e tratadas logo no início do programa de recuperação.

5.2.4 Fortalecimento da noção e da cultura do empreendedorismo

Ao buscar desenvolver seu setor privado, o governo de Angola poderia aumentar o índice de criação de novas empresas mediante a promoção de novos negócios sustentáveis que estimulassem a participação da juventude e das mulheres. A população angolana demonstrou ter iniciativa para criar meios de vida e compensar a escassez de empregos no país. Entretanto, devem ser envidados esforços para ampliar as oportunidades de trabalho para além de atividades informais básicas e para facilitar o desenvolvimento de um setor empresarial dinâmico com potencial expressivo de crescimento. Para tanto, devem ser implementados programas que levem os jovens e as mulheres ao empreendedorismo e à criação de novas empresas de modo a assegurar-lhes oportunidades de emprego e carreiras viáveis e atraentes. O foco deveria concentrar-se na melhoria da qualificação profissional e do know-how tanto dos empreendedores iniciantes quanto dos prospectivos, inclusive jovens e mulheres, a fim de garantir um enfoque mais informado. Tal ação levaria ao estabelecimento de firmas com maior valor agregado e possibilidade de sucesso, favoreceria o desenvolvimento de conhecimentos em gestão, e melhoraria a capacidade de desempenho das empresas para que lograssem melhores níveis de

produção, volume de negócios, emprego, qualidade e inovação.

A fim de estimular o empreendedorismo, seria conveniente lançar campanhas para promover empreendedores-modelo e integrar a educação empresarial ao currículo de todos os níveis do sistema educacional. A integração do empreendedorismo como disciplina acadêmica é amplamente reconhecida como elemento essencial para o surgimento de uma “mentalidade empreendedora”, a qual, por sua vez, constitui importante componente de qualquer política de desenvolvimento empresarial e do setor privado. A esse respeito, as boas práticas internacionais assinalam a relevância da cooperação interministerial, sobretudo o estabelecimento de acordos *ad-hoc* entre ministérios responsáveis pela educação/educação superior e os ministérios encarregados de assuntos econômicos, indústria, trabalho e emprego, e/ou ciência, tecnologia e inovação.

5.3 POLÍTICAS SETORIAIS

Em Angola, as mulheres estão duplamente em desvantagem em termos de empoderamento econômico. Primeiramente, concentram-se geralmente em atividades de baixa renda, particularmente na agricultura tradicional e no setor informal urbano. Como mencionado anteriormente, a liberalização do comércio não alterou o perfil de atuação da mão de obra feminina mas, ao contrário, contribui para confiná-la a esses setores de baixa renda e produtividade. Em segundo lugar, as mulheres enfrentam restrições específicas de gênero que prejudicam sua capacidade de colher os benefícios decorrentes de políticas de “modernização” desses setores altamente informais. Não obstante a existência de uma legislação progressista, as tradições e normas culturais, que frequentemente colocam a mulher em posição de subserviência, inibem seu acesso aos recursos produtivos, tais como terra, equipamentos e insumos, e crédito. Os precários níveis de escolaridade e alfabetização em comparação com os dos homens e as limitações de tempo também contribuem para o surgimento de restrições específicas de gênero que impedem as mulheres de aproveitar incentivos à oferta. Nesse contexto, qualquer formulação política com vistas à inclusão social, e não à exclusão, deverá identificar e acolher as questões de gênero logo de início, além de ajudar a compensar desequilíbrios inerentes. Alguns pontos relevantes serão salientados a seguir.

5.3.1 Agricultura

Existem boas oportunidades de crescimento e diversificação das exportações na agricultura, especialmente para alguns alimentos básicos e certas culturas de rendimento (inclusive milho, café, arroz, mandioca, sorgo/painço, pecuária, café e algodão, batatas). Em especial, Angola tem uma possível vantagem comparativa em matéria de produção de excedentes alimentares para a exportação, sobretudo com relação ao milho, setor onde chegou a ser um dos principais produtores e grande exportador antes da independência. Atualmente, as exportações agrícolas, e até mesmo as atividades comerciais informais transfronteiriças com países vizinhos, são insignificantes. A balança alimentar nacional de produtos básicos passou de superavitária a deficitária em praticamente todas as culturas. Essa situação poderia ser revertida novamente se fosse implementado um conjunto apropriado de incentivos setoriais e macroeconômicos. Tendo em vista a escassez crônica de alimentos em diversos países da SADC e o fato de que todos preferem o milho como alimento básico, Angola poderia tornar-se até mesmo grande fornecedor de alimentos para essa região.

Como as mulheres representam 70% de todas as pessoas engajadas em atividades agrícolas, presume-se que as exportações de produtos rurais tenham impacto positivo sobre seu bem-estar. Na prática, a expansão do comércio agrícola de exportação poderá aumentar ou reduzir as disparidades existentes, dependendo do conjunto de medidas corretivas implementado de modo a compensar a presença de possíveis restrições e desequilíbrios específicos de gênero. A esse respeito, cabe ressaltar que a expansão das exportações agrícolas cria, geralmente, uma tendência à “comercialização” (i.e. aumento da parcela da produção que o agricultor decide vender) e, possivelmente, à “diversificação” (produção de alimentos básicos de pouco valor cede lugar a uma diversificação de commodities de maior rentabilidade). A ausência de medidas compensatórias poderia tornar a conversão de uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial em um desafio para as mulheres da zona rural. De fato, corre-se o risco de que aquelas dedicadas à agricultura de subsistência sejam marginalizadas ou até mesmo deslocadas, ao invés de empoderadas.

A fim de elaborar o conjunto de incentivos adequado à situação, é imprescindível reconhecer a existência de uma divisão de trabalho em base ao gênero

no setor agrícola angolano, além de limitações específicas de gênero que tornam as mulheres menos propensas às mudanças que os homens, e tomar as medidas corretivas cabíveis. Conforme exposto, as mulheres que vivem no meio rural em Angola, além de seus afazeres domésticos e do cuidado das crianças (atividades que restringem enormemente seu tempo), dedicam-se essencialmente à produção de alimentos básicos, à comercialização de alguns cultivos e à pecuária de pequena escala; os homens dominam a produção de culturas de rendimento e a criação de gado. Esta configuração de tarefas tende a confinar as mulheres à agricultura de subsistência ou de quase subsistência para consumo próprio ou à comercialização local, enquanto possibilita aos homens uma transição para o segmento exportador, mais lucrativo, com maior facilidade. À limitada capacidade da mulher do campo para lograr essa transição somam-se as regras e instituições que operam à margem das disposições legais vigentes. Essas normas e práticas consuetudinárias cerceiam o acesso das mulheres a recursos essenciais tais como terra, insumos produtivos, educação e ativos financeiros. Para que o comércio de exportação se torne instrumento de empoderamento feminino e redução da pobreza será necessária a implementação de medidas específicas de gênero e favoráveis à população carente de modo a reparar essas desigualdades. Áreas passíveis de atuação incluem:

1. *Acesso ao financiamento rural* – Geralmente, as mulheres que vivem nas áreas rurais não têm direito a empenhar bens imóveis (p.ex., terra) para obter empréstimos, visto que os ativos do agregado familiar pertencem normalmente aos parentes masculinos da pessoa falecida. Por isso é preciso que os programas de microcrédito rural sejam respaldados pelo governo (ou ONG) e incluam garantias informais/alternativas (p.ex., empréstimos em grupo e responsabilidades compartilhada, exigência de poupança previamente à concessão do empréstimo, e relação de confiança), contas sem taxas e sem limite de depósito, e condições de reembolso mais brandas. Seria importante, igualmente, complementar o financiamento com uma capacitação em agricultura e em comercialização e gestão empresarial agrícola.
2. *Serviços de extensão rural* – As atividades de extensão estão voltadas, na maior parte das vezes, para as culturas de rendimento, atividades tradicionalmente masculinas. Além disso, os

horários estipulados geralmente não levam em conta os afazeres domésticos femininos. É preciso que os serviços de extensão rural atendam às necessidades práticas das mulheres, estabelecendo meios de comunicação e compromissos recíprocos entre as pequenas agricultoras e os agentes responsáveis. Por outro lado, de modo a transformar os pequenos agricultores de subsistência – em sua maioria mulheres – em microempresários, os encarregados da extensão rural deveriam formar os produtores rurais em três áreas principais: técnicas de produção agrícola (uso de defensivos agrícolas, melhores práticas agrícolas, rotação e agendamento de culturas, proteção do solo, irrigação); comercialização dos produtos (facilitar uso de informações sobre o mercado e sobre a realização de contratos e parcerias); e gestão empresarial (noções básicas).

3. *Insumos e instalações* – Valeria a pena considerar a implantação de projetos que visem ao fornecimento de insumos subsidiados (variedade de sementes de alto rendimento e resistentes às pragas, e fertilizantes) para agregados familiares rurais carentes, especialmente para aqueles chefiados por mulheres, e à prestação de assistência técnica de modo a garantir que os beneficiários utilizem esses insumos corretamente. No que se refere à recuperação das infraestruturas, (estradas e infraestrutura de comercialização – tal como armazéns), é importante não menosprezar as que beneficiam as mulheres, quais sejam, estradas secundárias ou terciárias úteis para os agricultores de pequena escala que precisam chegar aos mercados locais, armazéns municipais, etc. Investimentos públicos em instalações como essas atenderão às necessidades práticas da maioria das pequenas agricultoras, além de melhorar a segurança alimentar local.

4. *Posse da terra* – Tal como assinalado acima, segundo as práticas consuetudinárias prevalentes no país, as mulheres não têm direito à posse da terra, mas apenas à utilização de lotes individuais cedidos pelo chefe do agregado familiar. Este é um dos mais graves obstáculos à expansão da produtividade agrícola e da renda das mulheres rurais. Ao elaborar os sistemas de mapeamento e registro de terras, o governo deveria dar especial atenção à possibilidade de garantir o direito das mulheres ao uso das terras comunais e considerar, especificamente, possíveis formas de propriedade

e gestão compartilhadas, tais como outorgar a titularidade a cooperativas de mulheres ou a grupos de autoajuda. Além disso, todas essas medidas deveriam estar acompanhadas de cursos de “alfabetização jurídica” para homens e mulheres.

5. *Reativação de mercados e de redes de comercialização* – Ao reativar ou desenvolver mercados/redes de comercialização seria importante reequilibrar o poder de negociação entre os vários agentes econômicos envolvidos, e entre mulheres (normalmente dedicadas à produção/comercialização de alimentos em pequena escala) e homens (voltados, predominantemente, para o comércio de grande porte). Nesse contexto, seria essencial beneficiar as associações e cooperativas femininas de modo a aumentar o poder de negociação das mulheres em relação aos demais envolvidos na cadeia produtiva (maioristas, empresários de transporte de carga e outros negociantes, geralmente homens).

A partir de uma perspectiva de gênero, o desafio está na implementação dessas medidas holísticas de modo a capacitar as mulheres do meio rural a atingir um nível de sofisticação e de escala tal que lhes permita produzir um excedente negociável e integrar de maneira efetiva as cadeias de comercialização. Em termos gerais, a viabilidade dessa estratégia dependerá da criação de um setor agrícola comercialmente factível e voltado para a exportação. Os subsídios agrícolas, a proteção tarifária temporária, os serviços de extensão e os investimentos em infraestruturas físicas estratégicas serão instrumentos essenciais para neutralizar as desvantagens competitivas e, simultaneamente, recuperar a capacidade da oferta/comercialização da agricultura. A fim de implementar essas medidas, Angola deveria aproveitar ao máximo a margem de manobra estabelecida pelas regras da OMC para os PMD no que se refere ao apoio interno à agricultura, aos subsídios à exportação e à proteção tarifária. A médio e longo prazos, a principal questão será determinar se os investimentos públicos se traduzirão em ganhos de produtividade, e se estes serão suficientes para contrabalançar as desvantagens competitivas decorrentes de uma moeda forte.

5.3.2 Pesca

O setor pesqueiro mostra grande potencial para a geração de postos de trabalho e a redução da pobreza, particularmente para as mulheres. O subsector industrial (processamento de pescado),

se desenvolvido, poderia oferecer oportunidades interessantes de emprego no setor formal tendo em vista a existência de uma certa preferência pela mão de obra feminina na indústria leve, em trabalhos como processamento/montagem. Existiria também a possibilidade de melhorar e estimular o subsetor de pesca artesanal informal onde muitas mulheres estão ativamente envolvidas.

Em ambos os setores, é imprescindível identificar os desequilíbrios e implementar ações redistributivas específicas de gênero de modo a criar condições equitativas. Como já foi dito, o setor pesqueiro angolano tende a ser dominado pelos homens, que se dedicam não só à coleta de peixes como também ao trabalho na indústria pesqueira e no transporte e distribuição de grande escala de peixe fresco e processado; as mulheres operam a jusante, ou seja, na comercialização e distribuição do peixe fresco e no processamento e distribuição de produtos de peixe seco, geralmente em uma escala bem menor e em locais informais. À luz do acima mencionado, existem certas questões específicas de gênero que devem ser levadas em consideração no momento da implementação de políticas que busquem melhorar o subsetor artesanal e desenvolver um setor comercial voltado para as exportações. A principal preocupação é evitar que as mulheres – extremamente segregadas no segmento local dessa cadeia – recebam insumos “reduzidos” e que a mão de obra feminina seja impedida de participar dos setores voltados para a exportação, que são os que normalmente atraem os investimentos. De fato, como já ocorreu em outros países em desenvolvimento, as políticas de estímulo ao estabelecimento de um setor comercial de exportação poderiam resultar na criação de uma estrutura dual no setor pesqueiro que provoque o desvio ou deslocamento de investimentos do segmento nacional (comercialização e distribuição interna de pescado fresco e de produtos processados de forma tradicional) para o segmento exportador (especialmente produtos frescos e congelados mas também produtos secos para o mercado regional). Essa dupla estrutura é potencialmente desvantajosa para as mulheres que operam em pequena escala (trabalhadoras na secagem e defumação dos produtos, e comerciantes retalhista), e cujas atividades se desenrolam em âmbito nacional. Embora as espécies de peixes exportadas e/ou comercializadas internamente sejam geralmente diferentes, há algumas vendidas tanto no mercado externo quanto no interno e, nesses casos, poderá

haver um desvio de fornecimento para a cadeia exportadora.

Podem ser necessárias algumas disposições corretivas, tais como:

1. Assegurar que instalações voltadas para o segmento exportador (p.ex., fábricas de gelo e contêineres refrigerados no local de desembarque) estejam disponíveis também para as pequenas empresas que atendem ao mercado interno. Para tanto, talvez seja preciso, dentre outras medidas, subsidiar os preços para os pescadores artesanais, em especial para as associações femininas, e reservar “vagas” para mulheres.
2. Garantir que as instalações utilizadas por grupos de mulheres (unidades de defumação/barracas de secagem e transporte local) sejam recuperadas e melhoradas. Para tal, devem ser criados os mecanismos necessários de modo a assegurar que as mulheres estejam devidamente representadas no âmbito comunitário/local, onde o processo de tomada de decisão é levado a cabo.
3. Criar linhas de crédito específicas para as trabalhadoras do ramo da pesca e oferecer capacitação técnica em tratamento e processamento de pescados e em administração de microempresas.
4. Identificar e investir em nichos de produção que possam gerar valor agregado para as mulheres (p.ex., produtos pesqueiros defumados/secos para o mercado regional ou para a “diáspora” internacional).

5.3.3 Manufatura

Como exposto anteriormente, a liberalização da economia angolana não promoveu o desenvolvimento de um setor manufatureiro de exportação – o principal caminho através do qual foi lograda a feminização da força de trabalho industrial em muitos países em desenvolvimento. As políticas comerciais e cambiais criaram um ambiente pouco propício a esse tipo de atividade ou ao seu florescimento.

Se forem implementados os incentivos macroeconômicos adequados, será possível reativar a capacidade manufatureira angolana em setores que ofereçam vantagens competitivas. Merecem destaque: os produtos derivados do petróleo e petroquímicos, e o processamento agrícola (moagem de cereais, produção de óleos vegetais, rações animais, moagem de arroz, etc). A produção de alimentos processados,

diferenciados e de alto valor agregado abriria um leque de oportunidades de empregos formais para aquelas mulheres que possuam um grau de qualificação relativamente baixo.

A recuperação e o desenvolvimento desses setores exigiria a superação de diversas barreiras institucionais e físicas, sem falar em uma taxa de câmbio real mais competitiva. De modo a estimular os investimentos, o Ministério da Indústria prevê a criação de zonas de processamento industrial (ZPI) estrategicamente situadas ou o estabelecimento de polos industriais com isenção tarifária. A partir de uma perspectiva de gênero, um dos principais desafios é a promoção do desenvolvimento industrial de maneira socialmente responsável com vistas a gerar “emprego decente” para as mulheres.

5.3.4 Turismo e outros setores de serviços

5.3.4.1 Turismo

O papel do turismo como mecanismo promotor de crescimento e de oportunidades de emprego em países em desenvolvimento é amplamente reconhecido. A enorme riqueza natural e cultural da África subsaariana gera grande potencial para a expansão econômica. A entrada de turistas nos países da região cresce em média de cerca de 8% ao ano⁵⁵ e um em cada vinte empregos está relacionado à indústria de Viagens e Turismo (T&T na sigla em inglês).⁵⁶ A presença da mão de obra feminina em empregos formais no turismo é alta no plano global, especialmente na África, onde 47% dos funcionários em hotéis e restaurantes são mulheres.

Nos últimos anos, o setor de turismo em Angola tem apresentado rápida expansão, tal como ocorre em outros países em desenvolvimento. O número crescente de visitantes e a construção de novas instalações em todo o país comprovam a existência de um bom potencial de desenvolvimento. Contudo, a evolução positiva do setor é reflexo dos fluxos do turismo empresarial já que os preços excessivamente elevados, especialmente na capital, e as preocupações com a segurança limitam o turismo de lazer.

O governo teve papel decisivo no desenvolvimento do setor do turismo tanto no plano nacional quanto regional: estabeleceu metas ambiciosas para a expansão da infraestrutura ligada à hospitalidade, criou novas oportunidades de emprego e promoveu a capacitação profissional de modo a desenvolver recursos humanos qualificados. O turismo, portanto,

está sendo considerado, cada vez mais, como um importante segmento que poderá contribuir para a diversificação da economia angolana. Entretanto, Angola ainda terá que fazer frente a uma série de desafios e medidas deverão ser tomadas de modo a melhorar a capacidade e a competitividade do país nesse setor. De fato, dos 139 países analisados no “*Travel and Tourism Competitiveness Report*” de 2011, Angola classificou-se em 138º.⁵⁷ Com os incentivos macroeconômicos apropriados (inclusive uma moeda mais competitiva), o desenvolvimento do turismo poderá gerar inúmeras oportunidades de emprego formal e informal em toda a cadeia de valor, especialmente para a mão de obra feminina. Mas como as mulheres estão sub-representadas no setor formal, deve-se envidar esforços para atrair trabalhadoras qualificadas pois, caso a dimensão de gênero não seja levada em conta, qualquer emprego formal tenderá a favorecer apenas os homens. É preciso fomentar a capacitação das mulheres, estimular sua qualificação e promover seu acesso à educação e à formação. Além disso, devem ser estabelecidas parcerias e identificadas sinergias entre instalações turísticas e comunidades locais de modo a facilitar a disseminação dos benefícios gerados pelo turismo para a população local. Para que isso ocorra, é importante desenvolver produtos turísticos e segmentos para os quais os pobres tenham acesso, e incorporar a questão de gênero no planejamento e na implementação das medidas de apoio. Dentre as medidas necessárias incluem-se as seguintes:

- *Buscar eliminar as disparidades de gênero na educação e na formação profissional por meio de ações positivas* – Até o momento a proporção de trabalhadoras empregadas no setor formal de serviços é mínima e, no mais das vezes as mulheres estão presentes apenas nos segmentos inferiores, em funções de baixa remuneração e baixa qualificação. Além disso, a falta generalizada de pessoal qualificado e especializado constitui um dos maiores desafios ao avanço efetivo e estável do segmento hospitalidade no país. Nesse contexto, o crescimento sustentável e inclusivo do setor do turismo exigiria, portanto, dentre outras iniciativas, o planejamento e a implementação de políticas que promovessem a educação secundária e a formação profissional para as mulheres, o que facilitaria sua inclusão econômica e seu acesso a empregos mais estáveis, qualificados e bem remunerados na indústria do turismo. Tendo em vista as consideráveis disparidades de gênero no âmbito da educação, será necessário incentivar

a presença feminina nas escolas, sobretudo no nível secundário, por meio da ação afirmativa. Tal como já foi feito alhures, essas iniciativas positivas poderiam incluir: i) campanhas de conscientização para os pais; ii) bolsas de estudo e transferência de recursos para meninas de baixa renda com bom aproveitamento escolar; iii) e a criação de albergues comunitários para evitar que as meninas façam longos percursos de ida e volta até a escola. Essas medidas devem ser cuidadosamente projetadas de modo a contribuir para a escolaridade dos jovens carentes.

- *Promover projetos turísticos viáveis com participação das comunidades* - Angola poderia aproveitar sua excelente posição estratégica na região para acolher o turismo ecológico. Tirando proveito de suas áreas protegidas e de suas reservas naturais, que cobrem 25% do território nacional e abrigam uma grande variedade de espécies e de paisagens, Angola promoveria um modelo de ecoturismo de baixo impacto e alta rentabilidade. Além da construção de alojamentos ecológicos, os bens e serviços seriam fornecidos pelos habitantes da área. Com a participação crescente da comunidade local, o turismo ecológico beneficiaria diretamente os pequenos agricultores, inclusive as mulheres, ao promover a economia local e a redução da pobreza. Os moradores não dispõem dos conhecimentos necessários para organizar e administrar pacotes turísticos mas poderiam desempenhar um papel ativo por meio de parcerias com empresários interessados. Seria preciso: i) identificar áreas de conservação reconhecidas por sua rica biodiversidade e seu potencial turístico; ii) identificar e estruturar organizações comunitárias adequadas, e estabelecer contatos estratégicos com operadores privados e entidades públicas conceituadas (parcerias público-privadas); iii) construir instalações para o ecoturismo e conceder autorizações às parcerias comunitárias para sua operação; e iv) formar os moradores (treinamento para guias, aprendizado de línguas estrangeiras, economia doméstica e contabilidade) e criar modelos de supervisão. O principal desafio seria assegurar que as parcerias público-privadas contassem realmente com a participação da comunidade: os moradores locais teriam voz ativa no processo decisório e na administração, e parte dos lucros reverteria diretamente para a comunidade.

- *Facilitar os contatos entre empresários da área do turismo e micro e pequenas empresas locais* - Para tanto, deveriam ser implantados mecanismos para

identificar e minimizar os obstáculos que poderiam vir a limitar a propagação de efeitos positivos sobre a economia local. Nesse sentido, seria necessário combater as práticas contra a concorrência ou incluir cláusulas contratuais que, por exemplo, não permitissem a exclusividade de serviços entre operadores turísticos e hotéis ou impedissem contratos de franquia com requisitos de importação. Seria igualmente importante buscar superar restrições que tornassem difícil para os fornecedores locais abastecer os hotéis com bens de consumo. No que se refere a frutas e verduras frescas, por exemplo, existem rígidas normas em termos de qualidade, quantidade, prazos de entrega e regularidade de suprimento. Esses obstáculos poderiam ser superados no âmbito de parcerias estratégicas que congregassem os hotéis, os serviços de extensão e os grupos de produtores. Projetos desse tipo deveriam ser cuidadosamente planejados e implementados de modo a favorecer o empoderamento dos pequenos agricultores e das mulheres que trabalhem no campo, ao invés dos comerciantes.

5.3.4.2 Outros setores de serviços

Além das atividades ligadas ao turismo, o presente estudo destaca também outros setores de serviços que poderiam oferecer oportunidades de emprego para as mulheres. Dentre eles, cabe mencionar os serviços de TIC de pequeno porte, e os serviços pessoais e sociais. Essas áreas, porém, apresentam algumas questões de gênero preocupantes.

Primeiramente, e algo extremamente importante, em Angola as mulheres tendem a ser menos qualificadas em termos de alfabetização e escolaridade do que os homens. Como já foi salientado anteriormente, o índice de alfabetização de adultos é de 82,7% para os homens e de 58,1% para as mulheres, enquanto o dos jovens é de 80,5% para os meninos e 65,8% para as meninas. Nesse contexto, serviços que exijam um nível médio de qualificação (p.ex., serviços de TIC de pequeno porte) só poderão vir a ampliar a participação econômica das mulheres se forem tomadas medidas no sentido de aumentar seu acesso à educação básica e à formação profissional (algumas dessas iniciativas já foram apresentadas acima). O problema é menos grave nos segmentos de serviços mais sofisticados, na medida em que as disparidades diminuem na educação terciária.

Em segundo lugar, tal como em outros serviços, as empresas de TIC de pequeno porte tendem a

preferir mulheres para funções de média ou baixa qualificação. De fato, parece haver uma propensão à feminização do trabalho nesses setores devido à permanente busca por mão de obra barata e por maior flexibilidade das condições de trabalho. Embora a expansão desses setores de serviços leve à criação de novas oportunidades de emprego formal para as mulheres, é importante reconhecer que as disparidades de gênero perdurarão em matéria de formação, salários e avanço profissional.

Em terceiro lugar, a presença das mulheres prevalece nos serviços informais, especialmente no comércio retalhista. De modo a intensificar e melhorar sua atuação, as microempresárias que operam na informalidade terão de, em algum momento, passar para a economia formal. Para que isso ocorra, será preciso preparar um ambiente favorável, onde os benefícios da formalidade superem os custos de um trabalho formal. Dentre os exemplos de políticas de incentivo para empresas informais que desejassem fazer a transição para o setor formal teríamos: o maior acesso a programas de microcrédito; as isenções fiscais temporárias; as oportunidades de contatos para a comercialização; os procedimentos de registro simplificados e baratos. A formalização poderia aumentar o leque de oportunidades de negócio para as micro e pequenas empresárias se sua capacidade produtiva estiver conectada aos principais setores econômicos de Angola. Essas políticas facilitariam a integração das pequenas empresas lideradas por mulheres às redes de fornecedores de produtos e de serviços (p.ex., fornecedores de alimentos ou de mercadorias) para as grandes companhias petrolíferas ou para as unidades de produção de petróleo em terra ou para as mineradoras.

Além disso, essas iniciativas fortaleceriam também os vínculos inter-setoriais e melhorariam as relações entre o setores manufatureiro, de serviços e de energia. À medida que o primeiro se expande, a

demanda por serviços que dependam de atividades de produção tende a crescer na mesma proporção. Criar um ambiente favorável para a atuação das micro empresárias permitiria que elas aproveitassem essa interdependência estrutural de forma direta e participassem ativamente do crescimento econômico do país.

5.3.5 Alavancagem das receitas petrolíferas para financiar políticas sociais em favor dos pobres e sensíveis ao gênero

Em resumo, as políticas setoriais deveriam identificar e melhor compreender as dimensões e a relevância das questões de gênero nos setores agrícola, pesqueiro, manufatureiro e de serviços, e abranger ações corretivas quando necessário. O poder de alavancagem das receitas provenientes dos setores extrativos (petróleo e diamantes) seria utilizado para financiar políticas sensíveis ao gênero e favoráveis às populações carentes de modo a desencadear o potencial empresarial dos setores angolanos que possuam ou possam vir a possuir vantagens comparativas. Isso poderia ser realizado, por exemplo, mediante a transferência de uma parte dos rendimentos da indústria de petróleo/diamantes para Fundos de Desenvolvimento reservados e específicos para determinados setores e cofinanciados por doadores. Esses Fundos financiariam, assim, programas semelhantes aos descritos acima. O governo de Angola tomou recentemente medidas nessa direção ao criar um Fundo Soberano de Riqueza que investirá rendimentos provenientes da venda de petróleo no setor empresarial com vistas a diversificar a economia do país. O fundo angolano focará seus investimentos na indústria hoteleira africana e em grandes projetos de infraestrutura. Valeria a pena explorar opções de investimento em setores onde há uma forte presença de pobres – especialmente mulheres –, como é o caso da agricultura de subsistência.

NOTAS

55 UNWTO 2012 (UNWTO Tourism Highlights 2012)

56 Estudo realizado pelo “Natural Resources Consultative Forum” revela que investir no setor do turismo estimula mais a geração de empregos do que investir no setor agropecuário. O mesmo investimento proporciona 40% a mais de oportunidades de geração de renda no turismo do que na agricultura, e 50% a mais do que no setor de mineração (Relatório sobre Competitividade em África, Fórum Econômico Mundial 2011).

57 Relatório sobre Competitividade em Viagem e Turismo, Fórum Econômico Mundial, 2011c

REFERÊNCIAS

- Aguilar R (2001) “*Angola’s Incomplete Transition*” WIDER Discussion Paper No 2001/47, agosto.
- Alves Da Rocha M (2010) “Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – Os fatores de Competitividade Territorial”, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica (mimeo)
- Andrade S e Morales J (2007) “*The Role of Natural Resource Curse in preventing Development in Politically Unstable Countries: Case Studies of Angola and Bolivia*”; Institute for Advance development Studies, Development Research Working Paper Series No 11/2007, novembro.
- Baccheta M, Ekkehard E e Bustamante J (2009). “*Globalization and Informal Jobs in Developing Countries*”. Um estudo conjunto da OIT e da Secretaria da OMC, Genebra.
- Banco Africano de Desenvolvimento (2008) *Angola: Country Gender Profile*, agosto.
- Banco Africano de Desenvolvimento (2011) *2011-2015 Country Strategy Paper e 2010 Country Portfolio Performance Review*. Departamento Regional e de País – Sul B (ORSB), janeiro.
- Banco Africano de Desenvolvimento (2012). *Private Sector Country Profile: Angola*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports/Angola%20-%20Private%20Sector%20Country%20Profile.pdf>
- Banco de Desenvolvimento de Angola (2009) Relatório de Contas, 2009.
- Banco Mundial “*World Development Indicators and Global Development Finance*”. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=12&id=4&CNO=2>
- Banco Mundial (2005) “*Multi-country Demobilization and Reintegration Program (MDRP) Gender Desk Study*”. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.mdrp.org/PDFs/Study_GenderDesk_En.pdf
- Banco Mundial (2006) *Enterprises Surveys: Country Profile Angola*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.EnterpriseSurveys.org>
- Banco Mundial (2007a) *Angola: Oil, Broad-based growth and Equity; World Bank Country Study 40531*.
- Banco Mundial (2007b) “*Angola Investment Climate Assessment: Final report*”, outubro.
- Banco Mundial (2008). *Angola: Trade Brief*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://info.worldbank.org/etools/wti/docs/wti2008/brief6.pdf>
- Banco Mundial (2009) “*Progress Report Learning for Equality, Access and Peace (LEAP) Program August 2007-February 2009*”. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.mdrp.org/PDFs/LEAPprogressreport022009.pdf>. Accessed 06/07/2012
- Banco Mundial (2011) “*Women, Business and the Law: Removing Barriers to Economic Inclusion measuring Gender parity*”
- Banco Mundial (2012) *World Development report: Gender Equality and Development*, Banco Mundial.
- Banco Mundial /IFC (2012) “*Doing business in a more transparent world*”. *Doing Business Report*, <http://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB12-FullReport.pdf>
- Banco Mundial/IFC (2013). *Smarter Regulations for Small and Medium-Size Enterprises*. *Doing Business Report*, <http://www.doingbusiness.org/~media/giawb/doing%20business/documents/profiles/country/AGO.pdf>
- Berik G (2008) Growth with Gender Inequity: Another Look at East Asian Development’ in Berik, G., Rodgers, Y. e Zammit. A. (eds) *Social Justice and Gender Equality: Rethinking Development Strategies and Macroeconomic Policies* London: Routledge
- Boyange JP (2007) ‘ILO Database on Export Processing Zones’ *Sectoral Activities Programme Working Paper 251* Geneva: ILO
- Braga de Macedo J, Pereira L e Mendonça Reis A (2007) *Exchange Market Pressure in African Lusophone Countries*. FEUNL Working Paper no 527, setembro.
- Carr M e Chen M (2002) “*Globalization and Informal Economy: How Trade and Investment Impact on the Working Poor*”, Documento de Trabalho sobre a Economia Informal, OIT.
- Chaudhuri S (2002) “*How and How Far to Liberalize a Small Economy with Informal Sectors and Non-traded Intermediaries*”; Disponível no seguinte endereço eletrônico: SSRN <http://papers.ssrn.com/author=294419>
- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (2012) *World Investment Report 2012: towards a new generation of investment policies*
- Da Gama A (2005) *FDI in Angola: “Constraints Encountered by Investors in the Angolan Territory”*, University of

- Western Cape, Cape Town, South Africa.*
- Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (2012). 2011 Relatórios de País sobre Práticas de Direitos Humanos - Angola, 24 de maio de 2012, Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.unhcr.org/refworld/docid/4fc75ac041.html> [acessado em 8 de junho de 2012]
- Dolan C e Sorby K (2003). "Gender and Employment in High-Value Agriculture Industries". *World Bank, Agriculture & Rural Development Working paper 7*, 26393, maio.
- Doraisami A (2008) 'The Gender Implications of Macroeconomic Policy and Performance in Malaysia' in Berik, G., Rodgers, Y. e Zammit. A. (eds) *Social Justice and Gender Equality: Rethinking Development Strategies and Macroeconomic Policies* London: Routledge.
- ECA International (2010) . *Cost of Living 2010* www.eca-international.com. Acessado em 12 de junho de 2012.
- Escritório do Consultor Especial das Nações Unidas sobre a África (OSAA) (2007) "FINAL REPORT ON THE SECOND INTERNATIONAL CONFERENCE ON DISARMAMENT, DEMOBILIZATION, REINTEGRATION AND STABILITY IN AFRICA KINSHASA, DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO. 12 - 14 June 2007". Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.un.org/africa/osaa/reports/DDR_Kinshasa_Final.pdf
- Euler Hermes (2010) "Country Review Angola"; 5 de agosto.
- FAO (2005) Banco de Dados sobre Gênero e Direito à Terra. Acessado em 14 de maio de 2011
- FAO (2011). Guião para a integração da perspectiva de gênero na legislação relativa a terra e água em Angola, Cabo Verde e Moçambique, *FAO Legal Papers online No. 88 2011*, consultado em 18 de junho de 2012
- Feliciano J, Lopes CM e Rodrigues CU (2008). *Protecção Social, Economia Informal e Exclusão Social nos PALOP*. Lisboa: Principia
- FMI (2007) *Angola: Selected Issues and Statistical Appendix, FMI Country Report No 07/355*
- Foley C (2007). *Land rights in Angola: poverty and plenty*. Documento de Trabalho do HPG, novembro 2007. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.odi.org.uk/resources/docs/4170.pdf>
- Fórum Econômico Mundial (2008) Relatório sobre Disparidade de Gênero no Mundo de 2008.
- Fórum Econômico Mundial (2011-2012) Relatório sobre Competitividade Global, <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-2011-2012/#=>
- Fórum Econômico Mundial (2011a) Relatório sobre Disparidade de Gênero no Mundo de 2011.
- Fórum Econômico Mundial (2011b). Relatório sobre Competitividade em África 2011
- Fórum Econômico Mundial (2011c). Relatório sobre Competitividade em Viagem e Turismo 2011
- Fundação Bretelsmann (2012). *BTI 2012 — Angola Country Report*. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2012. <http://www.bti-project.org/country-reports/esa/ago/>
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (2005). *Country Strategy Opportunities Paper*. EB 2005/85/R.12, 20 de julho
- Gasha J e Pastor G (2004) "Angola's Fragile Stabilization", Documento de Trabalho do IMD WP/04/83.
- Gelbard E e Nagayasu J (1999) "Determinants of Angola's Paralell market and Exchange Rates" Documento de Trabalho do FMI 99/90, julho.
- GID-DB (2007) "Gender Equality and Social Institutions in Angola", Banco de Dados da OCDE sobre Gênero e Instituições.
- Global Entrepreneurship Monitor (2010) GEM Angola 2010: Estudo Sobre o Empreendedorismo. Global Entrepreneurship Monitor, Centro de Estudos e Investigação Científica (CSIC), Universidade Católica de Angola e Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI).
- Idriss Lahai J (2010). *Gendered Battlefields: A Contextual and Comparative Analysis of Women's Participation in Armed conflicts in Africa*. Peace and Conflict Review, Vol. 4, Issue 2,; 1-18. Available at: <http://www.review.ucepeace.org/pdf.cfm?articulo=98&ejemplar=19>
- IFAD (2005) "Republic of Angola: Country Strategy Opportunities Paper". Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, EB 2005/85/R.12, 20 de julho.
- Instituto Nacional de Estatística (2000) – Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas e Receitas
- Instituto de Pesquisa Económica y Social (2006). *O impacto da economia informal na redução da exclusão social e da pobreza nos PALOP e sua interacção com a protecção social: monografia de Angola*
- Interparliamentary Union/UNWOMEN (em 31 de março de 2012) Página web "Women in Parliaments". Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

- Joekes S (1999) *A Gender-analytical Perspective on Trade and Sustainable Development* in UNCTAD, *Trade, Sustainable Development and Gender*, Geneva: UNCTAD
- Karl Terry L (1997) *The Paradox of Plenty: Oil Boom and Petro-States*, University of California Press.
- Kassie G.T.O, Erestein W, Mwangi R, La Rovere P, Setimela P e Langyintuo A (2012). "Characterization of Maize Production in Southern Africa: Synthesis of CIMMYT/DTMA Household Level Farming Surveys in Angola, Malawi, Mozambique, Zambia and Zimbabwe", *Socio-Economics Program Working Paper 4*. Mexico, D.F.: CIMMYT, International Maize and Wheat Improvement Centre
- Klein N Kyei A (2009) "Understanding Inflation Inertia in Angola", Documento de Trabalho do FMI, maio
- Kyle S (2005a) "The Political Economy of Angolan Growth: Social and Regional Structure", *Review of African political Economy*, Nos 104/05: 269-293.
- Kyle S (2005b) "Oil Revenue, the Real Exchange Rate and Sectoral Distortion in Angola" Documento de Trabalho 2005-19, Department of Applied Economics and Management, University of Cornell, Ithaca NY, agosto.
- Lopes, C M (2009) *What Effects From Peace in Reducing Poverty? A perspective from empirical records collected in the cities of Huambo and Luanda*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2727>
- Ministério de Planeamento (2010) Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; Setembro.
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2009) "Plano Bienal do Sector Agrário 2010/2011", setembro.
- Ministério da Saúde (2007) Relatório do Inquérito sobre Nutrição em Angola
- Mitter S e Rowbotham S (1995) *Women encounter technology: changing patterns of employment in the Third World*, London and New York: Routledge
- Nações Unidas (2004). *Concluding Observations on the periodic report of Angola to CEDAW*, 31ª Sessão. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/co/AngolaCO31.pdf>
- Nações Unidas (2011). *Consideration of reports submitted by States parties under article 18 of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women - Sixth periodic report of States parties: Angola*. CEDAW /C/AGO/6 Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G11/459/43/PDF/G1145943.pdf?OpenElement>
- Nações Unidas (2013). *Concluding observations on the sixth periodic report of Angola adopted by the Committee on the Elimination of Discrimination against Women at its fifty fourth session*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/cedaws54.htm>
- Nielsen R (2008). *Women's Land Rights in Post-Conflict Angola. Rural Development Institute Report # 125*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.landesia.org/wp-content/uploads/2011/01/RDI_125_Womens_Land_Rights_in_Angola.pdf
- Ng F e Yeats A (1996) "Open Economies Work Better! Did African Protectionist Policies Cause its Marginalization in World Trade", Documento de Trabalho do Banco Mundial No 1636.
- Nzatazola Lukombo JB (2005) "Gender and Family Life in Angola: Some aspects of the post-war conflict concerning displaced persons", in *African Sociological Review* 9 (2) pág. 106-133.
- OCDE (2011) *African Economic Outlook 2011*, BAD, OCDE, PNUD e UNECA, outubro.
- Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2012). Boletim Anual de Estatísticas
- Organização Internacional do Trabalho (2010). *Women in Labour Markets: Measuring Progress and Identifying Challenges*. Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- Organização Mundial do Comércio (2006). *Trade Policy Review: Angola*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp259_e.htm
- OMC, ITC e UNCTAD (2012). *World Tariff Profiles 2012*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.wto.org/english/res_e/publications_e/world_tariff_profiles12_e.htm
- Organização Mundial da Saúde (2012a) Estatísticas Mundiais de Saúde 2012.
- Organização Mundial da Saúde (2012b) Repositório de Dados do Observatório de Saúde Global
- Pestana N (2008) "Angola. A Pobreza, uma vergonha nacional", <http://pambazuka.org/pt/category/features/53120>
- PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano, <http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>
- PNUD (2002) *Angola: The post-war challenges. Common country assessment 2002*
-

- PNUD (2005) *Relatório de Desenvolvimento Humano: Angola 2005*
- Prasad PN e Sreedevi, V. (2007) Economic Empowerment of Women Through Information Technology *Journal of International Women's Studies* Vol. 8, No.4, pp. 107-120
- Programa de Combate à Pobreza Urbana de Luanda (2011) *Sustainable Lifelihood Program, Luanda Urban Poverty Program*. Disponível no seguinte endereço eletrônico www.luppangola.org
- Programa Mundial de Alimentos (2005) “*Angola: Comprehensive Food Security and Vulnerability Analysis (CFSVA)*”, outubro.
- Pushak N & Foster V (2011). “*Angola's Infrastructure: A Continental Perspective*”. Banco Mundial, *Africa Infrastructure Country Diagnostic, Country Report*, março.
- Relatório da Sociedade Civil Angolana sobre o Direito à Educação, Habitação, Emprego, Saúde e Alimentação (2008), Luanda, maio. Disponível no seguinte endereço eletrônico: www/2.ohchr.org/English/.../relatoriasociedadecivilangolana.doc
- República de Angola (1988). Código da Família. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.rjcpip.org/sections/informacao/legislacao-nacional/anexos/angola-codigo-familia/downloadFile/file/Angola.CodigoFamilia.pdf?nocache=1201276701.98>
- República de Angola (1992). Constituição da República de Angola
- República de Angola (2000) Lei Geral do Trabalho. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.ilo.org/dyn/travail/docs/383/lei_geral_trabalho%20Angola.pdf#
- República de Angola, Unidade de Reconciliação Nacional (2004a) “*Estratégia de Combate à Pobreza Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Econômica*”
- República de Angola (2004b) Lei das Terras. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.ieham.org/html/docs/LEI_TERRAS_ANGOLA.pdf
- República de Angola (2005a) Estratégia para a Redução da Pobreza. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://mirror.undp.org/angola/linkrtf/ecp-angola2005.pdf>
- República de Angola (2005b) Pauta Aduaneira, <http://www.alfandegas.gv.ao/files/pauta%20aduaneira.pdf>
- República de Angola (2008-2009) Inquérito Integrado sobre Bem Estar da População (IBEP/2008/2009)
- República de Angola (2009) Plano Nacional 2010/2011, Parlamento Angolano, dezembro.
- República de Angola (2010a) Constituição da República de Angola. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf
- República de Angola (2010b) Relatório sobre o Progresso dos ODM, setembro de 2010
- República de Angola (2010c). Lei 12/10 do Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. *Diário da República*, 9 Julio 2010
- República de Angola (2010d). Lei 03/10 da Probidade Publica. *Diário da República*, 29 de Marco 2010
- República de Angola (2011) Lei 20/11 do investimento privado, *Diário da República*, 20 de maio de 2011, No. 94, <http://www.kpmg.com/PT/pt/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/TaxNews/Documents/2011/110614b.pdf>
- Schneider F (2005) “*Shadow Economies Around the World: What do we really know*” *European Journal of Political Economy* 21 (3): 598-642
- Seguino S (1997) Gender Wage Inequality and Export-led Growth in South Korea’ *Journal of Development Studies* Vol. 34, No.3, pp. 102-137
- Seguino S (2000) Accounting for Gender in Asian Economic Growth *Feminist Economics* Vol. 6, No. 3, pp. 27-58
- Services Group Inc and Nathan Associates (2008). *Developing the Supply of Financial Services and Improving the Efficiency of the Banking sector in Angola*. Estudo submetido ao USAID/África do Sul, janeiro
- Sinha A (2011) “*Trade and the Informal Economy*”. In Jansen M, Peters R and Salazar-Xirinachs J (Eds) *Trade and Employment: From Myths to Facts*. OIT, Genebra, 2011 pág. 125-170
- Tejani S e Milberg W (2010) “*Global Defeminization? Industrial Upgrading, Occupational Segmentation and Manufacturing Employment in Middle-Income Countries*”, *Schwartz Center for Economic policy Analysis & Department of Economics, New School of Social Research, Working paper Series, WP 2010-1*, abril.
- Teka Z (2011) “*Backward Linkages in the Manufacturing Sector in the Oil and Gas Value Chain in Angola*” *MMCP Discussion Paper No 10, University of Cape Town and Open University*, março.
- Transparência Internacional (2012) *Corruption Perceptions Index 2012*. Available at: <http://www.transparency.org>

- org/cpi2012/results
- UNCTAD (2011) *World Investment Report 2011: Non-Equity Modes of International Production and Development*
- UNICEF (2003) *Multi Indicators Sampling Study –MICS*.
- UNIFEM (2005) “*Workshop Report. Taking a Gender Perspective to Strengthen the Multi-Country Demobilization and Reintegration Program (MDRP) in the Greater Lakes Region*”. Kigali, Ruanda; 31 de outubro – 2 de novembro, 2005. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.mdrp.org/PDFs/MDRP_UNIFEM_Gender_DDR_010207_en.pdf
- UNIFEM (2008). *Angola Joint Gender Program mid-term review*. May 2008 mirror.undp.org/angola/LinkRtf/JGPER.doc
- UNHCR/JICA (2006) *Country Report. Angola. Post-Conflict Challenges (version 1.1)*. NEPAD; Humanitarian Response and Post-Conflict Recovery Sub-Cluster. Addis Abbaba, Ethiopia, May 2006.
- United Nations Statistics Division (2010). *Country Profile Angola*. <http://unstats.un.org/unsd/dnss/docViewer.aspx?docID=559#start>
- United Nations World Tourism Organization (2012). *Tourism Highlights 2012*
- USAID/PNUD (2006-7) “*Angola Malaria Indicator Survey 2006-7*”, Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://measuredhs.com/pubs/pdf/MIS2/MIS2.pdf>. Consulted 16/05/2012
- USAID (2007), “*Strengthening Land Tenure Rights and property Rights in Angola: A Profile and Planning Tool for Women and other Disadvantaged Groups in Pilot Areas*”. Em colaboração com o Instituto de Desenvolvimento Rural, outubro.
- USAID (2008) “*Developing the Supply of Financial Services and Improving the Efficiency of the Banking Sector in Angola*”; Relatório submetido por The Services Group Inc and Nathan Associates, janeiro.
- United States Department of Commerce (2010). *U.S.-Sub-Saharan Africa Trade Profile 2010*. Available at http://www.agoa.gov/build/groups/public/@agoa_main/documents/webcontent/agoa_main_003357.pdf
- United States Trade Representative (2010) *National Trade Estimate Report on Foreign Trade Barriers*
- Universidade Católica de Angola (2010) Relatório Econômico e Social de Angola 2010; Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), junho.
- Van Klaveren M et al. (2009) “*An Overview of Women’s Work and Employment in Angola. Decisions for Life MDG3 Project. Country Report No. 2*”, Amsterdam Institute for Advanced Labour Studies (AIAS), University of Amsterdam. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/Country_Report_No2-Angola_EN.pdf
- Vines A, Shaxson N e Rimli L (2005) *Angola Drivers of Change: an overview*; Chatham House, London, abril.
- Vines A e Weimer M (2011) “*Angola: Assessing risk to stability*”. Center for Strategic and International Studies (CSIS), Washington DC, junho.
- Walther, R (2006) “*Vocational Training in the Informal Sector: Report on the Angola Field Survey*”. Agence Française de Développement. Relatório 35, novembro.
- Weeratunge N e Snyder K (2009) ‘*Gleaner, fisher, trader, processor: understanding gendered employment in the fisheries and aquaculture sector*’, Documento apresentado no Workshop FAO-IFAD-OIT sobre disparidades, tendências e investigação atual sobre a perspectiva de gênero no emprego agrícola e rural: caminhos diferenciados para sair da pobreza, Roma, 31 de março - 2 de abril.
- Wold Bjorn K e Grave J (1999) *Poverty Alleviation in Angola, Pursuing Equity and Efficiency, Reports 99/20, Statistics Norway and INE*, julho
- Wood A (1991) North-South Trade and Female Labour in Manufacturing: an asymmetry *Journal of Development Studies*, Vol. 27, No. 2
- Workshop de Desenvolvimento em Angola (2009a) “*Informal Trading in Luanda’s Markets, Streets and at Home*”, Relatório submetido ao IDRC, junho.
- Workshop de Desenvolvimento em Angola (2009b) “*Mercado Informal 2007/08/09: Extratos da Imprensa Angolana sobre Questões Sociais e de Desenvolvimento*”; Luanda.
-

ANEXO 1

IMPORTAÇÕES ANGOLANAS SEGUNDO O TIPO DE COMMODITY 2004-2010

Código	Descrição do Produto	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TCAC. (%)
'01	Animais vivos	1.597	3.105	1.086	6.564	11.454	2.469	1.991	3,74
'02	Carnes e miudezas comestíveis	146.035	191.459	268.830	348.724	510.009	411.222	505.244	22,98
'03	Peixes, crustáceos, moluscos, invertebrados aquáticos nes	15.876	15.737	31.210	43.701	50.039	44.899	62.555	25,68
'04	Produtos lácteos, ovos, mel, produtos animais comestíveis nes	84.079	83.882	141.162	130.284	205.455	172.674	190.464	14,6
'05	Produtos de origem animal, nes	3.936	4.281	2.707	6.269	7.942	5.647	18.056	28,9
'06	Árvores vivas, plantas, bulbos, raízes, flores cortadas, etc	1.395	1.361	1.215	2.988	1.781	1.729	1.795	4,29
'07	Vegetais e certas raízes e tubérculos comestíveis	37.079	42.165	48.427	53.502	69.259	26.252	61.776	8,88
'08	Frutas, nozes, cascas de frutas cítricas e melões comestíveis	9.798	10.853	12.058	14.487	18.308	11.697	21.270	13,79
'09	Café, chá, mate e especiarias	3.747	3.618	7.285	9.078	10.607	9.787	7.631	12,59
'10	Cereais	106.784	100.367	72.373	94.946	246.542	116.924	83.159	-4,08
'11	Produtos de moagem, malte, amidos, inulina, glúten de trigo	120.998	121.890	146.625	202.224	280.562	239.062	212.836	9,87
'12	Óleo de semente, frutas oleaginosas, grãos, sementes, frutas, etc, nes	2.741	2.830	6.101	6.302	9.011	5.348	5.680	12,91
'13	Laca, borrachas, resinas, sucos e extratos vegetais nes	753	580	1.162	1.728	6.426	8.015	4.438	34,4
'14	Materiais vegetais para entrançar, produtos vegetais nes	89	208	384	300	301	22	65	-5,1
'15	Gorduras e óleos animais e vegetais, produtos de clivagem, etc	102.931	113.373	132.816	198.849	259.041	207.876	245.711	15,61
'16	Preparações alimentícias de carne, peixe e mariscos, nes	57.215	83.051	98.738	137.956	217.581	176.531	152.992	17,81
'17	Açúcares e produtos de confeitaria	67.890	83.918	134.198	113.466	138.670	124.079	178.243	17,45
'18	Cacau e preparações de cacau	7.851	8.252	10.709	13.655	20.872	24.690	22.532	19,21
'19	Preparações alimentícias e produtos à base de cereal, farinha, amido e leite	65.397	82.112	116.098	120.161	208.265	137.138	151.460	15,02
'20	Preparações alimentícias à base de vegetais, frutas, nozes, etc	45.612	47.902	70.510	78.806	113.904	111.548	91.865	12,38
'21	Preparações alimentícias diversas	32.498	35.650	47.984	45.228	69.107	65.894	76.441	15,32
'22	Bebidas, bebidas alcoólicas e vinagre	241.671	214.124	290.535	368.885	493.792	422.770	430.879	10,12
'23	Resíduos, resíduos de indústrias de alimentos, forragem animal	2.678	2.644	3.339	5.336	8.172	5.149	5.390	12,36
'24	Tabaco e substitutos manufacturados de tabaco	13.398	12.127	14.922	13.085	13.413	20.853	25.377	11,23
'25	Sal, enxofre, terra, pedra, gesso, cal e cimento	32.097	44.915	59.480	91.367	213.299	242.230	208.783	36,63
'26	Minérios, escória e cinzas	973	1.664	982	799	1.167	1.423	2.510	17,11
'27	Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc	56.322	52.011	160.355	294.433	580.470	798.383	702.000	52,27

'28	Substâncias químicas inorgânicas, composto de metal precioso, isótopos	15.290	16.099	31.487	33.286	51.516	25.692	48.216	21,1
'29	Substâncias químicas orgânicas	16.855	25.932	35.171	33.972	43.604	31.371	43.234	17
'30	Produtos farmacêuticos	47.437	65.564	92.993	109.239	130.705	130.678	121.950	17,04
'31	Fertilizantes	10.819	6.466	10.992	12.475	40.168	20.723	22.587	13,05
'32	Extratos de curtimento e tingimento, taninos, derivados, pigmentos etc	23.557	29.313	40.942	54.582	76.222	66.018	66.049	18,75
'33	Óleos essenciais, perfumes, cosméticos, artigos de higiene pessoal	29.726	54.836	65.191	83.162	99.008	81.209	94.885	21,34
'34	Sabões, lubrificantes, ceras, velas, pastas de modelar	66.427	64.181	105.143	131.555	160.471	109.795	125.425	11,17
'35	Albuminoides, amidos modificados, colas, enzimas	2.624	3.898	4.132	5.809	10.265	10.280	7.897	20,16
'36	Explosivos, artigos pirotécnicos, fósforos, artigos pirofóricos, etc	3.298	5.068	6.442	4.023	8.318	10.717	7.812	15,46
'37	Material fotográfico ou cinematográfico	5.354	8.331	8.618	10.708	9.899	7.468	7.074	4,75
'38	Produtos químicos diversos	33.000	47.875	76.487	124.239	139.274	112.710	125.705	24,97
'39	Plástico e derivados	91.120	130.251	189.101	294.058	412.495	325.207	305.861	22,36
'40	Borracha e derivados	45.610	50.902	67.475	97.725	137.524	117.581	97.410	13,48
'41	Peles e couros brutos (exceto peles com pelo) e couros	120	557	288	4.316	487	116	178	6,79
'42	Artigos de couro, tripa de animal, arreios, artigos de viagem	6.662	9.284	12.009	20.536	35.877	41.564	33.593	30,95
'43	Peles (com pelos) e peles artificiais, e manufaturados derivados	26	169	26	196	183	34	38	6,53
'44	Madeira e artigos de madeira, carvão vegetal	18.194	27.050	31.749	55.025	110.983	95.239	68.802	24,82
'45	Cortiça e artigos de cortiça	850	1.216	692	218	434	613	185	-22,44
'46	Manufaturados de material trançado, cestaria, etc	898	1.058	816	1.091	2.574	3.229	1.970	13,99
'47	Celulose, materiais celulósicos fibrosos, resíduos, etc	83	286	170	1.067	463	2.144	858	47,59
'48	Papel e cartão, artigos de celulose, papel e papelão	53.259	68.474	78.992	96.923	145.827	123.885	136.213	16,94
'49	Livros impressos, jornais, fotografias, etc	13.580	22.355	23.522	52.240	48.455	44.021	54.580	26,09
'50	Seda	232	43	41	31	52	46	258	1,79
'51	Lã, pelo animal, fios de crina e tecidos de crina	90	79	51	35	49	22	12	-28,52
'52	Algodão	17.222	15.636	13.906	19.329	28.818	21.089	19.527	2,12
'53	Fibras têxteis vegetais nes, fios de papel, tecidos	81	97	138	424	228	200	221	18,21
'54	Filamentos sintéticos	5.741	7.868	11.810	11.036	20.292	12.371	6.412	1,86
'55	Fibras sintéticas descontínuas	3.829	3.309	5.547	12.184	11.900	8.953	8.287	13,73
'56	Enchimento, não tecidos, feltro, fios, cordel, cordagem, etc	3.459	5.253	7.556	10.978	18.076	25.747	38.346	49,32
'57	Tapetes e outros revestimentos têxteis de piso	1.997	2.008	3.290	5.453	7.847	11.765	8.032	26,11
'58	Fazendas acolchoadas ou tecidos especiais, rendas, tapeçarias, etc	2.166	941	1.331	1.595	3.146	2.276	1.881	-2,32

'59	Tecidos impregnados, revestidos, ou laminados	1.372	3.358	2.665	3.974	7.025	7.770	6.722	30,32
'60	Tecidos tricotado ou de crochê	402	363	989	1.835	2.893	877	626	7,66
'61	Artigos de vestuários, de tricô ou crochê	22.689	30.409	34.034	63.687	106.763	84.641	85.907	24,84
'62	Artigos de vestuário, acessórios que não de tricô nem de crochê	28.183	40.283	43.362	60.709	89.413	68.832	52.316	10,86
'63	Outros artigos têxteis, conjuntos, roupas usadas, etc	47.005	70.017	89.496	103.359	143.028	138.786	131.776	18,75
'64	Calçados, galochas e assemelhados, peças derivadas	31.696	39.722	48.244	74.426	94.357	110.680	138.371	27,84
'65	Chapelaria e peças derivadas	2.082	2.407	4.160	5.705	15.881	7.628	4.014	11,56
'66	Guarda-chuvas, bengalas, bengalas-assento, chicotes, etc	1.216	1.372	1.681	2.782	4.361	2.521	4.097	22,44
'67	Peles de aves, penas, flores artificiais, cabelo humano	755	1.462	1.542	2.350	4.352	4.862	7.444	46,43
'68	Pedra, gesso, cimento, asbestos, mica, etc	19.726	29.990	40.812	44.038	74.764	69.734	72.254	24,16
'69	Produtos de cerâmica	33.172	44.773	60.928	86.373	129.899	118.742	133.641	26,14
'70	Vidro e artigos de vidro	15.204	20.137	27.272	48.216	60.401	65.609	93.314	35,31
'71	Pérolas, pedras preciosas, metais, moedas, etc	2.281	4.565	3.816	6.549	11.429	9.872	9.174	26,11
'72	Ferro e aço	63.351	85.445	163.299	171.182	590.018	425.844	290.405	28,89
'73	Artigos de ferro ou aço	302.353	553.163	818.191	918.259	1.671.683	1.644.877	1.311.027	27,7
'74	Cobre e artigos derivados	3.307	4.625	10.000	12.973	21.584	17.712	19.924	34,89
'75	Níquel e artigos derivados	32	116	279	635	883	3.730	4.866	131,03
'76	Alumínio e artigos derivados	50.255	78.303	86.173	78.552	125.433	121.474	110.990	14,12
'78	Chumbo e artigos derivados	325	229	1.183	234	299	630	1.092	22,38
'79	Zinco e artigos derivados	6.930	5.457	5.822	8.505	9.364	1.572	1.329	-24,06
'80	Estanho e artigos derivados	66	76	134	54	543	69	254	25,18
'81	Outros metais comuns, ceramais e artigos derivados	57	112	47	163	308	274	93	8,5
'82	Ferramentas, implementos e talheres, etc de metal comum	26.028	35.105	50.931	77.483	102.644	92.324	72.098	18,51
'83	Artigos diversos de metal comum	31.336	91.166	147.862	170.297	109.814	81.980	213.174	37,65
'84	Maquinaria, reatores nucleares, caldeiras, etc	960.064	1.494.123	1.748.444	2.601.690	3.758.649	3.151.458	2.912.262	20,32
'85	Equipamentos elétricos e eletrônicos	403.461	443.533	908.916	990.199	1.517.312	1.545.714	1.305.613	21,62
'86	Comboios, elétricos, material circulante, equipamentos	2.690	6.820	31.171	63.404	98.325	30.585	27.730	47,53
'87	Veículos, exceto comboios e elétricos	435.608	604.403	1.001.077	1.559.160	3.006.631	1.854.432	982.902	14,53
'88	Aviões, naves espaciais, e peças de reposição	29.940	137.477	871.733	529.050	694.686	264.831	281.609	45,29
'89	Navios, barcos e outras estruturas flutuantes	2.019.418	1.511.054	949.932	97.652	1.185.894	265.006	108.984	-38,53
'90	Aparelhos óticos, fotográficos, técnicos, médicos, etc	64.868	114.003	200.775	330.895	325.688	253.996	278.629	27,5
'91	Relógios e relógios de pulso e peças derivadas	2.849	4.249	2.799	4.321	9.355	10.953	14.429	31,05
'92	Instrumentos musicais, peças e acessórios	480	799	817	670	1.642	1.922	699	6,46

'93	Armas e munição, peças e acessórios derivados	1.246	675	404	751	6.683	16.820	8.353	37,32
'94	Móveis, luminárias, sinalização, edifícios pré-fabricados	143.637	155.543	214.246	407.305	569.884	454.776	389.390	18,08
'95	Brinquedos, jogos, material esportivo	10.118	10.940	15.654	21.096	25.490	24.343	26.671	17,53
'96	Artigos manufaturados diversos	6.163	8.155	12.994	17.982	22.290	21.235	23.095	24,63
'97	Obras de arte, peças de colecionador e antiguidades	186	826	532	683	737	1.805	1.820	46,25
'99	Commodities não especificadas em outro lugar	33.015	37.294	64.717	76.846	176.751	69.260	52.757	8,13
	Todos os produtos	6.586.894	7.741.168	10.477.102	12.337.951	20.310.636	15.885.840	14.104.673	13,53